

Sumário

<i>2003 um ano de reformas: algumas considerações sobre a reforma tributária</i>	<i>3</i>
<i>Desempenho econômico da Bahia.....</i>	<i>7</i>
<i>A política econômica e o mercado de trabalho na era Lula</i>	<i>15</i>
<i>Infeliz mundo globalizado.....</i>	<i>21</i>
<i>Novos indicadores de desenvolvimento</i>	<i>24</i>
<i>Cidadania corporativa: um modelo de gestão socioambiental</i>	<i>29</i>
<i>Investimentos industriais previstos no estado da Bahia</i>	<i>35</i>
<i>Grifos</i>	<i>38</i>
<i>Indicadores conjunturais</i>	<i>45</i>

2003 um ano de reformas: algumas considerações sobre a reforma tributária

O ano de 2003, o primeiro do governo Lula, foi caracterizado pelo debate de uma série de reformas estruturais. As reformas da previdência, tributária e trabalhista já vinham sendo tema de discussões de muitos anos atrás, mas o atual governo iniciou-se com a intenção de aprová-las ainda durante este ano.

No entanto, ao final deste ano, o que pode ser constatado é apenas a aprovação de alguns pontos da reforma da previdência. A reforma tributária encontra-se no Legislativo e a trabalhista ainda está no âmbito das discussões.

O texto principal da Reforma da Previdência, aprovado no Senado, em 26 de novembro, atinge principalmente os servidores públicos, elevando a idade mínima para aposentadoria, criando a contribuição de inativos e pensionistas, estabelecendo redutor de benefícios para aposentadorias precoces e definindo teto e subteto salarial no funcionalismo.¹

O governo e a oposição acordaram que os pontos mais polêmicos fossem incluídos em uma “PEC paralela”, que está tramitando no Senado, e depois será encaminhada para a Câmara. A PEC (proposta de emenda constitucional) paralela é uma proposta alternativa com mudanças no texto principal, para garantir o apoio do partido. Um dos pontos mais polêmicos na proposta da reforma previdenciária é quanto à fixação de limites salariais (subtetos) para o funcionalismo do Estado. A Câmara fixou três subtetos, um para cada Poder. O salário máximo dos servidores do Executivo seria equivalente

NÚCLEO DE CONJUNTURA DA SEI *

ao do governador, o do Legislativo ao dos deputados estaduais e o do Judiciário ao de desembargador.²

No caso do sistema tributário brasileiro, este sempre foi alvo de críticas, mostra-se exaurido ante as profundas modificações estruturais ocorridas na economia do país desde os anos 80, formado por impostos cumulativos e regressivos, sobrecarregando a produção, o consumo e o investimento, distorcendo a formação de preços e estimulando a sonegação e a evasão fiscal.³

O segmento empresarial que tem acentuadamente reclamado por uma reforma tributária, mostra-se insatisfeito com as medidas tomadas no processo atual de reforma tributária, pois alega que a carga tributária sobre a produção, o custo do financiamento e a oneração excessiva da folha de salários são componentes do custo Brasil. Mesmo com a expectativa favorável em relação ao ICMS, com a unificação das alíquotas nacionalmente, muito ainda resta a ser feito na visão do empresariado. Para esta classe, o exportador brasileiro deve ter uma carga tributária igual à de seus concorrentes (próxima de zero).

Considerando-se um panorama histórico, a reforma tributária implementada nos anos 60⁴ teve seus objetivos econômicos plenamente alcançados e transparece também na estrutura atual de nosso sistema tributário. As principais mudanças foram: substituição de grande parte dos impostos cumulativos por impostos sobre valor adicionado; alterações no imposto de renda que resultaram em vigoroso crescimento de sua arrecadação; e reorganização da administração tributária federal. Na década de 1960, “o controle do crescimento era através do planejamento central, ficando a União com o monopólio dos estímulos econômicos para o desenvolvimento e os governos estaduais sem um instrumento tributário que servisse como instrumento de política”.⁵ Assim, o imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias (ICM) foi criado de modo a assegurar aos estados, essencialmente, um instrumento de arrecadação. Logo em seguida o governo criou o PIS – Contribuição para o Programa de Integração Social, primeiro imposto cumulativo.

Com a Constituição de 1988, novas mudanças na área tributária foram implementadas, com o objetivo de desconcentração dos recursos tributários. A consolidação

* Carla Janira Souza do Nascimento

¹ GOVERNO aprova reforma com 13 votos da oposição. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 27 nov. 2003, p. A4; JOÃO PAULO descarta votar PEC paralela agora. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 29 nov. 2003, p. A6.

² JOÃO PAULO descarta votar PEC paralela agora. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 29 nov. 2003, p. A6.

³ LOURENÇO, 2003.

⁴ VARSANO, 2002.

⁵ BARBOSA, 2002.



deste processo se deu pela ampliação da base tributária estadual e pelo aumento dos percentuais do produto da arrecadação de imposto de renda (IR) e o imposto sobre produtos industrializados (IPI) destinados aos Fundos de Participação dos Estados e dos Municípios (FPE e FPM).

Depois da reforma de 1994 e a de 1988, a década de 1990 assiste a novas propostas de revitalização do sistema tributário.

Em 1995 inicia-se um novo processo de reforma tributária, quando o governo federal enviou ao Congresso Nacional uma Proposta de Emenda à Constituição do Poder Executivo (PEC 175/95). Esta PEC tinha como objetivo o fim da tributação cumulativa e uma mudança substancial do ICMS, com a definição de uma legislação direcionada à harmonização tributária e à redução da complexidade. No entanto, ao invés de buscar a aprovação da PEC, tratou-se de fazer um pouco do que estava nela contida, aprovando-se, em setembro de 1996, a chamada Lei Kandir (Lei Complementar 87, de 13/09/96), que promoveu importantes alterações no ICMS, tais como a exoneração das exportações e dos bens de capital. Porém, não abordou outras questões importantes, que dependem de emendas à Constituição, como, por exemplo, a tributação dos fluxos de comércio interestadual.⁶

Em 1998 foi criada, por um grupo de deputados da Câmara, uma nova comissão especial que, partindo da PEC 175/95, criou um “substitutivo” de escopo mais amplo. Nele, alteravam-se também as contribuições sociais, visando a substituir as cumulativas – Cofins, PIS e CPMF –, por tributação não-cumulativa.

Mesmo com o apoio político, a proposta não obteve êxito, em virtude da forte oposição por parte do Ministério da Fazenda. Alegava-se que a eliminação da tributação cumulativa poderia ser feita sem recorrer a uma emenda à Constituição e que esta, na forma proposta, punha em risco a arrecadação em meio a um processo de ajuste fiscal.

No entanto, apenas em 2002, a mobilização política obteve êxito com a proposta adotada por meio da Medida Provisória 66, convertida na Lei 10.637-02, no sentido de suavizar a cumulatividade das contribuições sociais.⁷

A proposta de reforma tributária ora em andamento, apesar de ter como objetivo a elevação de sua eficiência econômica, estimulando a produção, o investimento produtivo e a geração de emprego e renda, concentrou-se fundamentalmente na racionalização do ICMS.

Detalhando-se as principais mudanças propostas,⁸ tem-se:

- No que concerne ao imposto incidente sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS), atualmente de competência dos estados da federação, propõe-se a uniformização das legislações, com regulação do imposto exclusivamente por normas de caráter nacional. Com isso, o ICMS passará a ser regulado por lei complementar e por regulamento editado por órgão colegiado composto por representantes dos Estados e Distrito Federal, sendo vedada adoção de norma estadual autônoma. Propõe-se, ainda, a uniformização das alíquotas, que serão em número máximo de cinco, mantendo-se o sistema de alíquotas interestaduais e que, para estas operações interestaduais, a cobrança seja na origem, inclusive da parcela de imposto que caberá ao Estado de destino das mercadorias.
- Para o imposto sobre a propriedade territorial rural (ITR), de competência federal, propõe-se transferi-lo para a competência dos Estados e do Distrito Federal, mantendo-se, porém, regulação por lei complementar. Aos municípios caberá 50% do produto da arrecadação, relativo aos imóveis neles situados. Determina-se que seja um imposto progressivo, como objetivo de desestimular a manutenção de propriedades improdutivas, sobretudo daquelas que possuam grandes extensões.
- A proposta determina, também, a progressividade para o imposto sobre a transmissão causa mortis e a doação de quaisquer bens ou direitos (ITCD), objetivando torná-lo mais gravoso em relação às operações que importem as transmissões de patrimônio de maior vulto.
- O imposto municipal incidente sobre a transmissão inter-vivos, por ato oneroso, de bens imóveis ou de direitos sobre estes (ITBI), deverá ser progressivo em razão do valor do imóvel, como, também, ter alíquotas diferentes de acordo com a localização e o uso do imóvel.
- Para a contribuição provisória sobre movimentação financeira (CPMF) a proposta é de que esta contribuição seja permanente, destinada a financiar a seguridade social: deverá ter alíquota máxima de 0,38% e mínima de 0,08%, facultado ao Poder Executivo reduzi-la ou restabelecê-la, total ou parcialmente, nas condições e limites fixados em lei.

⁶ VARSANO, 2003.

⁷ WERNECK, 2002.

⁸ E.M.I. n. 84/MF/C.Civl. 30/04/2003. www.fazenda.gov.br



- Para o financiamento da seguridade social haverá contribuição específica incidente sobre a receita ou faturamento em substituição, total ou parcial, à contribuição incidente sobre a folha de pagamentos, não podendo haver cumulatividade. Serão definidos em lei os setores de atividade econômica para os quais a contribuição incidente sobre a receita ou faturamento seja não-cumulativa.
- Com vistas à promoção do desenvolvimento integrado e sustentado do país, propõe-se destinar dois por cento do produto da arrecadação do imposto de renda (IR) e sobre produtos industrializados (IPI) para um fundo nacional de desenvolvimento regional, que terá seus recursos aplicados na realização de uma política voltada ao crescimento de regiões ou zonas menos desenvolvidas do país.

O texto da proposta da reforma tributária foi aprovado, em cinco de novembro, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, com três alterações: a retirada do texto da cobrança do IPVA (Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores) sobre embarcações e aeronaves; a concessão de incentivos fiscais para projetos na área de cultura, sem fixar prazo para os atuais; e a inclusão dos setores de comércio e distribuição no grupo de incentivos fiscais válidos por 11 anos.

Outros pontos serão debatidos no plenário do Senado, como a inserção dos insumos/matérias-primas, utilizados na produção da cesta básica, na menor faixa do ICMS e a questão do Fundo do Desenvolvimento Regional, a qual pretende-se repassar verbas aos governadores, na forma de investimentos em infra-estrutura, a partir de 2005.

Como todos os pontos da reforma tributária não serão aprovados ainda em 2003, o governo está providenciando aprovar Medidas Provisórias em questões que atendam às necessidades financeiras dos Estados e do Governo Federal. Uma Medida Provisória que já entra em vigor a partir de 2004, trata da mudança da Cofins, eliminando-se a cumulatividade, porém aumentando fortemente a alíquota, de 3% para 7,6%. Os insumos importados passam a ser tributados pela Cofins não-cumulativa, com alíquota de 7,6%. Ocorre redução gradual da alíquota do IPI incidente sobre bens de capital, e a apuração deste tributo passa a ser quinzenal, substituindo a apuração atual, feita três vezes ao mês.

Outras questões em debate são a partilha do CIDE, do Fundo de Compensação das Exportações aos Estados e a prorrogação da CPMF, dentre outras. Com relação à Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), imposto de competência da União e que incide sobre os combustíveis, 25% da sua arrecadação deverá

ser revertida aos Estados. O Fundo de Compensação dos Estados, garantido pela Lei Kandir, que desonerou as exportações de contribuição de ICMS, tem como proposta a sua instituição a partir de recursos do imposto sobre produtos industrializados (IPI) e do Imposto de Importação e Exportação.

O Senado propôs encaminhar os textos da reforma tributária em três etapas.⁹ Assim, uma primeira etapa seria promulgar imediatamente as regras para o setor produtivo (desoneração de bens de capital, por exemplo), as prioritárias para o equilíbrio fiscal do governo em 2004 (prorrogação da alíquota de 0,38% da CPMF e da DRU) e para os governos estaduais, como é o caso da definição dos recursos do Fundo de Compensação pela desoneração das exportações e o repasse dos 25% dos recursos da Cide.

Ainda não se sabe ao certo se o Fundo de Desenvolvimento Regional será encaminhado nesta primeira etapa, o que é do interesse dos governadores, principalmente do Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Na segunda etapa haveria a definição da legislação única e a definição de alíquotas do ICMS em 2005. E na última, em 2007, seria votada a unificação dos impostos federais, estaduais e municipais em um Imposto sobre Valor Agregado.

Portanto, ainda em 2003, a Câmara irá votar a prorrogação da alíquota de 27,5% para o Imposto de Renda e a aprovação da MP que elimina a cumulatividade da Cofins e aumenta a alíquota de 3,0% para 7,6%.

Referências

- BARBOSA, Ana Luíza N. de H. Sistematização do debate sobre “sistema tributário”. In: CASTRO, A.C. (org.) Desenvolvimento em debate: painéis do desenvolvimento brasileiro – II. Rio de Janeiro, Mauad, BNDES, p. 213-230, 2002.
- LOURENÇO, Gilmar Mendes. Reforma tributária e conflitos federativos. Análise conjuntural, IPARDES, Curitiba, v. 25, n. 7-8, p. 20, jul-ago. 2003
- VARSANO, Ricardo. Sistema tributário para o desenvolvimento. In: CASTRO, A.C. (org.) Desenvolvimento em debate: painéis do desenvolvimento brasileiro – II. Rio de Janeiro, Mauad, BNDES, p. 231-250, 2002.
- _____. Financiamento do regime geral de previdência social no contexto do processo de reforma tributária em curso. Rio de Janeiro, IPEA, jun. 2003. (Texto para Discussão, 959).
- WERNECK, Rogério L. F. Reforma tributária: urgência, desafios e descaminhos. In: CASTRO, A.C. (org.) Desenvolvimento em debate: painéis do desenvolvimento brasileiro – II. Rio de Janeiro, Mauad, BNDES, p. 251-266, 2002.

⁹ TRIBUTÁRIA: hoje, nova rodada de negociação. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 01 dez. 2003. p. A8.





Voluntários

B A H I A

**O CVB está precisando de
sua ajuda.
Contribua
Participe.
Faça parte.**

**Centro de Voluntários da Bahia
Rua Francisco Muniz Barreto, 02, 1º andar
Pelourinho
Salvador 40025-090 BA
Conta Corrente: Caixa Econômica Federal
Agência 0064 Baixa dos Sapateiros
C/C 3312-3**

www.voluntariosbahia.org.br
voluntariosbahia@terra.com.br



DESEMPENHO ECONÔMICO da BAHIA



O desempenho da produção industrial, no acumulado do ano de 2003, apresenta-se positivo, enquanto que o volume de vendas do varejo ainda mantém recuo na trajetória. Os baixos rendimentos reais e as ainda elevadas taxas de juros continuam atuando como fatores que restringem o consumo. Diante da conjuntura adversa, o IMEC, em Salvador, apresenta variação negativa no acumulado do ano até setembro (-0,8%). Por outro lado, tem-se, como fator de estímulo à produção, os resultados significativos das exportações e do setor agropecuário.

A produção da indústria baiana de transformação, segundo a PIM-IBGE, registrou, no acumulado do ano, até setembro, taxa positiva de 1,5% em relação ao mesmo período de 2002. O desempenho da indústria química (2,0%) e metalúrgica (3,6%) foram determinantes na formação da taxa da indústria de transformação. Por outro lado, influenciaram negativamente os resultados dos gêneros de produtos de matérias plásticas (-22,4%), bebidas (-22,4%), material elétrico e comunicação (-7,6%) e borracha (-4,3%).

No comércio varejista, de acordo com a PMC-IBGE, a variação no volume das vendas do varejo, no acumulado do ano de 2003, apresentou taxa negativa de 7,7%. Todos os segmentos do varejo registraram taxa negativa no período: destacam-se o decréscimo nas vendas físicas de tecidos, vestuário e calçados (-9,8%) e hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (-9,5%). Já as vendas de veículos, motos e peças acumulam acréscimo de 7,8% no ano, retornando aos níveis de janeiro de 2003.

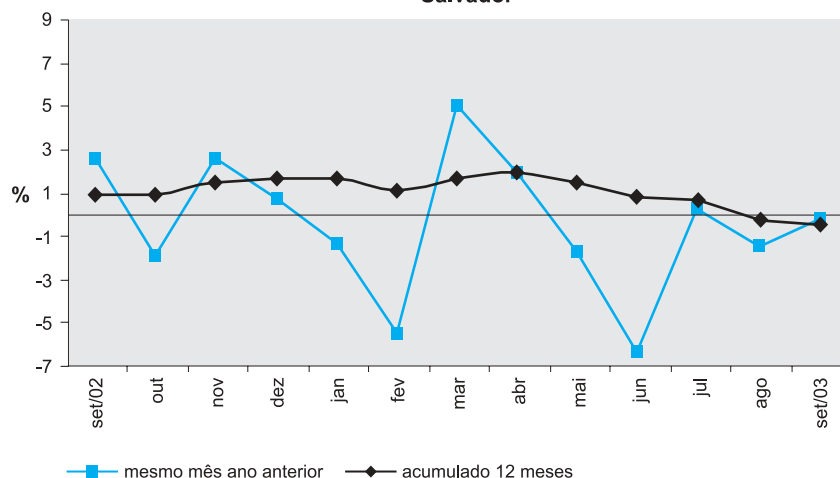
No comércio exterior, o ano de 2003 mantém excelente desempenho. Segundo dados do SECEX-MDIC, no período compreendido entre janeiro e outubro, as exportações cresceram 41,1% e as importações recuaram 1,6%, em relação ao mesmo período do ano anterior. Com esse resultado, a balança comercial encerrou o período com saldo acumulado de US\$ 1,165 bilhão.

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC-SEI), para Salvador, que registrou inflação de 0,3% em outubro, obteve variação de 0,4% em novembro. Nesse mesmo mês, em 2002, o IPC-SEI teve alta de 2,4%. No período de janeiro a novembro, Salvador apresenta alta nos preços de 10,2%. Neste período, os grupos que possuem taxa abaixo da inflação geral nos nove meses de 2003 são: alimentos e bebidas (9,5%) e vestuário (4,5%).

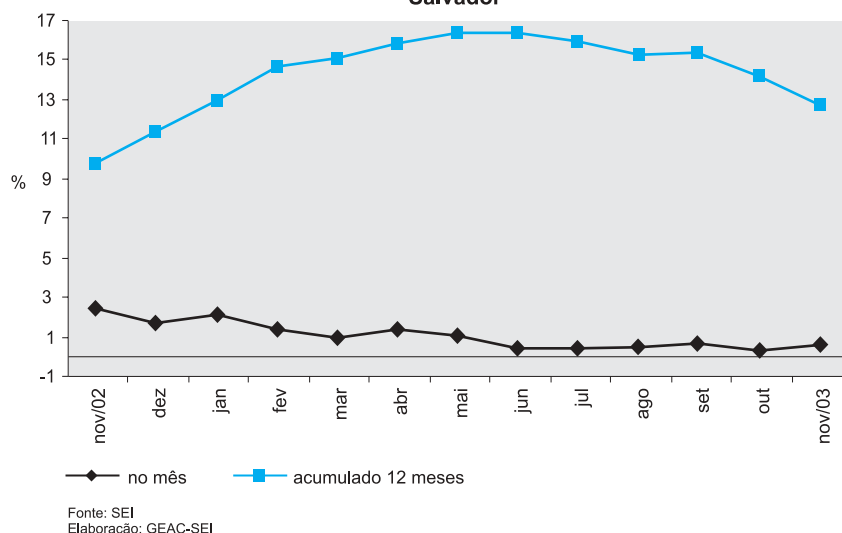
Com relação ao mercado de trabalho, segundo a Pesquisa de Emprego e Desemprego (SEI/DIEESE/SEADE), a taxa de desemprego total na RMS (27,4%), em outubro de 2003, caiu 0,5 ponto percentual em relação a setembro de 2003 (27,9%). No que se refere à taxa de desemprego aberto, caiu de 16,7%, em setembro, para 16,2%, em outubro. No mesmo período observou-se aumento da taxa de participação: de 63,4% para 63,7%. O número de ocupados cresceu 1,4% (de 1.223 para 1.240 pessoas) e o incremento observado na PEA foi de, apenas, 0,7%.

O Indicador de Movimentação Econômica de Salvador (IMEC-SSA), que indica a tendência da atividade econômica do município, mostra que o mês de setembro de 2003, em comparação com o mês de setembro de 2002, apresenta decréscimo de 0,1%. No acumulado dos últimos 12 meses, o resultado apresenta-se com taxa negativa de 0,3%. Esses resultados indicam queda na trajetória do nível de atividade de Salvador.

Índice de Movimentação Econômica - IMEC
Salvador



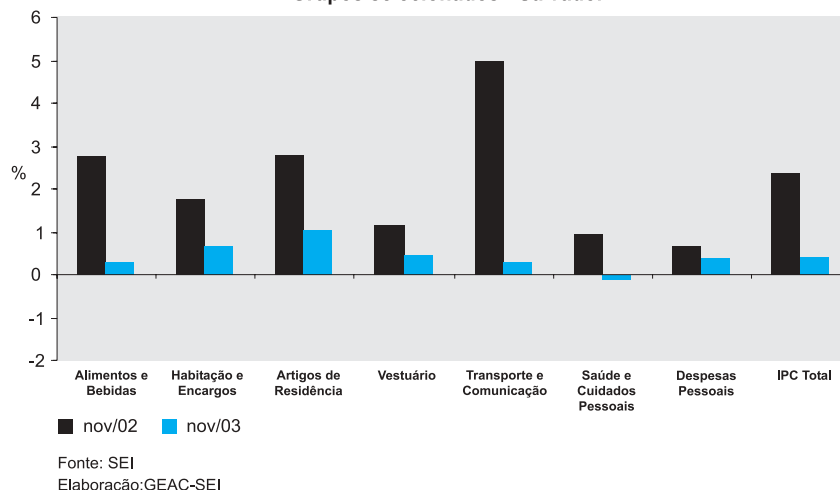
Taxa de variação do IPC-SEI
Salvador



O Índice de Preços ao Consumidor (IPC) – divulgado pela SEI – registrou, em novembro, incremento de 0,4% nos preços. Nos últimos 12 meses, o resultado ficou em 12,1%, inferior ao resultado observado nesse indicador no mês de outubro (14,3%), indicando recuo dos preços em Salvador. Os grupos 'alimentos e bebidas' (12,6%) e 'transporte e comunicação' (16,0%) foram os que mais pressionaram a inflação nos últimos 12 meses.

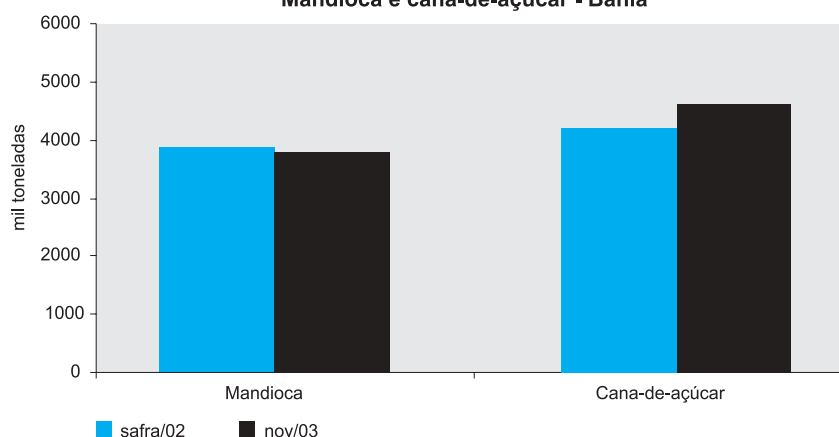
Os grupos 'artigos de residência' e 'habitação e encargos' obtiveram os maiores aumentos entre todos os grupos durante o mês de novembro, com elevação dos preços de 1,1% e 0,7%, respectivamente. O item 'aparelhos elétricos' teve alta de 1,2% e 'encargos e manutenção' de 0,8%. O grupo 'saúde e cuidados pessoais' foi o único a apresentar taxa negativa no período (-0,1%), em decorrência da queda nos preços de produtos farmacêuticos (-0,4%).

Taxa de variação do IPC-SEI
Grupos selecionados - Salvador



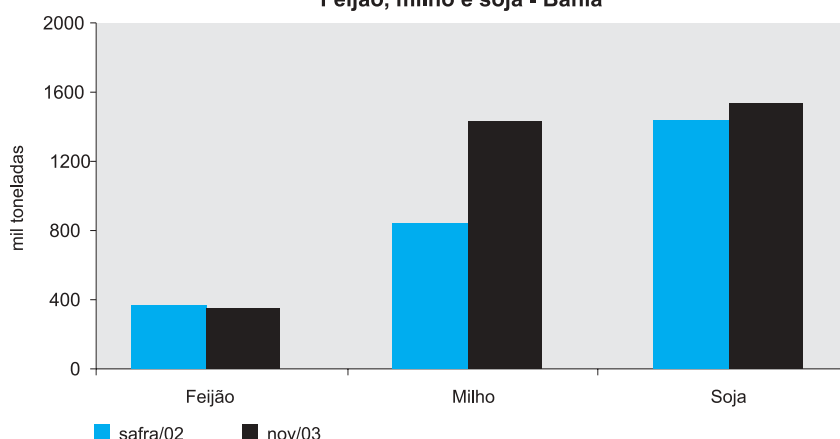
De acordo com as estimativas do LSPA/IBGE de novembro, para 2003, a produção de mandioca obteve uma queda de 2,2% em relação à safra 2002, resultando em variação negativa no rendimento (-4,0%). Já as estimativas para a produção de cana-de-açúcar registraram um aumento de 9,5% e de 8,1% na sua produtividade, o que se deve à elevação da demanda por combustível à base de cana.

**Estimativa da produção agrícola
Mandioca e cana-de-açúcar - Bahia**



Fonte: LSPA/IBGE
Elaboração: GEAC-SEI

**Estimativa da produção agrícola
Feijão, milho e soja - Bahia**

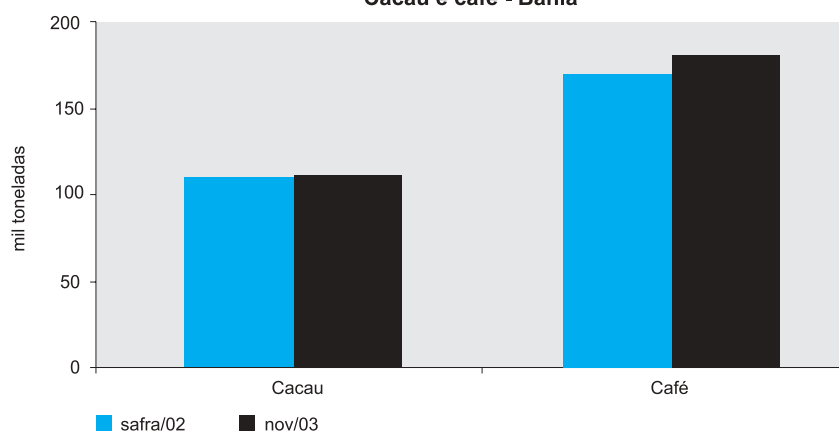


Fonte: LSPA/IBGE
Elaboração: GEAC-SEI

As estimativas para safra de 2003, da produção de feijão registraram uma queda de 3,2% em relação à safra 2002, bem como na sua área plantada (-2,9%) em função dos baixos preços do produto no mercado interno. A produção de soja e de milho apresentou variação positiva de 6,3% e 70,8% respectivamente, ambos em função do aumento da demanda internacional por grãos, o que levou a uma elevação dos preços no mercado externo.

Para o cacau, as estimativas, em novembro de 2003, na comparação com a safra 2002, apontam um modesto aumento de 0,9%, com variação positiva no seu rendimento em 2,2%, o que se deve ao aumento da utilização de pesticidas e fertilizantes nas lavouras, proporcionado pela capitalização de alguns produtores. A safra do café registrou um aumento de 7,1% na sua produção e de 4,9% no seu rendimento, em função do aumento das exportações de café.

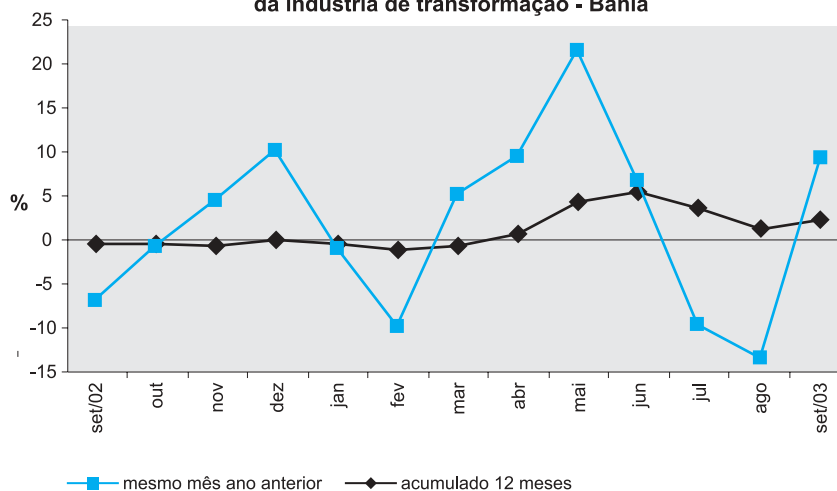
**Estimativa da produção agrícola
Cacau e café - Bahia**



Fonte: LSPA/IBGE
Elaboração: GEAC-SEI

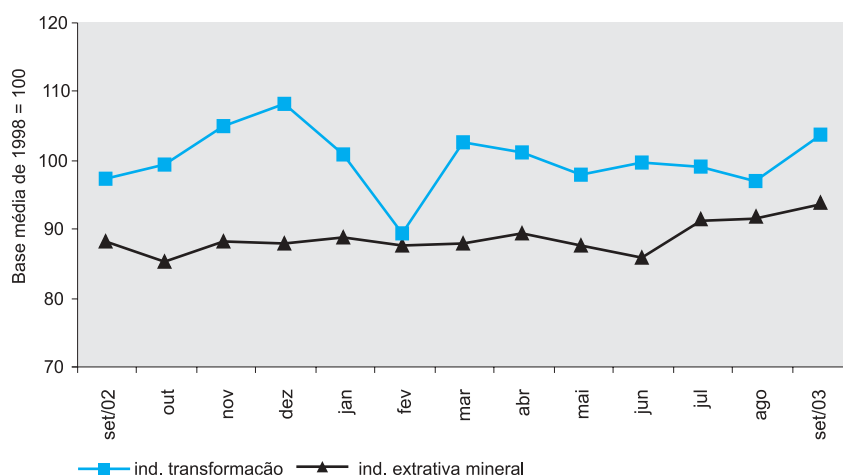
A Pesquisa Industrial Mensal elaborada pelo IBGE mostra que, em setembro, a produção industrial do setor baiano de transformação registrou acréscimo, revertendo tendência de queda. Em relação a setembro de 2002 (que registrou decréscimo 6,8%), o crescimento foi de 9,7%. Com este resultado, a taxa nos últimos 12 meses acumula 2,4%, determinando a retomada na produção industrial do estado.

Taxa de variação da produção física da indústria de transformação - Bahia



Fonte: IBGE
Elaboração: GEAC-SEI

Índice de produção física da indústria de transformação e extrativa mineral* - Bahia

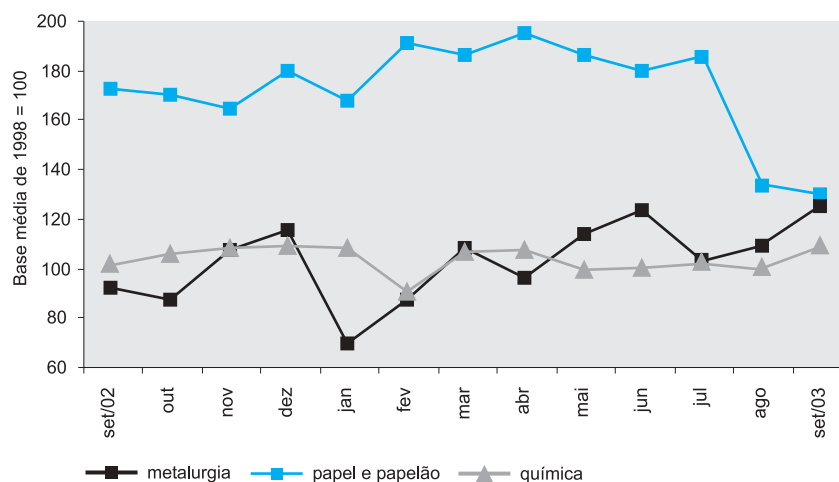


Fonte: IBGE
Elaboração: GEAC-SEI
* Série dessazonalizada

A série livre de influências sazonais da produção física da indústria de transformação, em setembro, mostrou acréscimo de 6,0%, com relação ao mês de agosto. Assim, a trajetória durante o ano da produção industrial revela que o setor de transformação encontra-se numa situação de retomada do crescimento, sobretudo pela dinâmica do segmento químico. O setor extrativo mineral obteve ligeiro acréscimo de 0,5% no mesmo período de comparação.

Os dados ajustados sazonalmente, por segmento de atividade da indústria de transformação, indicam acréscimo significativo para a indústria metalúrgica (14,4%) entre agosto e setembro; decréscimo de 3,6% para o setor de papel e papelão; e acréscimo de 6,9% para a indústria química. Com esse resultado, a metalurgia manteve o processo de crescimento iniciado no mês de maio.

**Índices de produção física dos principais gêneros da indústria de transformação - Bahia
Série dessazonalizada**

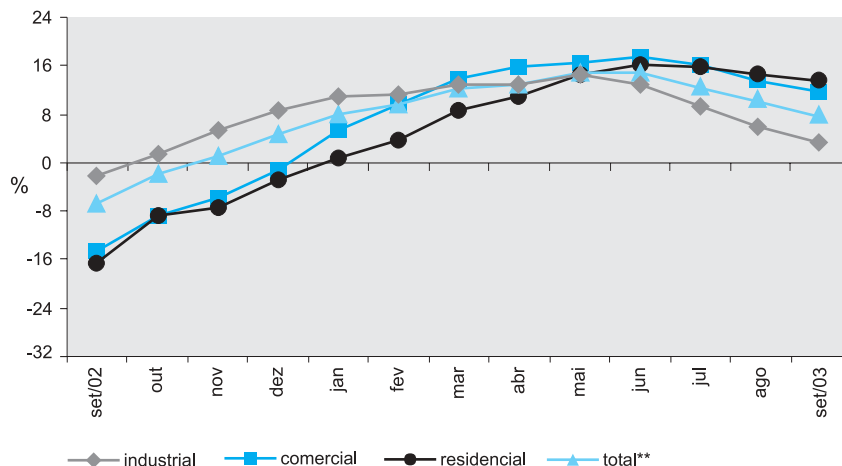


Fonte: IBGE
Elaboração: GEAC-SEI



O consumo total de energia elétrica, no acumulado dos últimos 12 meses, vem decrescente pelo quinto mês consecutivo, fortemente influenciado pela queda no consumo industrial, que representa mais de 50% do consumo total. Em comparação com setembro de 2002, o consumo industrial caiu 3,5%. Outro segmento que vem pressionando para baixo a taxa total é o consumo comercial.

Taxa de variação do consumo de energia elétrica*
Bahia



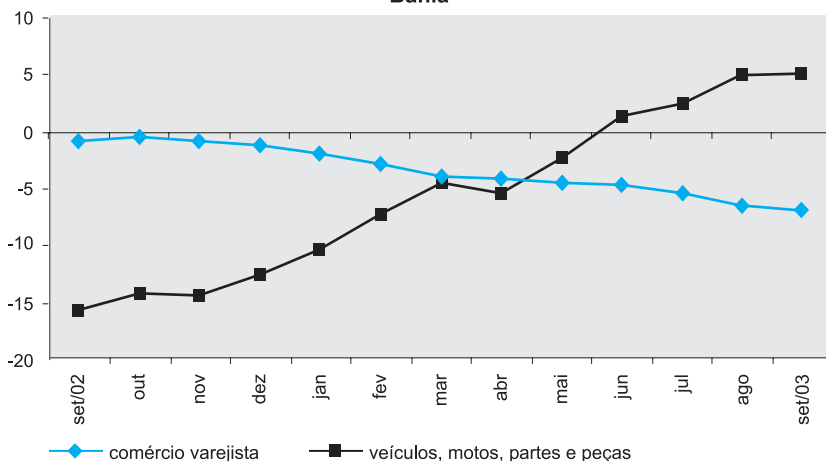
Fonte: COELBA/CO/CTM

Elaboração: GEAC-SEI

* Acumulado nos últimos 12 meses

** Total = Rural + Irrigação + Resid. + Indust. + Comercial + Util. Pública + S. Público + Concessionária
O consumo industrial corresponde a COELBA, CHESF e COPENE.

Taxa de variação de volume de vendas no varejo*
Bahia



Fonte: PMC-IBGE

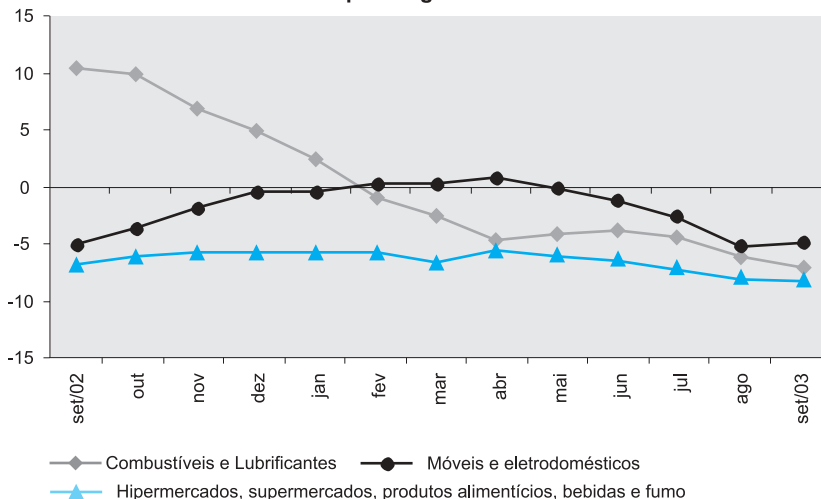
Elaboração: GEAC/SEI

* Acumulado nos últimos 12 meses

Segundo dados da Pesquisa Mensal do Comércio (IBGE), em setembro, o volume do comércio varejista apresentou retração de 3,6% comparado com setembro de 2002. No acumulado dos últimos 12 meses, as vendas físicas mantiveram a taxa negativa em 6,6%. As vendas do segmento de veículos, motos e peças registraram acréscimo de 14,8% em relação ao mês de setembro de 2002, acumulando variação positiva, de 5,3% nos últimos 12 meses.

Os segmentos de 'hipermercados e supermercados, produtos alimentícios' (-6,7%) e 'combustíveis e lubrificantes' (-4,5%) foram os que mais contribuíram para o baixo volume de vendas do varejo em setembro de 2003. O primeiro segmento acumula recuo de 8,1% nos últimos 12 meses comparado com o mesmo período do ano passado, e o segundo recuo de 7,2% na mesma comparação. Todos os segmentos do varejo acumulam

Taxa de variação do volume de vendas no varejo*
Principais segmentos - Bahia



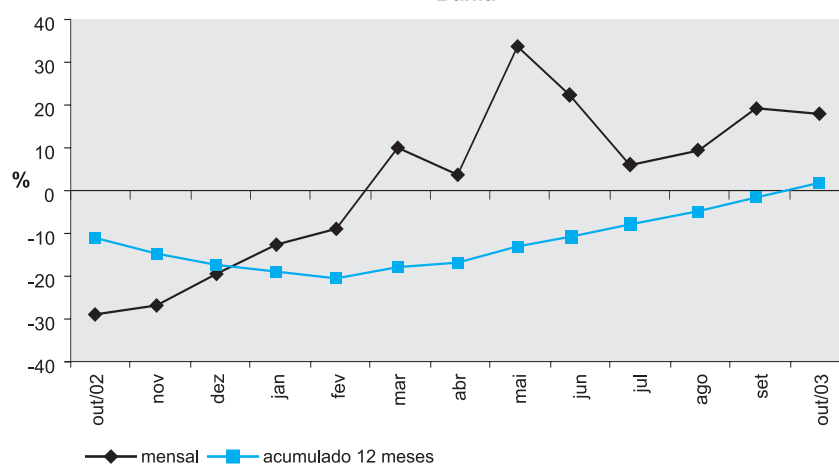
Fonte: PMC-IBGE

Elaboração: GEAC/SEI

* Acumulado nos últimos 12 meses

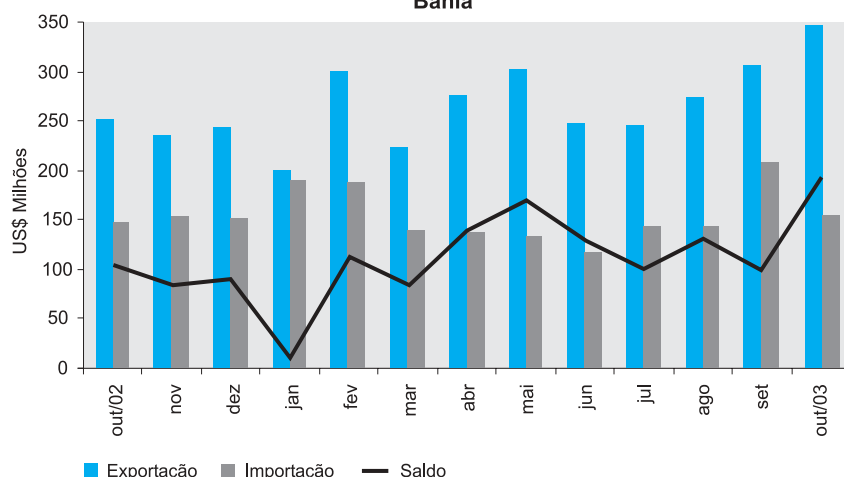
A inadimplência, medida pelo total de cheques sem fundos, mantém crescimento em 2003. Na Bahia, em outubro, observa-se acréscimo de 18,5% no total de cheques sem fundos, comparado ao mesmo mês do ano de 2002. Em setembro, esse resultado já havia sido de 19,6%. No acumulado dos últimos 12 meses, a variação até outubro torna-se positiva (2,8%), acima do resultado observado até agosto (-1,9%).

Quantidade de cheques sem fundos
Bahia



Fonte: Bacen
Elaboração: GEAC-SEI

Balança comercial
Bahia

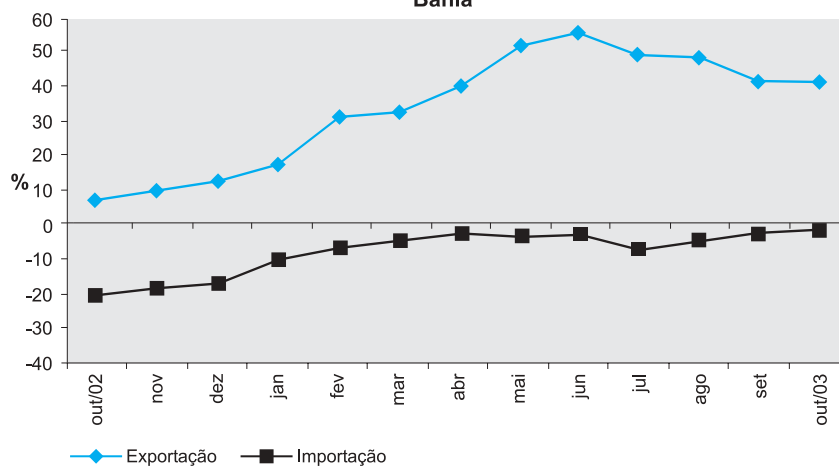


Fonte: SECEX
Elaboração: GEAC-SEI

A balança comercial da Bahia, em outubro de 2003, alcançou um superávit de US\$ 191,6 milhões, resultado do aumento das exportações de 13,6% (US\$ 347,9 milhões) e da redução das importações em 24,9% (US\$ 156,3 milhões) em relação ao mês anterior. O acréscimo das exportações foi resultado do aumento nas vendas de produtos básicos (26,8%) e semimanufaturados (35,3%).

O desempenho do comércio exterior baiano, segundo os resultados do acumulado nos últimos doze meses, indicou que as exportações registraram alta de 41,6% e as importações com uma pequena queda de 2,5%. A queda das importações ocorreu devido recuo das compras de bens de capital (-32,8%) e dos bens de consumo duráveis e não duráveis (-24,0%).

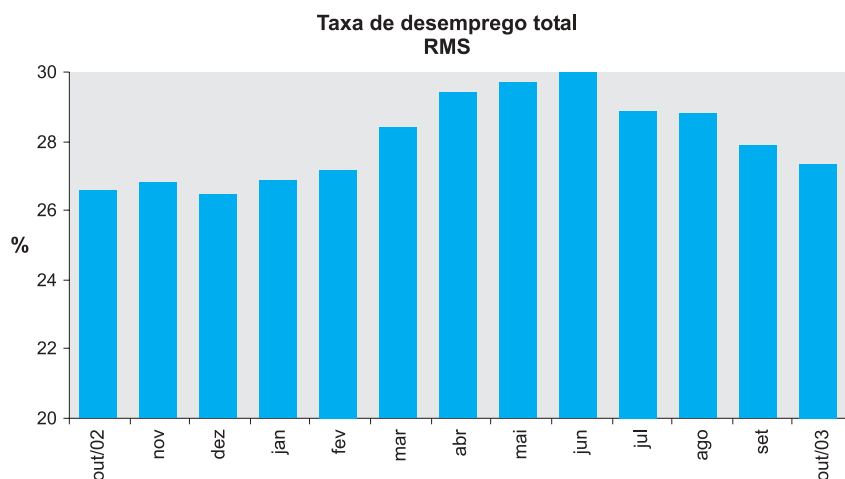
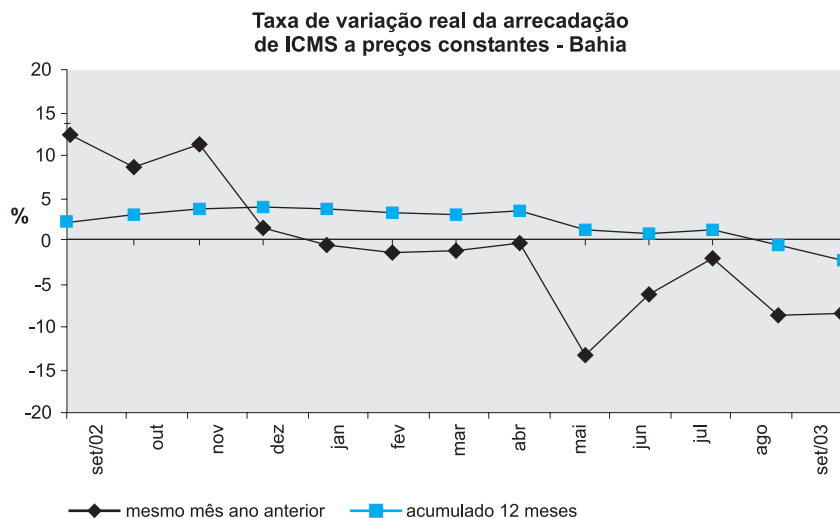
Taxa de variação da balança comercial*
Bahia



Fonte: SECEX
Elaboração: GEAC-SEI
* Acumulado 12 meses



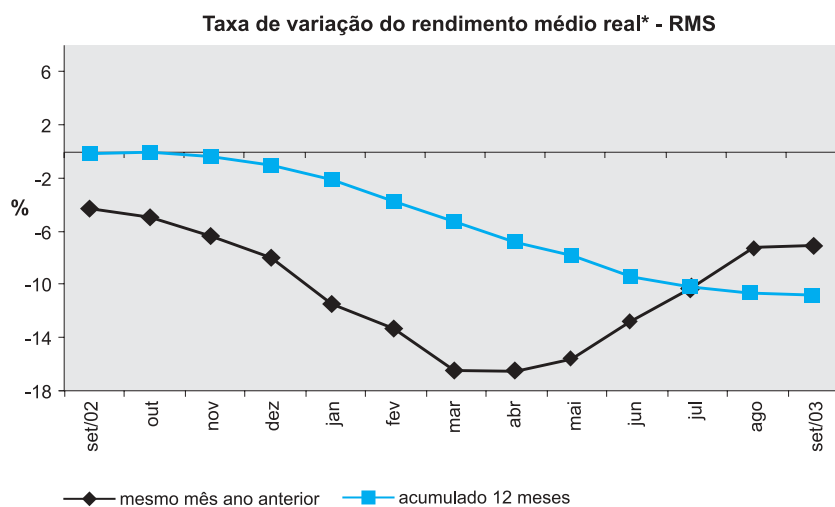
A arrecadação de ICMS, em setembro de 2003, da ordem de R\$ 491,19 milhões, ficou 9,6% abaixo daquela de igual mês do ano anterior e, no acumulado dos últimos 12 meses, 2,6% abaixo da realizada nos 12 meses imediatamente anteriores (em valores reais). Esse resultado expressa o baixo desempenho da arrecadação do estado no ano de 2003, que já acumula uma queda de 5,6%.



Fonte: PED/SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE
Elaboração: GEAC-SEI

A taxa de desemprego total na RMS, medida pela Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), registrou variação de 27,4% em outubro. Essa taxa está abaixo da registrada no mês de setembro (27,9%), mas ainda acima da de outubro de 2002 (26,6%). Essa taxa representa uma ligeira recuperação do mercado de trabalho baiano, provavelmente impulsionada pelas contratações sazonais do comércio.

Segundo dados da PED, o rendimento médio real dos ocupados na RMS, referente ao mês de setembro, apresentou redução de 5,8% em relação ao mesmo mês do ano anterior. Apesar da queda, esse resultado revela uma melhora em relação ao segundo trimestre de 2003. No acumulado dos últimos 12 meses, a curva manteve a tendência de queda, registrando taxa negativa de 10,7% até setembro, comparada ao mesmo período do ano anterior.



Fonte: PED/SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE
Elaboração: GEAC-SEI
*Ocupados no trabalho principal

A política econômica e o mercado de trabalho na era Lula

A POLÍTICA ECONÔMICA DO NOVO GOVERNO: A AMPLIAÇÃO DO NEOLIBERALISMO

Transcorridos onze meses da posse do Presidente Lula, em janeiro de 2003, materializa-se uma situação no mínimo inusitada para um governo que se esperava de esquerda, já que os mercados e as instituições, como o FMI e o Banco Mundial, que outrora expurgavam o Partido dos Trabalhadores (PT) e suas diretrizes, agora rasgam elogios entusiásticos ao novo Governo, maiores inclusive dos que eram feitos ao governo FHC. Será que as instituições supranacionais e o capital financeiro (mercados) mudaram suas diretrizes ou foi o PT que modificou seu programa histórico? Até agora, o que se percebe é que a vitória do PT vem representando uma vitória retumbante do neoliberalismo na América Latina, que parecia cambaleante, pois este novo Governo, além de manter o essencial da política econômica liberal de FHC e aprofundá-la, encaminhou projetos de reformas institucionais antes denunciadas como neoliberais e nomeou economistas afinados com o *mainstream* neoliberal, tanto na área econômica quanto social.

Será que o Governo Lula tem um plano B (ruptura com o modelo liberal) para mudar os rumos econômicos do Brasil, como alguns “inocentes” petistas¹ tentavam alardear nos primeiros meses após a posse? Definitivamente não

há um Plano B, pois o Governo Lula vem funcionando como um plano alternativo para o capital financeiro nacional e principalmente internacional, via aprofundamento do Plano A do Governo anterior, de manutenção dos paradigmas econômicos e sociais do modelo neoliberal. Isto pode ser observado na medida em que as reformas liberais (previdenciária, tributária, trabalhista, leis de falências, autonomia do Banco Central etc.) que o capital internacional tanto queria e quer, para ampliar o processo de sua valorização, que o Governo FHC não conseguiu realizar, parece que serão engendradas pelo governo Lula. Não poderia existir, para aos interesses da classe capitalista hegemônica, um governo melhor, apoiado por sindicatos e movimentos sociais, para conseguir ampliar as políticas neoliberais que retiram direitos e garantias dos trabalhadores, aumentando a exploração do trabalho.

O atual governo vem adotando diretrizes neoliberais na medida em que dá prioridade absoluta para os direitos do capital através da ampliação dos direitos dos credores (“respeito aos contratos”); utiliza o ajuste fiscal para garantir o pagamento pontual das obrigações do Estado com a dívida pública; garante a estabilidade do valor da moeda e do sistema financeiro; e mantém a liberdade cambial (livre movimentação de capitais, conversibilidade). Além disso, vem abrindo novos espaços para a valorização do capital no setor privado da área previdenciária² (CARVALHO, 2003).

As questões monetárias, no Governo Lula, parecem que são debatidas de forma descolada dos efeitos sobre a economia real. A imagem que prevalece da vontade política atual reduz a ação pública a objetivos pouco ambiciosos, tais como garantir a credibilidade que proverá os operadores com a matriz de riscos financeiros. A autoridade e a legitimidade das finanças privadas não são postas em dúvida.

O que se observa, atualmente, no Governo Lula, é a legitimidade de uma ordem social submetida abertamente ao poder das classes financeiras,³ que se circunscreve ao

* Mestrando em economia da Faculdade de Ciências Econômicas (CME/FCE/UFBA) e integrante do Núcleo de Estudos Conjunturais – NEC.

** Professor da Faculdade de Ciências Econômicas (FCE/UFBA) e membro do Núcleo de Estudos Conjunturais – NEC.

¹ Vale ressaltar que a maioria deles assumiu cargos no Governo.

² Com a reforma previdenciária, observou-se um ingente aumento das vendas dos planos de previdência privada, ampliando o espaço de reprodução do capital financeiro.

³ As finanças privadas – bancos, fundos mútuos e de pensão – foi o segmento econômico que mais fez doações para a campanha eleitoral de Lula. Mas será que foram apenas doações?



plano nacional e internacional. No entanto, a legitimidade governamental pressupõe a conciliação dos imperativos do emprego e da solidariedade social e não apenas o princípio da credibilidade como tanto apregoa o atual Governo.

La credibilidad de la política monetaria no se reduce a una cuestión de especulaciones propias del juego financiero; se apoya en los modelos de percepción de la legitimidad y de la soberanía que los gobernantes toman de la teoría económica para conducir el debate político. La retórica monetaria gubernamental, sobre la base de sus preceptos, busca ordenar las transacciones financieras, pero de paso también articular la voluntad política (PEREIRA, 2001, p. 841).

No entanto, hodiernamente, as políticas monetárias nacionais reduziram-se a um jogo entre atores através de uma simples operação cognitiva: o juízo que os agentes têm sobre a credibilidade. Por esta visão, a única política possível vincula-se ao caminho da racionalidade microeconômica e ao poder de veto dos mercados financeiros.

Para o Governo, a queda do risco Brasil, a revalorização do Real, a diminuição da inflação, a responsabilidade fiscal mostrada pelo aumento do superávit fiscal primário, o crescimento das cotações da Bolsa de Valores, o aumento do superávit comercial, o aumento dos fluxos de entrada de aplicações externas, a volta de linhas de crédito externas, a rolagem de títulos da dívida pública e a valorização de títulos da dívida brasileira (C-Bonds) representam os sinais que a economia está melhorando. O Presidente da República comemorou mais de uma vez que “todos os indicadores econômicos estão melhorando”. Contudo, parece que o Presidente esqueceu que vem ocorrendo aumento do desemprego, queda contínua da renda real dos trabalhadores e estagnação econômica (recessão técnica⁴ no 1º trimestre de 2003). Este tipo de ato falho, na verdade, representa a penetração dos valores neoliberais no Governo, já que os indicadores que contam são apenas os do mercado financeiro.

Pelo lado da economia real (órbita produtiva), observam-se vários índices negativos, uma vez que o PIB (Produto Interno Bruto) do terceiro trimestre de 2003, que após uma retração de 1,2% no segundo trimestre, registrou pequena expansão de 0,4% em relação ao segundo trimestre. Nessa comparação, a Indústria, após dois trimestres de declínio, registrou aumento de 2,7%, os Serviços apresentaram variação de 0,1%, enquanto a Agropecuária apresentou queda

de 6,7%⁵. Já na comparação do PIB deste trimestre em relação ao trimestre do ano anterior, ocorreu uma queda de 1,5%. Quanto aos componentes da demanda, no cotejo deste trimestre em relação ao trimestre anterior, na demanda interna somente a Formação Bruta de Capital Fixo mostrou crescimento, de 2,8%, recuperando-se após as taxas negativas do primeiro e segundo trimestres de -4,8% e -8,6%, respectivamente. Os demais itens, Consumo das Famílias e Consumo do Governo, apresentaram variações negativas de 0,2% e 0,1%, respectivamente. Já as Exportações de Bens e Serviços aumentaram 0,8% e as Importações de Bens e Serviços apresentaram variação negativa de 0,1%, segundo as Contas Nacionais do IBGE.

Além destes dados ruins para o PIB do terceiro trimestre, observa-se que suas projeções para 2003 são pessimistas, uma vez que as estimativas⁶ giram em torno de um crescimento ínfimo de menos de 1,0%. Outros fatores desalentadores da economia real, em 2003, são as quedas trimestrais consecutivas do consumo das famílias, o decréscimo contínuo da renda real dos trabalhadores e da massa real de rendimentos e o crescimento do desemprego.

No entanto, para o governo, a economia real estaria dando os primeiros sinais de um crescimento sustentável, com o aumento da produção industrial, mostrando, assim, os primeiros sinais benignos das políticas econômicas de cortes consecutivos da taxa de juros Selic, efetuado pelo Copom (Comitê de Política Monetária), do equilíbrio fiscal e monetário e da “austeridade” da gestão pública, ou seja, segundo o Governo, estar-se-ia construindo as bases para um círculo virtuoso. Para Palocci (Ministro da Fazenda) e Meirelles (Presidente do Banco Central) “o aperto orçamentário é inevitável também em 2004, para manter o equilíbrio fiscal, a credibilidade e a confiança externa no país”, no entanto, “previu um ano melhor em função do desempenho da economia, que dá sinais de retomada de crescimento industrial”, uma vez que “a taxa de juros real é a menor

⁴ Dois trimestres seguidos de queda do PIB.

⁵ Essa queda na Agropecuária é explicada pela entrada na safra de produtos com desempenho negativo no ano, como é o caso do café, cuja produção, segundo a pesquisa Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA-IBGE), publicada em 30/10/03, apresentará declínio de 20% neste ano. Além disso, outros produtos importantes que estão com desempenho positivo saíram de safra neste trimestre, caso da soja, por exemplo, cuja produção, de acordo com a pesquisa LSPA-IBGE, crescerá 23% em 2003.

⁶ “O governo trabalha com três projeções de crescimento para este ano. O Ministério da Fazenda prevê uma alta de apenas 0,4%, enquanto o Ministério do Planejamento é mais otimista e projeta que o PIB cresça 0,8% em 2003. Já o Banco Central estima o crescimento em 0,6%. O mercado, por sua vez, prevê alta de 0,68%” (GRABOIS, 2003, p.01).

dos últimos oito anos e o risco país está abaixo de 600 pontos” (SOFIA & COSTA, 2003, p. A4).

A redução mais acentuada da taxa de juros, pelo governo, poderá criar expectativas otimistas entre consumidores e empresários, propiciando um crescimento econômico em 2004, ao qual o governo propalaria aos quatro cantos que mudou o rumo da política econômica e que seu plano era o mais adequado. Entretanto, segundo Sicsú (2003, p. 07), o modelo econômico “não terá sido mudado, apenas uma variável macroeconômica terá tido o seu valor reduzido”, já que existirá “um limite para a queda da taxa de juros imposto pelos capitais financeiros de curto prazo”, pois, abaixo de certo patamar, pode ocorrer a saída de capitais, o que provoca a desvalorização da moeda nacional, gerando inflação. Sendo assim, o Banco Central “determina a taxa de juros (...) mirando uma taxa de inflação, ou os interesses do mercado financeiro, através da fuga de capitais e da ameaça de uma crise cambial – o que impõe uma elevação dos juros por parte do Banco Central” (op. cit., 2003, p. 07).

Aparentemente, o Governo não tem levado em conta os resultados negativos da órbita produtiva em suas avaliações. Isto não é apenas uma forma de “mostrar o bom e esconder o ruim”, pois, na realidade, para a equipe econômica, não importam nesse momento os resultados negativos (estes seriam herança do Governo anterior), uma vez que os resultados positivos (os indicadores macroeconômicos que garantem e mostram credibilidade) seriam condição para a melhoria dos indicadores que estão tendo resultados negativos. Esses, por consequência, melhorarão em seguida, de acordo com o Governo, na medida em que, passado um período de transição, seriam criadas as condições para o desenvolvimento econômico com justiça social (DATHEIN, 2003). No entanto, o modelo econômico liberal atualmente adotado, pelas suas contradições internas (impossibilidade de redução da taxa de juros a um certo nível imposta pelo capital financeiro), impede qualquer possibilidade de se engendrar um crescimento sustentável que poderia levar a uma distribuição de renda, já que a busca de “credibilidade” para os mercados, uma vez conquistada, cobra um preço alto pela sua fidelidade. O máximo a que este modelo pode nos levar é para mais um “vôo da galinha”, como já ocorreu em alguns anos⁷ no Governo FHC, caso se configure um cenário internacional mais estável (FILGUEIRAS&PINTO, 2003; PAULANI, 2003).

⁷ Em 2000, o governo FHC teve um ano de sucesso com crescimento econômico de 4,5% do PIB, câmbio estável e inflação de apenas 6%, além de importantes mudanças institucionais. Parecia que o governo ia decolar; no entanto, nada disso foi suficiente para conter a saída de capitais e as crises cambiais de 2001 e 2002 (SICSÚ, 2003).

OS IMPACTOS DAS MEDIDAS ECONÔMICAS ORTODOXAS NO MERCADO DE TRABALHO: AUMENTO DO DESEMPREGO E QUEDA DA RENDA EM 2003

As políticas liberais, adotadas pelo Governo FCH e aprofundadas pelo Governo Lula, têm proporcionado “enormes transferências de renda, poder e riqueza para o *establishment* político e econômico”, implicando a “marginalização e exclusão da maioria da população” e a desvalorização das políticas sociais universalizantes (TEUBAL, 2000-2001, p. 461). Estes ajustes provocam o incremento na exploração do trabalho, evidenciado através da redução dos salários reais dos grupos de rendimentos mais baixos, da maior regressividade na distribuição da renda e da elevação do desemprego em suas várias formas. Os impactos das políticas liberais adotadas se refletem na deterioração tanto estrutural (políticas da Era FHC) quanto conjuntural (início da Era Lula) do mercado de trabalho brasileiro.

O baixo crescimento econômico, juntamente com a abertura comercial, as privatizações das empresas estatais e a fragilização dos sindicatos, no Brasil, implicaram diretamente e indiretamente no aumento das taxas de desemprego e contribuíram para a desestruturação do mercado de trabalho, com a substituição de ocupações mais estáveis e de melhor qualidade por outras mais precárias. O que existe subjacente a este processo é a busca, por parte das empresas multinacionais aqui implantadas, em aumentar a taxa de exploração do trabalho – mais-valia relativa e absoluta – viabilizada pela flexibilização do mercado de trabalho no Brasil, que tende a se aprofundar com as reformas liberais do Governo Lula (BALANCO&PINTO&MILANI, 2003).

O novo governo vem dando um tratamento escandaloso ao desemprego, pois a Fazenda não diz nada sobre como o combaterá, o problema é apontado como dramático, mas não como algo urgente, que mereça atenções imediatas do governo. O pior de tudo é que documentos do Ministério da Fazenda deslocam o problema do

*O máximo a que este modelo pode nos
levar é para mais um “vôo da galinha”,
como já ocorreu em alguns anos no
Governo FHC, caso se configure um
cenário internacional mais estável.*



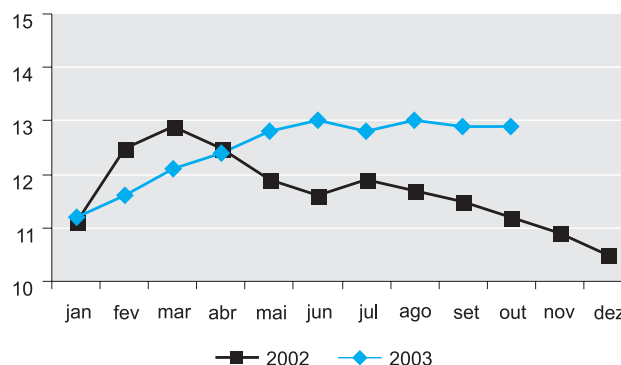
desemprego e da desigualdade de renda para a formação dos trabalhadores e para os incentivos às empresas, como se os empresários fossem agentes neutros, quase vítimas de uma legislação inadequada, em vez de agentes ativos da precarização do trabalho. “Os direitos dos trabalhadores não são tratados como normas legais que devem ser cumpridas, como contratos que devem ser honrados” (CARVALHO, 2003, p. 05). Estes impactos deletérios no mercado de trabalho podem ser observados conjuntamente com a piora de todos os seus índices em 2003, o que caracteriza claramente a sua deterioração na Era Lula, reforçado pelos resultados de outubro da PME-IBGE (Pesquisa Mensal de Emprego).

De fato, a taxa de desemprego em outubro surpreendeu novamente de forma negativa, já que se manteve em 12,9% da PEA (População Economicamente Ativa). A surpresa desse resultado é que, historicamente, o desemprego no Brasil no final do ano tende a recuar – por efeito sazonal –, na medida em que os empresários voltam a contratar funcionários para as vendas de fim de ano. O mais agravante desta não reversão é que estamos cada vez mais próximos do final do ano, quando se injeta na economia grande parte do 13º salário dos trabalhadores, o que tenderia, historicamente, a gerar um aumento do consumo e, por conseguinte, a elevação do emprego, tanto no comércio como na indústria. Contudo, parece que este ano isto não acontecerá: assim, as perspectivas para o emprego é a pior dos últimos anos.

Em 2003, o desemprego apresentou uma tendência de alta durante os primeiros seis meses e só recuou em julho (12,8%). Alguns analistas esperavam que junho tivesse sido o fundo do poço neste ano e que o recuo de julho representava uma tendência de reversão; contudo, os dados dos primeiros meses do segundo semestre e o mais recente, que é o de outubro, sinalizam a manutenção das taxas de desemprego em patamares elevados (Gráfico 1).

Em outubro de 2003, a taxa de desemprego foi de 12,9%, 1,7 p.p. superior à do mesmo mês de 2002, de forma que o número de desempregados, comparando-se esses meses, aumentou em 494 mil (crescimento de 21,7%) nas seis regiões metropolitanas pesquisadas pela PME. No cotejo entre outubro e setembro deste ano, a taxa de desocupação não apresentou variação, já que ocorreu uma pequena queda da oferta de trabalho (PEA) de -0,40%,

Gráfico 1
Taxa de Desemprego – Brasil*



Fonte: IBGE/Pesquisa de Emprego (PME); *Brasil: RMS, SP,RJ,REC,BH, PA.

muito próximo da queda da demanda por trabalho (ocupações), que foi de -0,38% (Tabela 1). Desta forma, não ocorreu neste ano a queda sazonal da taxa de desemprego.

A recessão dos seis primeiros meses do Governo Lula (queda do PIB nos dois primeiros trimestres do ano), o baixo crescimento do terceiro trimestre (0,4% em relação ao trimestre anterior) e a possível manutenção de crescimento ínfimo para o segundo semestre – as projeções hodiernas de crescimento do PIB para 2003 estão entre 0,3% e 0,8%, caso isto ocorra teremos uma queda do PIB per capita – vem provocando um agravamento no dinamismo do mercado de trabalho, já que provavelmente ocorrerá, em 2003, um processo de regressão do emprego.

Entre outubro de 2002 e 2003, ocorreu um crescimento da oferta de trabalho (PEA) de 5,16%, resultando em um aumento na taxa de atividade da ordem de 1,7 p.p. (de 55,8% para 57,5%). A elevação da taxa de atividade, considerando-se que o crescimento da demanda por trabalho (3,08%) foi bastante inferior ao crescimento da oferta, provocou uma elevação bastante significativa de 1,7 p.p. na taxa de desocupados (de 11,2% para 12,9%) (Tabela 1).

Tabela 1
Principais Variáveis do Mercado de Trabalho
outubro 2002/2003 e setembro-outubro/2003
(em milhões)

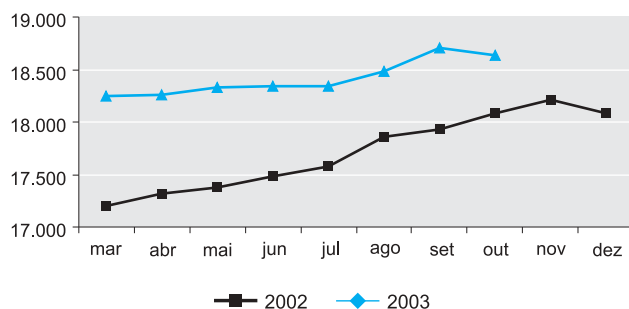
Variáveis	Brasil*					
	set/03	out/03	Variação	out/02	out/03	Variação
PIA	36.947	37.082	0,37%	36.349	37.082	2,02%
PEA	21.485	21.399	-0,40%	20.349	21.399	5,16%
Ocupados	18.704	18.633	-0,38%	18.077	18.633	3,08%
Desocupados	2.781	2.766	-0,54%	2.272	2.766	21,74%
Tx. Desocupados	12,9	12,9	0,0	11,2	12,9	1,7

Fonte: IBGE/Pesquisa de Emprego (PME)

*Brasil: RMS, SP, RJ, REC, BH, PA

O crescimento da ocupação (3,08%), entre outubro de 2002 e 2003, até certo ponto é surpreendente, em virtude da estagnação da economia brasileira – crescimento de 1,5% do PIB em 2002 e decréscimo do PIB no primeiro semestre de 2003 –, pois, geralmente, a geração de postos de trabalhos está associada ao crescimento econômico. Na comparação entre outubro e setembro de 2003, a ocupação manteve-se estável (queda não significativa de 0,38%). Este estacionamento das ocupações em outubro de 2003 pode significar uma tendência à reversão do crescimento da ocupação que vem se processando ao longo de 2003: geralmente esta desaceleração tenderia a ocorrer em novembro ou dezembro (Gráfico 2).

Gráfico 2
Evolução das ocupações do mercado de trabalho no Brasil* em 2002 e 2003 (em milhões de pessoas)



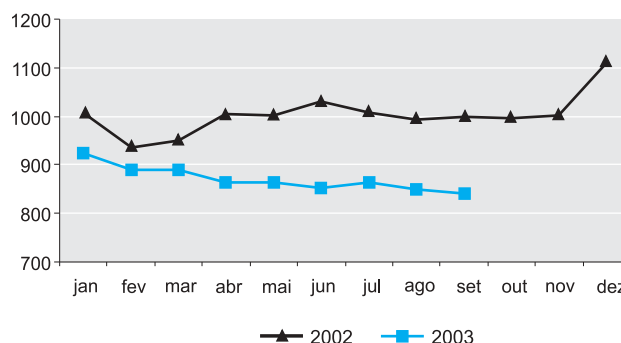
Fonte: PME/IBGE.

* Brasil: RMS, SP, RJ, REC, BH, PA.

Este crescimento da ocupação (3,08%), entre outubro de 2002 e 2003, ocorreu em virtude do aumento dos trabalhadores por conta própria (3,05%), pelo aumento do emprego sem carteira assinada (3,81) e pelos empregadores (8,0%), enquanto se verifica uma queda dos trabalhadores com carteira assinada (-2,65%). Isto demonstra a ampliação da deterioração do mercado de trabalho, já que o aumento das ocupações vem ocorrendo em posições sem carteira assinada, o que amplia ainda mais o seu grau de informalidade – ocupações precárias sem vínculos empregatícios – que já representa mais de 50% dos ocupados.

O rendimento médio real habitualmente recebido pelas pessoas ocupadas, nas seis regiões metropolitanas, referente ao mês de outubro deste ano, foi estimado em R\$ 831,00 (aproximadamente 3,5 salários mínimos). Em comparação com o rendimento estimado no mês passado, este indicador apresentou variação não significativa (0,7%). Já entre outubro de 2002 e 2003, ocorreu uma queda acentuada de 15,2%.

Gráfico 3
Rendimento médio real das pessoas ocupadas – Brasil* (em reais)



Fonte: IBGE/Pesquisa de Emprego (PME).

O baixo dinamismo do mercado de trabalho tem diminuído o poder de barganha dos empregados em reajustar salários, poucos sindicatos têm conseguido negociar dissídios equivalentes à variação da inflação em 2003, principalmente no primeiro semestre, e ainda favorece a troca por empregados com salários mais baixos. Com isso, apesar do crescimento substancial da ocupação (3,08%), a massa de rendimentos dos ocupados, entre setembro de 2002 e 2003, reduziu-se em 12,26%, passando de R\$ 17,94 bilhões, em setembro de 2002 (em valores de setembro de 2003), para R\$ 15,74 bilhões, em setembro de 2003, o que dá uma noção clara da amplitude das dificuldades econômicas da sociedade.

A evolução do mercado de trabalho na RMSP (Região Metropolitana de São Paulo) é ainda pior do que a do conjunto das regiões metropolitanas pesquisadas. A taxa de desemprego foi de 15,0% em outubro de 2003, a maior registrada nesta região desde que o IBGE iniciou sua nova pesquisa, em outubro de 2001. O contingente das pessoas desocupadas foi estimado em 1.373 mil pessoas, com crescimento de 30,4% em relação a outubro de 2002 e 1,1% em comparação a setembro de 2003. A situação só não foi pior por que a indústria e o comércio registraram aumento no crescimento da ocupação, de 6,5% e 3,9%, respectivamente, no cotejo entre outubro de 2002 e 2003. O rendimento médio habitualmente recebido, em outubro de 2003, pela população ocupada na RMSP foi estimado em R\$ 951,20, alta pouco significativa de 0,7% em relação a setembro de 2003. Em comparação a agosto de 2002, porém, o rendimento médio real habitualmente recebido pela população ocupada registrou queda de 15,3%.

A situação do mercado de trabalho na RMS (Região Metropolitana de Salvador) é uma das mais deletérias; entretanto, em outubro de 2003, verificou-se certa melhora em alguns índices. Neste mês, a taxa de



desocupação (17,0%) – a maior das regiões metropolitanas pesquisadas – apresentou uma queda de 0,6 p.p. em relação a setembro de 2003 (17,6%). Quando comparada com o mesmo mês do ano anterior, ocorreu um aumento de 3,1 p.p. (de 13,9% para 17,0%). Em agosto de 2003, o contingente de desocupados que procuraram trabalho decresceu em 3,1%, em relação ao mês anterior, e cresceu em 32,0% na comparação com outubro de 2002. O rendimento médio real habitualmente recebido pelas pessoas ocupadas, em outubro de 2003, na Região Metropolitana de Salvador, caiu 9,3% em relação ao mesmo mês do ano anterior, situando-se em R\$ 648,0.

CONCLUSÕES

As medidas políticas adotadas pelo novo Governo, nesses primeiros meses, quase um ano, de mandato, demonstram uma adesão profunda de Lula e do PT aos princípios básicos da ideologia neoliberal. A busca de credibilidade junto aos “mercados” como questão fundamental ilustra essa posição. O Governo parece acreditar que poderá engendrar o crescimento econômico a partir de políticas econômicas liberais. Entrementes, segundo Fiori (2003), “a política macroeconômica ortodoxa [neoliberal] é rigorosamente incompatível com as altas taxas de crescimento sustentável em países periféricos, no contexto de uma economia mundial desregulada financeiramente”.

Na verdade, estas políticas neoliberais tendem a conformar um regime de acumulação mais desarticulado socialmente.⁸ Aprofundando, portanto, as mazelas sociais que sempre fizeram parte da história brasileira. Isto pode ser verificado tanto estrutural (governo FHC) quanto conjunturalmente (governo Lula), com o aumento do desemprego e com a queda dos rendimentos nos oito anos de FHC e nos primeiros onze meses de Lula – conforme dados supracitados do mercado de trabalho – que, em justaposição com a piora dos serviços públicos sociais (saúde e educação), vêm configurando um aprofundamento da deterioração social materializada na elevação da prostituição, da violência, do tráfico e da corrupção.

Referências

- CARVALHO, Carlos. *A recuperação do neoliberalismo no governo lula*. Mimeo. 2003.
- BALANCO, Paulo & PINTO, Eduardo & MILANI, Ana. *A crise econômica e a desarticulação social na América Latina: o endividamento estrutural*. In: III Colóquio de Economistas Políticos da América Latina, Universidade Buenos Aires, Buenos Aires - Argentina. Anais (CD-ROM), 16 a 18 de outubro de 2003.
- DATHEIN, Ricardo. *O debate sobre as alternativas e as perspectivas econômicas no Brasil do Governo Lula*. In: III Colóquio de Economistas Políticos da América Latina, Universidade Buenos Aires, Buenos Aires - Argentina. Anais (CD-ROM), 16 a 18 de outubro de 2003.
- FILGUEIRAS, Luis & PINTO, Eduardo. *Política e conjuntura econômica no governo Lula*. In: Seminário A Política Econômica do Novo Governo, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória (ES). Anais (CD-ROM), 5 e 6 de junho de 2003.
- FIORI, José L. *O veto aos projetos nacionais*. Disponível em : <http://agenciadartamagior.uol.com.br/agencia.asp?coluna=perspectivas&id=381>. 20 jun. de 2003. Acesso em: novembro de 2003.
- GRABOIS, Ana Paula. PIB cresce 0,4% no 3º trimestre, mas cai 0,3% no ano. *Folha on line*, São Paulo, 26 de nov. 2003. Disponível em: <http://www.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u77253.htm>. Acesso em: 30 nov. 2003.
- PAULANI, Leda M. *Brasil Delivery: razões, contradições e limites da política econômica nos primeiros seis meses do Governo Lula*. IN: III Colóquio de Economistas Políticos da América Latina, Universidade Buenos Aires, Buenos Aires - Argentina. Anais (CD-ROM), 16 a 18 de outubro de 2003.
- PERREIRA, Jaime. Crisis financiera y regulación política en América Latina. *Revista de Comércio Exterior*. Setembro de 2001.
- PESQUISA MENSAL DE EMPREGO – PME/IBGE. Disponível em www.ibge.gov.br. Acesso em: novembro e dezembro 2003.
- SICSÚ, João. *Rumos e Definições da Política Econômica Brasileira: do Plano A de FHC para o Plano A+ de Lula*. . IN: III Colóquio de Economistas Políticos da América Latina, Universidade Buenos Aires, Buenos Aires - Argentina. Anais (CD-ROM), 16 a 18 de outubro de 2003.
- SOFIA, Juliana & COSTA, Raymundo. Governo diz ao PT que aperto fiscal será mantido em 2001. *Folha de São Paulo*, 24 de novembro 2003, p. A4.
- TEUBAL, MIGUEL. Structural adjustment and social disarticulation: the case of Argentina. *Science & Society*, v. 64, winter 2000-2001, p. 460-488.

⁸ Ver Balanco, Pinto, Milani (2003)



Infeliz mundo globalizado

Não podemos entender a globalização sem apreciar a presença do capitalismo, pois aquela só existe onde este último predomina.

De Adam Smith e Karl Marx, chegando até Keynes, tivemos uma economia que oscilou entre a ausência do Estado no controle, quando se acreditava em que as forças de mercado agindo sozinhas organizariam a economia, e a intervenção direta do Estado, sendo-lhe incumbida a geração de emprego e considerando-o como fator de salvação. Desta seqüência advém a idéia do Estado Liberal, seguido, posteriormente, do Estado Interventor.

Muito embora uma parte do mundo tenha experimentado, sob a égide do Estado Interventor, um período de supercrescimento e condições favoráveis, que ficou conhecido como Estado de bem-estar (1945-1972), a aposta mostrou-se equivocada, pois, após a crise de petróleo de 1972, começaram a se constatar baixas taxas de crescimento e elevado custo de produção, que resultou em uma inflação alta. Neste ponto, houve, então, o despertar das idéias neoliberalistas.

Como solução para a crise, o neoliberalismo apresentou diretrizes que pretendiam, em suma, diminuir a presença do Estado na ordem econômica e social, combater os sindicatos de maneira a desestruturar o poder dos trabalhadores e atacar a atitude intervencionista do Estado, que gastava muito.

ALEXANDRE CÍCERO FREIRE GONÇALVES*

Mas com o passar do tempo, não se viram os esperados resultados dessa apática revisitação liberalista; então, nesse ínterim, surge a chamada globalização, ditando a lógica da necessidade de realização de reformas, a repressão dos gastos públicos e controle dos sindicatos, como receita para o retorno do crescimento. A globalização, com estes conceitos, exige um Estado novo, cheio de privatizações e reformas (previdência, tributária, política, trabalhista): portanto, fica visível que ela veio como um paliativo à frustrada receita do neoliberalismo e não como uma evolução do capitalismo.

Hoje já podemos identificar nos meios de comunicação diversas contestações sobre o modelo da globalização: sabe-se que a 'abertura das portas' de um país ao mercado internacional, na tentativa de se criar uma grande aldeia global, tem se mostrado uma forma de facilitar a exploração das grandes corporações internacionais. Vemos a permanência e o aumento da desigualdade social; a acentuação da injusta concentração de renda; os empregos escasseando; e as entidades estrangeiras ditarem regras para nossa política econômica. Os estragos começaram a ficar visíveis em eventos como a crise financeira da Ásia, que atingiu as economias de inúmeros países, num processo que perdurou dois anos. Ainda podemos citar o México que, em 1994, após o governo ter desvalorizado o peso frente ao dólar, os investidores retiraram bilhões que estavam aplicados e o país acabou necessitando um socorro emergencial do FMI e do governo dos Estados Unidos, graças a uma política econômica interna fraca, pela impossibilidade de controle do fluxo de capital internacional, gerada pela abertura indiscriminada de suas fronteiras, em prol da globalização.

Assim, a globalização, contrariamente ao que muitos pensam, não pode ser considerada o novo zênite da economia mundial. Partidário daqueles que defendem que ela não veio se aperfeiçoando com o passar do tempo, mas que se trata, sim, de uma fase nova e posterior à internacionalização e à multinacionalização, encaro-a com a temerária desconfiança de que, nos moldes em que atualmente está constituída, acabe por depreciar o sistema nacional, fazendo com que os governos tenham cada vez mais dificuldades para deter os movimentos do capital

* Administrador, advogado e servidor da Administração Pública Federal com treinamento na Escola Nacional de Administração Pública – DF. alexandrecicero@hotmail.com



internacional, o que implica diretamente o enfraquecimento do controle de suas políticas externas.

No caso do emprego, percebemos que os governos estão perdendo a capacidade de protegê-los, juntamente com a renda das pessoas. Este é um exemplo claro de como as “necessárias” reformas exigidas pela globalização não se apóiam em condições voltadas à realidade local, pois, se têm o intuito de proteger o trabalho, ainda que com o encarecimento do mesmo, certamente este país será excluído da lista de muitos projetos de investimentos internacionais.

A globalização, da maneira com que indiscriminadamente está sendo empregada em qualquer país, é um erro, pois desconsidera as diferenças e deficiências sociais e econômicas das diversas nações mundiais, agravando a exclusão social e a má distribuição de renda.

Mas ela tem adeptos, já conquistou opiniões e nações e, ainda que mal formulada e empregada, apresenta aspectos positivos, não só econômicos como sociais, dentre os quais podemos destacar a interligação tecnológica, que tanto favorece o aperfeiçoamento profissional e humano, o maior controle das injustiças sociais e a descoberta de mercados além de nossas fronteiras, antes de acesso inimaginável.

No momento, não acredito ser de algum proveito ficarmos pensando em como seria caso conseguíssemos afastar o cálice da globalização: o fato é que ela está presente em boa parte do mundo e em nosso país.

Saber como aparar suas arestas e conciliá-la ao desejado desenvolvimento humano e social, por tantos exaltado, talvez seja o sinuoso caminho que as idéias devam percorrer.

O que defendo, portanto, não é o combate voraz e destrutivo à globalização, mas sim a idéia de que ela pode

e deve ser conciliada a ações e filosofias voltadas ao desenvolvimento local, com geração de emprego e de caráter sustentável, privilegiando o mercado interno na orientação dos investimentos e propiciando, desta forma, uma integração mundial que realmente valorize a disseminação da equitativa justiça social, econômica e educacional.

Acredito não se tratar de um caminho simples, mas deve iniciar-se em condição oposta à precipitação hoje vislumbrada. Quero dizer que, antes da abertura das fronteiras, e da criação da tal aldeia global, devemos medicar cada um dos cantos do mundo que se encontram doentes e carentes de soluções econômicas, políticas e sociais, e que irão formar a base para que se possa sustentar o pretendido desenvolvimento. O grande esforço de mobilização deve ser, primeiro, empenhado não na liberação comercial, mas na formação de nações aptas a atuarem com condições de segurança e equilibrada justiça, respeitando suas culturas, religiões e características político-econômicas.

Tomando por exemplo o Brasil, é fácil identificar que muitas das desigualdades das nações hoje subdesenvolvidas decorrem mais da má qualidade das suas leis nacionais, do que dos efeitos da globalização, bastando para isso observar nossas legislações sobre direitos trabalhistas, aposentadoria, desenvolvimento local, previdência e outras. São desigualdades legalmente instituídas e que não têm qualquer relação mais profunda com a globalização.

Que fique claro que não estou propondo radicalismos, como por exemplo adotar uma restrição arbitrária à ação das grandes empresas globais, que hoje se estabelecem em vários cantos do mundo. Neste caso, a sugestão é criar sistemas de orientação para que elas possam enfatizar o mercado nacional e a geração de empregos.

Fico impressionado pelo fato do atual capitalismo apenas despejar reconhecimento sobre as necessidades humanas que podem ser satisfeitas através de produtos e que venham a gerar lucro e acumulação de riqueza. Os trabalhadores, cada vez mais desempregados, permanecem excluídos dessa nociva lógica, carente de ações que intervenham em favor do encurtamento das distâncias sociais e econômicas que os separam da minoria centralizadora da riqueza e clientes exclusivos do bem-estar.

Encaro com temor aguçado a idéia de que está por vir – e se faz necessário –, um novo fenômeno econômico que irá conduzir o mundo a uma nova evolução na

A globalização pode e deve ser conciliada a ações e filosofias voltadas ao desenvolvimento local, com geração de emprego e de caráter sustentável, privilegiando o mercado interno na orientação dos investimentos e propiciando, desta forma, uma integração mundial que realmente valorize a disseminação da equitativa justiça social, econômica e educacional.



economia. É de se questionar: será que no atual século XXI, onde a diversidade cultural, política e religiosa de nossas nações mostram-se tão discrepantes, ainda podemos acreditar em teorias econômicas cegamente fixadas e tendo como suporte a experiência e filosofia apenas de alguns poucos interesses?

Acredito que é chegada a hora da civilização crescer através de uma escalonada e suavemente pautada conjugação de idéias, afastando os traumas causados por grandes viradas de rumo, como as verificadas no passado. Não vejo a necessidade da inovação através

de uma fórmula nova e revolucionária, que levaria o mundo para o caminho do almejado desenvolvimento econômico através de uma forte guinada de direção. Creio na possibilidade de ir moldando o caminho existente, implementando-o de maneira coesa, até que possamos alcançar o desenvolvimento sustentável e não o desenvolvimento reflexo de um choque que se mostrará inadequado mais ali na frente da história. Creio no potencial de nosso país e, por mais agnóstico que seja, creio no aperfeiçoamento e na evolução gradativa do infeliz mundo globalizado de hoje.



Novos indicadores de desenvolvimento

Os anos sessenta testemunharam o surgimento de uma série de documentos, pesquisas e estudos em torno da distância entre o crescimento econômico e o desenvolvimento social. A ampla discussão que antecedeu o chamado movimento dos indicadores sociais desenvolveu-se sob a égide de diferentes Estados a partir deste período, demonstrando a importância dada à busca de indicadores que melhor expressassem as condições de vida das diferentes populações.

Está claro que, no início da segunda metade do século vinte, o conceito de desenvolvimento ainda se prendia exclusivamente a índices econômicos, relegando a um plano insignificante, e muitas vezes *subversivo*, os indicadores sociais. Isto não invalidou, contudo, a percepção de nítida e crescente distância entre os indicadores da economia e os efeitos diretos e indiretos do crescimento econômico, o que levou à busca de índices de mensuração mais adequados às realidades sociais.

Consideradas como área das ciências sociais, as pesquisas sobre indicadores sociais tiveram início nos Estados Unidos em meados dos anos sessenta. Na verdade nasceram de uma tentativa da NASA para detectar e prever os efeitos colaterais do programa espacial na sociedade norte-americana. O projeto concluiu que inexisteriam não só dados adequados, mas, também, uma metodologia com os objetivos propostos. Considera-se que foi Raymond Bauer, Diretor de Projetos, quem criou o termo e o conceito “indicadores sociais”. Na sua definição, indicadores sociais eram “informações, séries estatísticas e todas as formas de evidência que nos dessem as condições de entender onde estávamos e para onde nos dirigíamos com relação a nossos valores e objetivos”¹

Era o início do que veio a ser conhecido posteriormente como o Movimento dos Indicadores Sociais. A força desse movimento espalhou-se pelo mundo e, no final dos anos setenta, todos os países desenvolvidos haviam criado estatísticas e formas de mensurar o *social*.² Afinal, considerava-se que não existia um mapeamento contínuo das mudanças sociais em assuntos como habitação ou educação, por exemplo, para determinar necessidades, estabelecer metas e avaliar o desempenho governamental.

Infelizmente, no Brasil, em um ambiente de autoritarismo e ausência de alternativas de políticas sociais, a visão de que o crescimento econômico determinava o desenvolvimento social se fortalecia. Foi nesse período que, respondendo às críticas baseadas nos indicadores sociais divulgados, o posicionamento oficial foi traduzido pela célebre frase de deixar o bolo crescer para depois dividir.

Mas esse autoritarismo era nada mais do que uma tradução explícita de uma dominação social histórica:

A “oferta” de participação social por parte do Estado brasileiro é, no entanto, historicamente, muito restrita, geralmente vinculada a grupos privilegiados. No Brasil, a democracia parlamentar nunca conseguiu fazer da política uma coisa pública. O autoritarismo hierárquico e vertical, as relações de compadrio e tutela, o populismo, o clientelismo, as relações fisiológicas entre o público e o privado, marcaram nossa história colonial, escravocrata, imperial e “republicana” – República que, a rigor, nunca se constituiu plenamente, visto que o Estado nunca foi efetivamente uma “coisa pública”³

Durante os anos oitenta, ao mesmo tempo em que se consolidavam as estatísticas sociais, as autoridades econômicas mundiais, e brasileiras em particular, sem separar o desenvolvimento econômico do desenvolvimento social,

² Os primeiros anos da década de 70 marcariam a difusão dos Indicadores Sociais em grande número de países ocidentais. Em 1971, publicava-se na Inglaterra o *Social Trends*; em 1973, *Données Sociales*, na França; *Social Indicators*, nos EUA; *White Paper on National Life*, no Japão e *Gesellschaftliche Daten* na Alemanha. Em 1979 o IBGE publicava *Indicadores Sociais – Relatório 1979*.

³ <http://www.polis.org.br/publicacoes/papers/19982.html>, Carvalho, Maria do Carmo A. A., *Participação Social no Brasil Hoje*, Instituto Polis.

* Demógrafo da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais do Estado da Bahia - SEI.

¹ Traduzido de <http://www.ccsd.ca/noll1.html>.

solidificavam a premissa de que o crescimento econômico era necessário e suficiente para a melhoria das condições de vida da população. Foi o período em que os índices do Milagre Econômico brasileiro, que dominaram os anos setenta, passaram a um patamar menos audacioso.

A distribuição dos frutos do crescimento, no entanto, teimavam em acompanhar as mesmas tendências definidas pela má distribuição de renda existente e não os patamares do desenvolvimento demonstrado pelos excelentes indicadores econômicos dos anos setenta e início dos anos oitenta. Aos mais pobres, menos, aos mais ricos, mais.

Nos anos noventa, o mundo viu a emergência de novos conceitos de desenvolvimento, cidadania, gestão social, participação, monitoramento e avaliação. As velhas idéias de que o Estado era o único responsável tanto pelos diagnósticos, como pelo financiamento, implementação de políticas, acompanhamento e avaliação dos resultados alcançados, se tornaram insustentáveis.

As fortes reações à participação de outros atores sociais no processo decisório, até então centralizado, eram compreensíveis. Afinal, na sociedade brasileira, marcada pela forte discriminação étnica, religiosa e por gênero, e pela dominação das elites durante todos os seus quinhentos anos de história, não poderia aceitar, de bom grado, a divisão de um poder centralizador tão bem caracterizado pelo coronelismo. Participação, avaliação, monitoramento, terceiro setor, cooperativismo, ainda soavam como ameaças ao poder secular estabelecido.

Entra-se pelo novo século ainda sob o debate da viabilidade ou não das organizações não-governamentais que, por seu lado, viam o Estado, ao mesmo tempo, como ameaça à sua independência político-organizacional e como principal fonte de financiamento de suas atividades. Afinal os recursos eram necessários, mas as interferências nas decisões não eram aceitas. Algo como *“me dê o dinheiro, mas não se intrometa nas nossas deliberações!”*.

Foi nesse período de passagem de século, que tomou força um conceito mais amplo de desenvolvimento, pois já não se podia mais aceitar que índices como PIB, taxa de inflação, indicadores do comércio exterior e outros semelhantes, traduzissem as condições de vida da população. Simultaneamente, os encontros internacionais resultavam sempre na divulgação das preocupações com o meio ambiente e com a crescente pobreza no mundo.

E, justamente a partir de esforços e incentivos da comunidade internacional, passa-se a buscar a integração entre as áreas econômica, social e ambiental para criar um conjunto compreensivo de informações.

OS VELHOS INDICADORES

O conjunto chave de indicadores utilizados para representar o desenvolvimento de um país, nos anos 50, 60 e 70, era fundamentado no Produto Interno Bruto – PIB. Essa forma de mensuração do desenvolvimento já existia desde o século XIX e permaneceu a mesma durante quase todo o século XX. Ou seja, como desenvolvimento subentendia-se desenvolvimento econômico.

Todas as decisões sobre política pública, no âmbito do Estado do Bem-estar Social tinham como objetivo melhorar o desempenho dos indicadores econômicos já que estes eram os únicos números a serem melhorados e únicas metas a serem alcançadas. Os discursos e compreensões sobre as causas e conseqüências das tendências desses indicadores alargavam a compreensão pública da economia política e sustentavam o desenvolvimento de teorias e modelos econômicos.

Pesquisadores, economistas, poder executivo e investidores confiavam no acompanhamento desses indicadores e, portanto, não havia razão para não aceitá-los como o retrato fiel do desenvolvimento. Afinal a questão econômica era a única questão fundamental, enquanto a questão social era secundária e a questão ambiental era inexistente.

O interesse em indicadores sociais, a partir dos anos sessenta para medir o impacto do programa espacial da NASA e iniciativas para a diminuição da pobreza nos Estados Unidos, fizeram com que, em 1967, o senador norte-americano Mondale patrocinasse uma legislação e articulações políticas para o estabelecimento de um Comitê de elaboração, publicação e acompanhamento de um Relatório Social anual.

Mas foi sob o Presidente Lyndon Johnson que o Departamento de Comércio dos Estados Unidos desenvolveu um conjunto formal de indicadores sociais de Saúde, Educação e Bem Estar, em 1969. Este conjunto de indicadores estatísticos trazia números sobre, por exemplo, saúde e doenças, mobilidade social, meio ambiente, renda, segurança pública e participação política. Dados incompreensíveis, para aqueles que tinham no acompanhamento da evolução do PIB a base das decisões sobre políticas econômicas, sociais e ambientais.

Esse novo conjunto de estatísticas sociais preencheu um vazio ao servir de importante referência para todos aqueles que estavam voltados para a elaboração de políticas públicas sociais. Projetos voltados para as comunidades, mesclando os fatores econômicos – até



então isolados e exclusivos – e sociais, permitiram avanços nas propostas sobre indicadores locais e absorveram a atenção do mundo.

Se, no início do século XX, as cidades orgulhavam-se de seus *arranha-céus* e de chaminés despejando os refugos da modernidade industrial, os primeiros anos do século XXI solidificam a necessidade de atenção especial ao combate à pobreza e à política ambiental. Os indicadores ambientais passam a juntar-se aos indicadores econômicos e sociais no conjunto de informações necessárias para a análise da qualidade de vida das populações.

NOVOS INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO

Até o presente momento, há que se considerar que as políticas econômicas desconsideram totalmente indicadores ambientais ou sociais, enquanto as políticas ambientais, por outro lado, têm suas justificativas com base em estatísticas ambientais e não levam em consideração as variáveis econômicas. Aliás, muitas vezes, indicadores ambientais e indicadores econômicos encontram-se em campos opostos de interesse. Quanto às políticas sociais, freqüentemente estão completamente isoladas das políticas econômica e ambiental.

Mas é inegável que existe, hoje, uma forte e irreversível tendência de ampliar o conceito de desenvolvimento, incorporando metas sociais e ambientais aos conceitos econômicos de crescimento, integrando, assim, vários tipos de informações.

Cientistas sociais e formuladores de políticas caminham nesta direção, provocando uma sinergia entre estas três áreas que, decisivamente, são fundamentais tanto para a qualidade de vida do ser humano quanto para o desenvolvimento social e econômico de uma população.

A comunidade internacional vem patrocinando e trazendo a nova convicção de que o desenvolvimento

deve incluir aspectos econômicos, ambientais e sociais, considerando também o benefício das gerações futuras. A seleção de indicadores de desenvolvimento deve ter como fundamento, portanto, o reconhecimento de que a atividade econômica tende a causar custos ambientais e sociais e resistem, através do exercício do próprio poder econômico, a toda e qualquer regulamentação ambiental ou com objetivos sociais.

Progressos alcançados, mesmo se em um momento específico atingem a melhoria dos índices econômicos, são controversos e afetam a distribuição de riqueza e o poder da sociedade, reduzindo, em um momento posterior, o próprio desenvolvimento econômico.⁴ Daí o interesse específico em um sistema unificado de indicadores que incorpore índices econômicos, sociais e ambientais.

DOIS EXEMPLOS DE INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO

Pode-se verificar o progresso na construção de novos sistemas de indicadores de desenvolvimento integrando as áreas econômica, social e ambiental, pelo número crescente de pesquisadores que estão investindo tempo e recursos para expandir os sistemas de estatísticas, no sentido de incorporar aqueles aspectos que os novos conceitos de desenvolvimento julgam fundamentais para a qualidade de vida.

Estes novos indicadores seriam extremamente úteis para três propósitos básicos:

- Expandir os sistemas de estatística integrando as novas necessidades de acompanhamento e interpretação da evolução da economia global contemporânea.
- Criar sistemas de indicadores que integrem as áreas econômica, social e ambiental, de acordo com o moderno conceito de desenvolvimento.
- Priorizar indicadores que interpretem as relações sociais e os diferentes setores da sociedade.

Entre as experiências mais conhecidas internacionalmente podem ser citados: os Indicadores Calvert-Henderson de Qualidade de Vida, cujo objetivo principal seria desenhar uma ampla visão da qualidade de vida para

⁴ O aumento do desemprego devido à automação, por exemplo, causa a exclusão social e, conseqüentemente, a diminuição do mercado interno. O desmatamento ou a pesca predatória, que aumentam, em curto prazo, o desempenho econômico de uma determinada região, pode trazer prejuízos para gerações futuras.

Qualquer concepção sobre desenvolvimento, hoje, deve considerar um conjunto de elementos inter-relacionados, formando um todo, integrado pelo meio ambiente e pelas condições econômicas, culturais e sociais.



servir de complemento às estatísticas atuais, identificando seus *pontos cegos*, onde se fazem necessários novos sistemas de informações e de intervenção política e os Indicadores de Progresso de Jacksonville, criados a partir de ampla discussão com a sociedade local, para definir claramente os objetivos a serem alcançados pelas políticas públicas.

PRIMEIRO EXEMPLO: INDICADORES CALVERT-HENDERSON DE QUALIDADE DE VIDA

Os Indicadores Calvert-Henderson de Qualidade de Vida foram criados de acordo com a concepção de que os atuais sistemas de informação não foram organizados para a participação dos diferentes atores sociais. Isto é, são precários e ambíguos quando se referem à análise e interpretação de impactos sociais e ambientais das atividades sócio-econômicas. A consequência direta deste fato seria a irracionalidade das informações que deveriam estar socialmente organizadas, no sentido de permitir a ação consciente do cidadão, das empresas, do setor público e das organizações da sociedade civil.

Assim, considerando que o debate mais premente se dá em torno das novas formas de mensuração da riqueza, do progresso e do desenvolvimento, questiona a viabilidade dos coeficientes financeiros e modelos macroeconômicos traduzirem as novas áreas de preocupação social: direitos humanos, saúde, educação, meio ambiente e qualidade de vida em geral.⁵ Assim, foi proposta uma série de indicadores relacionados em um modelo determinado.

Com o resultado apresentado na publicação Calvert-Henderson, Quality of Life Indicators – A New Tool for Assessing National Trends⁶, a metodologia desenvolveu doze indicadores básicos de qualidade de vida nas áreas: Educação, Emprego, Energia, Meio Ambiente, Saúde, Direitos Humanos, Renda, Infra-estrutura, Segurança Nacional, Segurança Pública, Lazer e Habitação.⁷

O detalhamento em cada um dos doze setores, desdobrados em indicadores mais pontuais, consegue

cobrir o essencial do universo de informações necessárias para desenvolver uma nova forma de concepção sobre qualidade de vida, que permite analisar partes da sociedade com uma profundidade que, através dos indicadores clássicos, seria inviável.

SEGUNDO EXEMPLO: INDICADORES DE PROGRESSO DE JACKSONVILLE

Em 1985, patrocinado pela Câmara de Comércio Regional de Jacksonville, o Conselho Comunitário de Jacksonville, Inc. – JCCI, iniciou um projeto que tinha como objetivo medir o bem estar social na região, estendendo a concepção de qualidade de vida além dos indicadores econômicos e alcançando setores como meio ambiente, meio social, mobilidade e transporte, segurança pública, arte e cultura. Os resultados desse projeto foram denominados Qualidade de Vida em Jacksonville: Indicadores de Progresso.⁸

Durante as duas últimas décadas, milhares de pesquisadores voluntários revisaram e propuseram melhorias nesses indicadores. Nesse processo, desenvolveram objetivos comunitários para cada indicador, no qual as comunidades definiram metas específicas para 2005. Criaram, assim, relações entre as agendas sociais comunitárias e os Indicadores de Progresso e acordaram para que esses Indicadores constituam a fonte principal das informações sobre o desenvolvimento da qualidade de vida nas comunidades e na região.

Todo esse processo integrou um só documento denominado Indicadores de Progresso de Jacksonville, que apresenta o detalhamento dos problemas e suas soluções, definindo metas específicas, objetivas e claras para cada um dos setores sociais, econômicos, culturais e ambientais que definem a qualidade de vida da população.

O PAPEL DOS INDICADORES

As recomendações estabelecidas na ECO-Rio 1992, pelo Grupo designado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, definem que o desenvolvimento sustentável deve atender às necessidades do presente sem comprometer as necessidades das gerações futuras.

⁵ Henderson, Hazel, Lickerman, Jon, Flynn, Patrice (editors); Calvert-Henderson Quality of Life Indicators, Published by Calvert Group, Ltd, Bethesda, MD, USA, pgs 6 e 7.

⁶ Idem. Ver resumo da referida pesquisa em http://www.calvert.com/aboutindex_2951.html.

⁷ Sobre os Indicadores Calvert Henderson, ver <http://www.calvert-henderson.com/ou> Henderson, Hazel, Lickerman, Jon, Flynn, Patrice (editors); Calvert-Henderson Quality of Life Indicators, Published by Calvert Group, Ltd, Bethesda, MD, USA.

⁸ Sobre os Indicadores de Progresso de Jacksonville, ver <http://www.jcci.org/newerhome.htm>.



Dentro dessa concepção, a melhoria da qualidade de vida das populações é um importante requisito – ao invés de consequência – para esse desenvolvimento.

Qualquer concepção sobre desenvolvimento, hoje, deve considerar um conjunto de elementos inter-relacionados, formando um todo, integrado pelo meio ambiente e pelas condições econômicas, culturais e sociais.

Ninguém habita um mundo ou localidade puramente econômica, somente voltada à comercialização. Mas mesmo sob o ponto de vista específico da economia, as decisões individuais têm como fundamento ações que afetam o ambiente, as relações sociais, os laços culturais e as condições climáticas e econômicas.

A diversidade de abordagens para integrar informações ambientais, culturais e sociais com os indicadores econômicos para melhor subsidiarem as decisões, monitoramento e avaliações, demonstram a importância e atualidade do tema. O principal objetivo dessa integração de indicadores de diferentes setores é conseguir traduzir a realidade da sociedade/população/comunidade objeto.

Segundo Levy (1998),

*as interações entre o Estado e a sociedade se fazem necessárias porquanto se reconhece sua dependência mútua, uma vez que nenhum ator detém todo o conhecimento e informação necessários para resolver problemas específicos, dinâmicos e diversificados.*⁹

A autora chama a atenção para a necessidade do Estado democrático exercer o poder político mediante uma ação combinada com a sociedade civil, daí,

*a obrigação de prestar contas e assumir responsabilidades perante os cidadãos... O prestar contas, porém, deriva de explicações construídas, cujo significado deve ser entendido e aceito por todas as partes envolvidas para que se possa planejar e avaliar a ação coletiva.*¹⁰

Ora, considerando que os indicadores são instrumentos operacionais, quantitativos ou qualitativos, utilizados para monitoramento da realidade, deduz-se a importância de seu papel não só no processo decisório, mas, e principalmente, no acompanhamento, monitoramento e avaliação de resultados, devendo ser acessíveis a *todas as partes envolvidas para que se possa planejar e avaliar a ação coletiva.*

A *prestação de contas* através de indicadores perderia seu principal fundamento no processo burocrático. Ao mesmo tempo, o acento nos resultados alcançados passa a se revestir de importância crescente. As reações a essa mudança na visão técnico-administrativa, contudo, são extremamente fortes em razão da própria história cultural e sócio-econômica brasileira. Afinal, esta mudança não interessa a qualquer grupo que ocupe alguma posição dominante na sociedade brasileira.

E, nesse aspecto, os índices econômicos perdem sua força interpretativa deixando um espaço – que até o momento não foi ocupado – para os indicadores de desenvolvimento local. O campo de pesquisa de indicadores está pronto para exploração e expansão em busca de um sistema de estatística apto a descrever o bem estar econômico, social e ambiental. Qualquer sistema de indicadores que forneça números compreensíveis sobre produção, comportamento humano e recursos naturais e transforme esses números em indicadores compreensíveis e significativos, será uma inovação em nossa cultura e sociedade.

Mas, para tanto, será absolutamente necessário que esse sistema seja capaz de visualizar as relações entre fatores econômicos, sociais e ambientais simultaneamente. Talvez, assim, a própria sociedade civil seja mais capaz de, juntamente com o Estado, conhecer nosso ambiente e as consequências de nossas ações econômicas, culturais e sociais.

⁹ Levy, Evelyn, Controle Social e Controle de Resultados – um Balanço dos Argumentos e da Experiência Recente. In. BARRETO, Maria Inés. Lo público no estatal en la reforma del estado /; Luiz Carlos Bresser Pereira [y] Nuria Cunill Grau (editores). 1a. ed., Buenos Aires: Paidós, 1998.

¹⁰ Idem, pg. 390.



Cidadania corporativa: um modelo de gestão socioambiental

Este artigo focaliza um modelo de gestão socioambiental, o qual prevê a necessidade das empresas adotarem um sistema de planejamento que, além da estratégia mercadológica, leve em conta as estratégias social e ambiental. Esse modelo diz respeito, especialmente, à administração de organizações empresariais mercantis.

A título de contextualização dos pressupostos teóricos que dão suporte ao modelo selecionado, estuda-se a mudança da idéia tradicional, e bastante restritiva, de “capitalismo econômico”, para a noção contemporânea, e bem mais ampliada, de “capitalismo natural”. Destaca-se também a tese da cidadania corporativa, que trata das inter-relações cada vez mais estreitas entre as corporações mercantis e a sociedade, adaptando-se o conceito histórico de *cidadania*, que engloba os direitos e responsabilidades individuais, ao conceito de empresa.

Por fim, delineiam-se os pontos básicos de um modelo de gestão socioambiental julgado adequado às empresas brasileiras que pretendam diagnosticar e gerenciar as questões relativas aos campos social e ambiental. O modelo reúne um conjunto de elementos, do nível estratégico ao operacional, necessários para que a empresa possa se desenvolver, sustentavelmente.

CAPITALISMO NATURAL: POSSIBILIDADE OU UTOPIA?

No livro *Capitalismo natural: criando a próxima revolução industrial*, Paul Hawken e outros (2000) defendem a tese

* Economista, com doutorado em comunicação e professor da Escola de Administração da UFBA.

de que é possível prever uma mudança radical no modo de produção capitalista tradicional, baseado no lucro a qualquer custo e no uso predatório dos recursos naturais, para um modo de produção em que, simultaneamente, as empresas auferam ganhos e contribuam para a preservação ambiental. Conforme Hawken e outros, a mentalidade do sistema capitalista tradicional pode ser assim sintetizada:

- O progresso econômico tem melhores condições de ocorrer em sistemas de produção e distribuição de mercado livre em que os lucros reinvestidos tornam o trabalho e o capital cada vez mais produtivos;
- Obtém-se vantagem competitiva quando fábricas maiores e mais eficientes produzem mais mercadorias para a venda no mercado em expansão;
- O crescimento da produção total (PIB) maximiza o bem-estar humano;
- Todo advento de escassez de recursos estimula o desenvolvimento de substitutos;
- As preocupações com a saúde do meio ambiente são importantes, mas devem equilibrar-se com as exigências do crescimento econômico, se se quiser manter um alto nível de vida;
- As empresas e as forças livres de mercado alocarão pessoas e recursos para o seu uso superior e melhor.

A revolução industrial, iniciada na segunda metade do século XVIII, teria estabelecido essa visão de mundo como uma ideologia econômica. Para Hawken e outros, “os últimos dois séculos de crescimento maciço em prosperidade e capital industrial fizeram-se acompanhar de um prodigioso corpo de teorias econômicas que os analisavam, todas baseadas na falácia segundo a qual o capital natural e o humano tinham pouco valor em comparação com o produto final”.

Ainda segundo esses autores, no modelo industrial padrão, a criação de valor é apresentada como uma seqüência linear de extração, produção e distribuição, na qual introduzem-se as matérias-primas. O trabalho emprega a tecnologia para transformar tais recursos em produtos, que são vendidos para criar o lucro. Os resíduos



do processo de produção são, de algum modo, encaminhados a algum lugar para descarte. E, de acordo com a teoria econômica tradicional, a destinação dada aos resíduos é considerada uma externalidade, ou seja, não deve ser computada nos custos da empresa.

Atualmente, é cada vez maior o número de autores que contestam esse modelo econômico. Acredita-se que a continuidade da aplicação da lógica capitalista convencional implicaria a utilização de energia e recursos naturais em quantidade não suportável pela natureza. Além disso, mantida a atual tendência de crescimento demográfico, em breve o próprio tecido da vida poderá ser destruído. Portanto, o capitalismo natural pode ser uma alternativa viável, já que há exemplos concretos de uma série de oportunidades e possibilidades testadas. Por exemplo, existem automóveis movidos a células de hidrogênio e edifícios que funcionam por energia solar. Já está em fase adiantada a utilização de papel e de tintas “reimprimíveis”, bem como o uso alternativo de fibras, permitindo que a área destinada à produção de madeira e polpa seja drasticamente reduzida. São conhecidos os casos de ervas que podem gerar produtos farmacêuticos e a reciclagem do lixo para fabricação de vários produtos.

Evidentemente, em face do poder que envolve o capitalismo tradicional, nos mais de dois séculos de atuação, é compreensível, embora não aceitável, que muitos ainda vejam as idéias que dão suporte ao *capitalismo natural* como uma mera utopia. Portanto, para que sejam realmente postas em prática, as prescrições do *capitalismo natural* ainda terão de ser melhor estudadas e compreendidas.

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL DAS EMPRESAS

Os argumentos aqui apresentados, em muitos aspectos, coincidem com o que consta no livro de Jacques Demajorovic (2003), *Sociedade de risco e responsabilidade socioambiental: perspectivas para a educação corporativa*. Na apresentação dessa obra, Pedro Jacobi parece-nos convincente ao destacar a importância da noção de desenvolvimento sustentável: “apesar das críticas de que tem sido alvo, o conceito de desenvolvimento sustentável representa um importante avanço, na medida em que a Agenda 21 global, enquanto plano emergente de ação para o desenvolvimento sustentável no século XXI, considera a complexa relação entre o desenvolvimento e o meio ambiente em uma grande variedade de áreas”. Assim, parte-se da afirmação de

uma filosofia do desenvolvimento, que combina eficiência econômica com justiça social e prudência ecológica, como premissa da construção de uma sociedade solidária e justa.

De acordo com Demajorovic, até a metade da década de 1980 as empresas mercantis mantiveram um discurso cuja retórica era de resistência às iniciativas voltadas para reduzir os impactos negativos causados ao meio ambiente pelas atividades produtivas. Como escreve esse autor, “no que se referia especificamente aos problemas de degradação ambiental, os representantes empresariais argumentavam que os custos adicionais para as empresas, resultantes dos gastos em controle da poluição, comprometeriam a lucratividade, a competitividade e a oferta de empregos, gerando portanto prejuízos às partes interessadas, ou seja, trabalhadores, acionistas e consumidores”. Desta forma, a estratégia das empresas era “externalizar” os custos ambientais, transferindo-os para a sociedade. Com isso, ficavam, ou ainda ficam, desobrigadas de arcar com os custos para solucionar os problemas ambientais.

Ou seja, por esse argumento, a solução dos problemas ambientais, mesmo aqueles provocados pelas atividades desenvolvidas nas empresas poluidoras, deveria ser encontrada fora da esfera empresarial. Portanto, caberia sempre ao Estado adotar as medidas corretivas para reduzir os efeitos da poluição. A partir de meados dos anos de 1980, esse discurso corporativo, que dava sustentação deliberada à omissão das empresas quanto à responsabilidade ambiental, começa a mudar. Como observa Demajorovic, ao mesmo tempo em que a mobilização em torno da questão ambiental multiplicava os debates sobre essa temática em diversos países, o setor público, por meio de suas agências ambientais, aprimorava a regulação, convertendo os danos e as ameaças ao meio ambiente em custo direto para os negócios. Além disso, a exposição na mídia de tragédias ambientais provocadas por grandes empresas colocava o setor industrial como alvo prioritário dos protestos de grupos ambientalistas.

Assim, cada vez mais a empresa mercantil é compreendida não apenas como um fator essencial do sistema capitalista, mas como um elemento indispensável do desenvolvimento sustentável. É nesse sentido que focalizaremos a seguir o conceito de cidadania corporativa, chamando a atenção para aspectos relevantes das relações entre as organizações mercadológicas e a sociedade, além de enfatizar a importância da dimensão ética nos negócios, sem prejuízo do caráter prático que deve nortear as atividades mercantis.



CIDADANIA CORPORATIVA

A cidadania corporativa, segundo Malcolm McIntosh e outros (2001), diz respeito ao relacionamento entre empresas e sociedade, incluindo-se aí tanto a comunidade local, na qual a empresa está inserida, quanto a comunidade mundial que abrange todas as empresas, através de seus produtos, sua cadeia de suprimentos, sua rede de revendedores e sua publicidade. Esses autores buscam adaptar o conceito histórico de *cidadania*, compreendendo os direitos e responsabilidades individuais, ao conceito de empresa, por considerar que esta, mesmo sendo constituída de várias pessoas, age como indivíduo.

Malcolm McIntosh e outros assinalam que, histórica e culturalmente, as sociedades ocidentais tendem a identificar mais direitos corporativos do que responsabilidades. Mas acreditam que esta situação está mudando, surgindo a figura da empresa cidadã. Evidentemente, muitos aspectos deste novo modelo empresarial são complexos, a exemplo dos dilemas referentes ao envolvimento corporativo em questões de direitos humanos, em alguns países em desenvolvimento. Independente dessa constatação, é evidente a preocupação sobre como as empresas obtêm e sustentam seus lucros. Em outras palavras, a concepção da idéia de cidadania corporativa leva em conta a dimensão ética, sem desconsiderar a dimensão prática, com a qual se vinculam as atividades de negócios.

Um aspecto relevante da idéia de cidadania corporativa consiste na importância que é conferida por seus defensores ao papel dos interessados (*stakeholders*), com os quais a empresa deve manter estreitos relacionamentos, para alcançar melhoria no desempenho. Entendem que o engajamento dos interessados em diálogos e consultas pode ser uma forma eficaz de encontrar caminhos para a sobrevivência numa sociedade tradicionalmente fragmentada e injusta na distribuição da riqueza.

E, não custa sublinhar, um dos dramáticos desafios que a maioria das corporações mercantis enfrenta, neste início de terceiro milênio, é o de aumentar a produção para atender às crescentes demandas do mercado globalizado e, simultaneamente, atender as determinações da regulação e os princípios da sustentabilidade socioambiental. Portanto, conhecer e adotar novos modelos de gestão ecológica e ambiental pode ser muito valioso para as corporações mercantis que desejam desenvolver estratégias competitivas que mantenham a harmonia entre os fatores econômico, social e ambiental. É esse aspecto que abordaremos na seção a seguir.

MODELO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

No livro *Gestão ambiental e Responsabilidade Social Corporativa*, Takeshy Tachizawa (2002) propõe um modelo de gestão ambiental e de responsabilidade social que ora sintetizamos. O modelo, levando em consideração as variáveis ambientais e as definições dos interessados na empresa (*stakeholders*), inicia-se com a definição das decisões estratégicas, especialmente quanto ao delineamento dos objetivos corporativos e das estratégias globais da organização.

De acordo com esse modelo de gestão socioambiental, as decisões de natureza ambiental e social, a partir das quais são formulados os respectivos projetos, devem ser definidas em estreita vinculação e interação com as estratégias corporativas. Ou seja, as decisões estratégicas devem estar perfeitamente sintonizadas com a “cadeia produtiva”, que envolve desde os fornecedores, o processo produtivo, os processos de apoio, a exemplo do marketing, até chegar aos clientes. Para efeito de avaliação, o desempenho da empresa deverá ser medido, por um lado, através de indicadores de negócio, que correspondem às decisões estratégicas corporativas; e, por outro lado, mediante indicadores ambientais e sociais, relativos às definições nesses campos, atendendo-se aos dispositivos da legislação vigente.

Segundo Tachizawa, a aplicação do citado modelo deve levar em conta a tipologia das organizações, com base na análise de suas características, em função do setor econômico a que pertençam. Cada segmento econômico apresenta características singulares que fazem com que a interação entre seus agentes ambientais seja intrínseca a cada setor: industrial, comercial ou de serviços. Quer dizer, o modelo proposto parte da premissa de que o delineamento estratégico da organização leva em consideração os aspectos mercadológicos, sociais e ambientais, que dão conformidade à atuação de cada empresa.

Como diz Tachizawa, “diferentes técnicas de gerenciamento tendem a acompanhar os tipos diferenciados de empresas existentes em função das variáveis ambientais. O esquema para diagnosticar e gerenciar uma organização é a maneira particular de como a organização desenvolve suas atividades empresariais. Retrata o conjunto de elementos, do nível estratégico ao operacional, de que a faz uso, para desenvolver, expandir, sobreviver, enfim, em seu meio ambiente de atuação”. Em suma, o modelo retrata a organização inserida no ambiente em que opera, sujeita às influências das variáveis ambientais e interagindo com os principais interessados: clientes, fornecedores, empregados, acionistas e comunidade local.



Os pressupostos nos quais se fundamenta o modelo de Tachizawa, no que tange ao diagnóstico e ao gerenciamento de uma organização, são estes:

- A caracterização da organização distingue diferentes tipos de corporação, existindo estratégias genéricas para cada tipo;
- As estratégias genéricas, comuns a todas as organizações que fazem parte do mesmo setor econômico, podem subsidiar a definição das estratégias específicas (decisões de nível estratégico) e que, em seu conjunto, tornam cada empresa singular;
- Às estratégias genéricas agregam-se as estratégias específicas que formam o processo decisório da organização. Essas estratégias específicas dependem do estilo de gestão do principal executivo da organização e das crenças, valores e cultura vigentes no âmbito da organização;
- O processo decisório, função direta da cadeia produtiva da organização, pode ser hierarquizado em camadas/níveis decisórios, dentro dos contornos delineados pelo foco estratégico definido para o negócio da empresa;
- O processo decisório compõe-se das decisões necessárias à operacionalização das atividades empresariais (cadeia de agregação de valores/cadeia produtiva da organização);
- As decisões estratégicas estabelecem as regras de decisão para a camada de decisões operacionais que, por sua vez, retroalimentam a camada decisória de nível superior (estratégica) com dados dos eventos ocorridos em seu nível operacional;
- A cadeia produtiva (ciclo operacional ou cadeia de agregação de valores), composta dos processos sistêmicos produtivos (atividades-fins da organização), é suportada pelos processos de apoio;

- Os processos sistêmicos, tanto os produtivos quanto os de apoio, geram eventos econômicos, que são processados e mensurados pelo processo decisório (decisões operacionais) que, por sua vez, geram as ações no âmbito daqueles processos;
- Os indicadores de negócios, de qualidade e de desempenho constituem métricas para o monitoramento do processo decisório da empresa.

Como assinala Tachizawa, o modelo de gestão ambiental e responsabilidade social pode ser aplicado com os seguintes objetivos:

- Implementar estratégias ambientais e sociais, quando então é feita uma abordagem global dos elementos do modelo de gestão proposto;
- Fazer diagnóstico geral da organização;
- Subsidiar o processo e planejamento estratégico;
- Criar métricas e indicadores para monitoramento das decisões estratégicas e operacionais;
- Estabelecer um processo de medição de desempenho e comparação com o mercado (*benchmarking*);
- Auxiliar na formulação de planejamento dos recursos de tecnologias da informação a serem implementados, a exemplo do plano diretor de informática;
- Implementar os sistemas (séries das normas ABTN) ISO 9000 e ISO 14000;
- Criar referencial para implementação de um sistema de avaliação de desempenho e de mérito, para fins de remuneração estratégica do pessoal da organização.

Prudentemente, é o próprio Tachizawa quem faz a seguinte ressalva, quanto ao seu modelo de gestão ambiental e responsabilidade social: “Como todo modelo empresarial, que é uma tentativa de representação abstrata de uma realidade do mundo empresarial, ele não é completo. Também não substitui ou invalida o processo de gestão estratégica que varia de organização para organização. Muito pelo contrário, ambos são complementares e o modelo proposto apóia-se diretamente sobre as definições dadas no processo de gestão estratégica pelo empresário/empreendedor”.

As evidentes distorções de natureza socioambiental, principalmente as causadas pelas atividades produtivas geradoras de poluição, têm exigido uma mudança de postura por parte de governos e empresários, em nível mundial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A temática aqui discutida buscou evidenciar a necessidade de transformação nos fundamentos do capitalismo



tradicional. Como vimos, a antiga idéia de que existe uma barreira intransponível entre o chamado progresso econômico e o desenvolvimento socioambiental não mais se sustenta. Aliás, as evidentes distorções de natureza socioambiental, principalmente as causadas pelas atividades produtivas geradoras de poluição, têm exigido uma mudança de postura por parte de governos e empresários, em nível mundial. Por isso, é cada vez mais inaceitável a concepção segundo a qual as medidas voltadas para a conservação ambiental e para a inclusão social devam subordinar-se às atividades econômicas.

Mas ainda são grandes as dificuldades para se adotar efetivamente os fundamentos do desenvolvimento sustentável, mesmo com a crescente difusão do conhecimento sobre as vantagens que ele proporciona. E a empresa, em face de sua importância nas relações mercadológicas, é também um elemento fundamental nas políticas de preservação ambiental e de promoção social. Especialmente no que se refere às organizações do setor industrial, em que utilizam com mais intensidade recursos naturais e energéticos, além de ocuparem um papel destacado na oferta de trabalho.

A noção de cidadania corporativa, como observamos, trata do conjunto de relações que deve ser mantido, e incentivado, entre as empresas mercantis e a sociedade. Em suma, uma corporação cidadã é aquela que procura assegurar sua existência no mercado em que atua, com base no respeito ao direito das pessoas e das organizações a uma vida ecologicamente saudável e socialmente justa, o que certamente resulta em boa reputação para sua marca e seus produtos. Tornar-se uma corporação cidadã, provavelmente, será a meta principal das organizações neste início de século XXI. E, como se analisou, é de suma importância a responsabilidade da empresa mercantil quanto ao aspecto socioambiental, uma vez que a organização empresarial continua a ocupar um lugar privilegiado no sistema capitalista, mesmo em face das mudanças nele ocorridas.

O modelo de gestão socioambiental, idealizado por Takeshy Tachizawa e aqui sintetizado, a exemplo de outros modelos de gestão ambiental e de responsabilidade social, é uma ferramenta que visa a possibilitar à empresa que o adota um desempenho condizente com a nova visão de estratégia corporativa comprometida com a preservação da natureza e com a inclusão social. Nele estão presentes idéias e recomendações práticas para que as organizações mercantis desenvolvam ou aperfeiçoem estratégias que tenham como objetivo conseguir ou manter a condição de, ao mesmo tempo, ser um empreendimento economicamente lucrativo, socialmente justo e

ecologicamente sustentável. Enfim, a implementação de um modelo de gestão ambiental pode ser um fator significativo para que as empresas consigam vencer o desafio da sustentabilidade socioambiental.

Evidentemente, vale enfatizar, nenhum modelo de gestão traz em si soluções milagrosas para os problemas empresariais. Contudo, a adoção de um modelo estratégico, que busque contrabalançar, equitativamente, as dimensões econômica, ambiental e social, pode ser considerado um passo decisivo para que as empresas enfrentem, com sucesso, os desafios deste início de milênio. Compreender a questão socioambiental e buscar estratégias para enfrentá-la parece-nos, portanto, improporável.

Referências

- DEMAJOROVIC, Jacques. *Sociedade de risco e responsabilidade socioambiental: perspectivas para a educação corporativa*. São Paulo: Editora Senac, 2003.
- HAWKEN, Paul, LOVINS Amory e LOVINS L. Hunter. *Capitalismo natural: criando a próxima revolução industrial*. São Paulo, Cultrix, 2000.
- JACOBI, Pedro. Apresentação do livro *Sociedade de risco e responsabilidade socioambiental: perspectivas para a educação corporativa*. Autor: Jacques Demajorovic. São Paulo: Editora Senac, 2003.
- MCINTOSH, Malcolm e outros. *Cidadania corporativa: estratégias bem-sucedidas para empresas responsáveis*. Rio de Janeiro: Qualitymark Ed., 2001.
- TACHIZAWA, Takeshy. *Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa: estratégias de negócios focadas na realidade brasileira*. São Paulo: Atlas, 2002.





**SUPERINTENDÊNCIA
DE ESTUDOS ECONÔMICOS
E SOCIAIS DA BAHIA**

Serviço de Atendimento ao Usuário: de 2º a 6º, das 9:00 às 18:00
Tel.: (71) 3115 4823/4822 Fax: (71) 3115 1853
www.sei.ba.gov.br – sei@sei.ba.gov.br
Av. Luiz Viana Filho, 453 - 4ª Avenida - 2 and. - CAB
Cep: 41.750-300 - Salvador - Bahia - Tel.: (71) 3115 9665

INFORMAÇÃO A SERVIÇO DA SOCIEDADE

INVESTIMENTOS INDUSTRIAIS PREVISTOS NO ESTADO DA BAHIA

INVESTIMENTOS INDUSTRIAIS ALCANÇARÃO R\$ 22 BI

Os investimentos industriais anunciados para o Estado da Bahia, a serem realizados no período referente a 2003-2007, totalizaram um volume da ordem de R\$ 22,1 bilhões que agregam 417 projetos. Do total dos investimentos anunciados, 51,2% corresponde a instalação de novas unidades industriais, agregando um volume superior a R\$ 11,3 bilhões. Para os investimentos em ampliação, esse volume ultrapassa R\$ 10,6 bilhões, representando 48,1% do total. Esses investimentos estão subdivididos em treze eixos de desenvolvimento e em nove complexos de atividade econômica.

Esses empreendimentos deverão gerar mais de 70 mil postos de trabalho, depois de iniciadas as operações das unidades industriais. Destacam-se os eixos Metropolitano e Grande Recôncavo que absorverão, respectivamente, 46% e 15% do total dos empregos diretos previstos.

Do total dos investimentos quanto à localização, indicado pelos Eixos de Desenvolvimento, grande parte concentra-se no Metropolitano e o Extremo Sul agregando 89% do total, o que corresponde a um volume da ordem de R\$ 19,5 bilhões. Esses eixos agregam 250 projetos de investimentos, o que representa 60% do número de projetos. Os demais eixos agregam um volume de investimentos superior a R\$ 2,5 bilhões, representando 11% do total.

Ao analisar esses investimentos quanto ao complexo de atividade econômica verificou-se que 57% encontram-

se alocados nos complexos Madeireiro (42%) e Atividade Mineral e Beneficiamento (15%) que juntos agregam um volume de recursos da ordem de R\$ 12,7 bilhões. Esses complexos agregam 43 projetos de empresas de médio e grande porte que representam 10% do total de projetos anunciados. Com esses resultados, pode-se confirmar a tendência de que os maiores volumes de investimentos estão alocados nos grandes empreendimentos industriais. Os demais complexos agregam um volume da ordem de R\$ 9,4 bilhões.

A política de atração de investimentos industriais, promovida pelo governo do Estado da Bahia, tem contribuído significativamente para a diversificação do parque industrial. Este fato vem ocorrendo desde 1991 com a implantação de programas de incentivos fiscais, como o Probahia. Estes programas se intensificaram, destacando-se: em 1995, com os incentivos especiais para o setor de informática; em 1997, com o Procomex, para o setor de calçados e seus componentes; em 1998 com o Bahioplast, para o setor de transformação plástica; além do Procobre e Profibra. A partir de 2002, o programa Desenvolve substituiu os demais programas implantados anteriormente. Dentre as principais indústrias que estão se instalando e ampliando a sua capacidade em 2003, encontram-se a Veracel Celulose, Aracruz Celulose, Bahia Sul Celulose, Caoa Montadora de Veículos (Hyundai), Moinho Dias Branco.



Tabela 1
Investimentos Industriais Previstos para a Bahia
Volume de Investimento e Número de Empresas por Complexo de Atividade
2003 - 2007

COMPLEXO	VOLUME (R\$1.000,00)	Nº PROJETOS
Agroalimentar	991.464	60
Atividade Mineral e Beneficiamento	3.313.382	26
Calçados/Têxtil/Confecções	919.590	41
Complexo Madeireiro	9.366.652	17
Eletroeletrônico	603.162	50
Metal-Mecânico	1.602.580	70
Químico-petroquímico	3.940.901	72
Transformação Petroquímica	978.512	76
Outros	395.292	5
TOTAL	22.111.535	417

Fonte: SICM/Jornais Diversos

Elaboração: GEAC/SEI

Nota: Dados preliminares, sujeito a alterações. Coletados até 30/11/03.

Tabela 2
Investimentos Industriais Previstos para a Bahia
Volume de Investimento e Número de Empresas por Eixo de Desenvolvimento
2003 - 2007

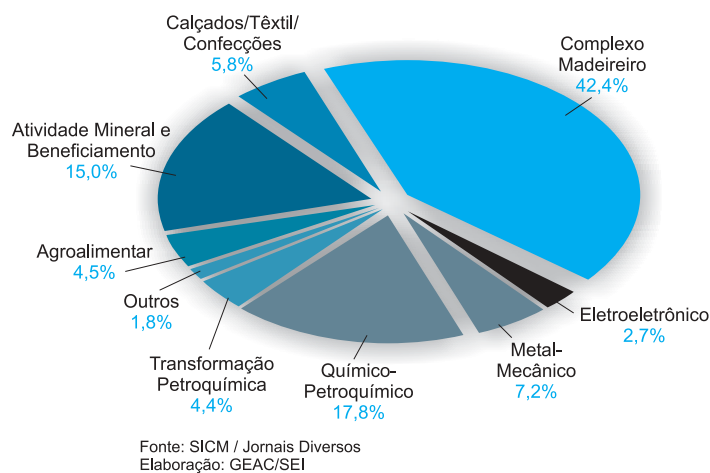
EIXO	VOLUME (R\$1.000,00)	Nº PROJETOS
Baixo Médio São Francisco	152.092	8
Chapada Norte	70.456	11
Chapada Sul	7.229	4
Extremo Sul	9.194.647	12
Grande Recôncavo	783.237	55
Mata Atlântica	612.846	43
Médio São Francisco	31.500	2
Metropolitano	10.380.067	238
Nordeste	21.130	4
Oeste do São Francisco	508.933	15
Planalto Central	110.340	1
Planalto Sudoeste	189.185	17
A Definir	49.873	7
TOTAL	22.111.535	417

Fonte: SICM/Jornais Diversos

Elaboração: GEAC/SEI

Nota: Dados preliminares, sujeito a alterações. Coletados até 30/11/2003.

Investimentos Previstos para a Bahia - 2003 / 2007
Participação dos Investimentos por Complexo de Atividade



METODOLOGIA DA PESQUISA DE INVESTIMENTOS INDUSTRIAIS PREVISTOS NO ESTADO DA BAHIA

A metodologia utilizada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI para levantar as intenções de investimentos industriais previstos para os próximos quatro anos no estado da Bahia, desenvolvida inicialmente pela Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia – SEPLAN, consiste em coletar diariamente as informações primárias dos prováveis investimentos a serem implantados no estado, divulgadas pelos principais meios de comunicação, e obter sua confirmação junto às respectivas empresas. Essas informações são coletadas nas seguintes publicações: Gazeta Mercantil, Valor Econômico, A Tarde, Correio da Bahia e Diário Oficial do Estado da Bahia. O levantamento desses dados também é obtido junto à Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração do Estado da Bahia – SICM através dos protocolos de intenção e projetos econômico-financeiros entregues à Secretaria para o requerimento de incentivos dos programas PROBAHIA, BAHIAPLAST e do atual DESENVOLVE.

Após a verificação dos dados coletados e a confirmação das empresas a serem implantadas no estado, identifica-se a existência de dupla contagem dos dados. Depois de consistidos, os dados serão apresentados sob a forma de tabelas e gráficos contendo o volume e participação dos investimentos industriais por complexo de atividade, por eixo de desenvolvimento e o número de projetos. Os valores dos investimentos anunciados estão expressos em reais.

Os dados mais desagregados estão sendo disponibilizados e atualizados mensalmente no *site* dessa instituição, com dados a partir de 1997, apresentando valores acumulados.





NEGÓCIOS

MINERADORA AUSTRALIANA SE INSTALA NA BAHIA

As jazidas de níquel existentes na região de Itagibá tiveram sua exploração garantida com a assinatura de contrato entre a Canyon do Brasil Ltda. E a Companhia Baiana de Pesquisa Mineral (CBPM), da Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração (SICM).

A empresa vencedora da concorrência pública para exploração do minério de ferro é controlada pela australiana Mitchell River Group e inicia imediatamente os trabalhos complementares para a implantação da mina.

Caso haja viabilidade econômica, será construída uma fábrica para a produção de concentrados de minério de níquel destinados à metalurgia. O projeto representa investimento de US\$ 5 milhões, devendo gerar 160 empregos, sendo 40 diretos e 120 indiretos, com início da produção previsto para 2004. A extração crescerá de forma gradativa até atingir 200 mil toneladas/ano de minério.

Para o Secretário da Indústria, Comércio e Mineração, Otto Alencar, o sucesso da licitação que resultou na escolha da Canyon atesta a excelência do trabalho de pesquisa realizado pela CBPM. Segundo ele, organizações de grande porte do grupo australiano somente se interessam por jazidas cujo levantamento básico tenha credibilidade e inspire confiança, pois o investimento nos estudos complementares tem um peso considerável no projeto.

Grupo da Austrália vai explorar níquel. Diário Oficial, 05/11/2003.

SUL DO ESTADO COMEÇA A PRODUIR CONFECÇÕES

Foi inaugurada em Camacã (19/11), a 510 km da capital, uma fábrica de confecções cuja planta ocupa um terreno de 11.600m², sendo 4.400m² de área construída. Batizada com o nome do município, a Confecções Camacã inicia as atividades com 30 empregados diretos, mas deve gerar 600 novos empregos em até três anos, quando atingir plena capacidade - estimada em 1,2 milhão de peças de confecções e malharia por ano.

De acordo com Erno Froeder, da consultoria gaúcha Plano, que assessora o grupo controlador do empreendimento, foram investidos R\$ 5 milhões nas instalações e equipamentos de última geração. Na contrapartida para atrair a nova fábrica, o governo do estado entrou com recursos de R\$ 1,6 milhão, direcionados para obras de infra-estrutura, pavimentação e construção civil (galpão industrial, refeitório, subestação e administração da unidade).

Responsável pelas obras da parte do governo, a Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial (Sudic), vinculada à Secretaria da Indústria (SICM), tem outros números a comemorar com a inauguração de hoje. "Somente com essa pequena quantidade inicial de empregados da Camacã, a Bahia já alcançou a marca de cinco mil empregos diretos gerados, este ano, com as novas indústrias que se instalaram no estado, considerando as dos pólos de transformação plástica, calçadista e automotivo".

Sugerindo o efeito agregador que uma indústria de porte provoca, a prefeitura de Camacã informa que três imóveis comerciais já estão sendo construídos ao redor da nova planta. O consultor Erno Froeder adianta que, mensalmente, uma turma de 30 empregados será incorporada ao quadro da fábrica, até completar os 600 previstos. Ele diz que 90% da produção será destinada ao mercado nacional, principalmente para estados nordestinos

Camacã ganha indústria de confecções. Correio da Bahia, 19/11/2003.



INDICADORES

BAHIA PODE SE TORNAR MAIOR PRODUTOR DE ALGODÃO DO PAÍS

A Bahia pode se tornar o maior produtor de algodão do país, nos próximos seis anos. A estimativa leva em conta a qualidade do produto e o crescimento da área e da rentabilidade da cultura no estado. Para a safra 2003/2004, a Associação Baiana dos Produtores de Algodão (Abapa) já estima um crescimento da área plantada da ordem de 120%, passando de 80 para 180 mil hectares. Com este incremento, a Bahia supera o estado de Goiás e assume a segunda posição entre os estados produtores, atrás apenas do Mato Grosso. Este novo cenário deve proporcionar a geração de pelo menos 7,2 mil novos empregos no campo.

O produtor e presidente da Abapa, João Carlos Jacobsen, é exemplo da confiança do setor. Na última safra, ele plantou 1,7 mil hectares, e obteve uma colheita de cerca de oito mil toneladas. Este ano, a área cresceu para 2,7 mil hectares no oeste baiano, região com uma das mais altas produtividades no mundo, chegando a 5,2 toneladas por hectare. Estima-se que, no cerrado baiano, a área plantada crescerá de 66 mil para 140 mil hectares.

A elevação do preço do algodão no mercado internacional, os programas de apoio à cultura e o problema da ferrugem na soja estimularam muitos produtores a investirem em cotonicultura. O destaque tem sido a qualidade da produção, com aumento da rentabilidade a cada ano. O preço, que se manteve num patamar próximo a US\$ 5,2 a arroba, nos últimos 30 anos, está agora em torno de US\$ 6,8.

Estado pode se tornar maior produtor de algodão. Correio da Bahia, 7/11/2003.

BAHIA CONFIRMA POSIÇÃO DE LÍDER NO COMÉRCIO EXTERIOR NORDESTINO

A Bahia continua batendo recordes sucessivos na balança comercial. Em outubro, as exportações no estado alcançaram a marca de US\$ 347,9 milhões. Este ano, as vendas externas já chegam a US\$ 2,72 bilhões, o que representa 54,5% das exportações de todo o Nordeste. Como as importações estão em queda, o saldo da balança comercial também registra recorde, chegando a US\$ 1,16 bilhão ainda nos dez meses deste ano.

O segmento de produtos químicos e petroquímicos continua sendo o principal exportador baiano. Mas, os automóveis ganham peso na balança comercial, com participação de 11,06% no volume total exportado. As vendas de veículos da Ford para o exterior pularam de US\$ 65,1 milhões, entre janeiro e outubro de 2002, para US\$ 301,2 milhões no mesmo período deste ano, registrando um incremento de 362%.

Os Estados Unidos e a Argentina continuam sendo os principais parceiros baianos no comércio exterior. O primeiro foi responsável pela compra de 31,6% dos produtos baianos, nos dez meses de 2003. Já os argentinos responderam por 12,57% das exportações, e registram recuperação no comércio bilateral, com aumento de 77% na aquisição de produtos do estado. As vendas da Ford fizeram elevar a participação do México, que passou de 4,47% para 10,06%. Na importação, a Argentina assume a primeira colocação, com 17,63% dos produtos adquiridos pelos baianos, vindo logo em seguida os EUA, com 13,55%, e a Argélia, com 12,91%.

Bahia responde por 54,5% das exportações do Nordeste. Correio da Bahia, 20/11/2003.



AÇÃO GOVERNAMENTAL

BALCÃO DE ORIENTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL CHEGA A JUAZEIRO

O Balcão de Orientação e Desenvolvimento Empresarial, mais conhecido como Bode Móvel, entrou em operação pela primeira vez terça-feira (25/11), nas comunidades de Angico e Juvenal, no município de Juazeiro, a 510km de Salvador.

O Bode Móvel, uma parceria entre Secretaria da Agricultura (Seagri) e Sebrae, é um microônibus adaptado para percorrer o semi-árido prestando serviços laboratoriais, capacitação e assistência técnica, dentro do programa Cabra Forte.

Graças a um moderno laboratório, os produtores rurais dos 17 municípios beneficiados pelo Cabra Forte nos pólos de Jaguarari, Remanso e Conceição do Coité podem ter acesso gratuito e in loco a exames para controle de verminoses e doenças como mastite e linfadenite caseosa (mal do caroço) dos seus rebanhos de caprinos e ovinos. Para garantir eficácia na transferência de tecnologia, o Bode Móvel também está equipado com data show e retroprojektor, além de levar a bordo dois médicos veterinários e um técnico de laboratório.

Os municípios atendidos pelo Cabra Forte são Campo Alegre de Lourdes, Pilão Arcado, Remanso, Casa Nova, Juazeiro, Curaçá, Jaguarari, Uauá, Andorinha, Monte Santo, Santa Luz, Valente, Conceição do Coité, Serrinha, São Domingos, Nova Fátima e Retirolândia.

Bode Móvel vai iniciar atividades em Juazeiro. Correio da Bahia, 20/11/2003.

PROGRAMA “LUZ NO CAMPO” CONTINUA AVANÇANDO PELO INTERIOR DA BAHIA

Mais de 138 mil famílias de pequenas e médias propriedades da Bahia já apagaram os seus lampiões a gás ou a querosene para acender as lâmpadas de energia elétrica em seus domicílios rurais. O benefício desta conquista deve-se ao programa Luz no Campo, coordenado pela Secretaria de Infra-Estrutura do Estado e executado pela Coelba. Instituído pelo governo federal, através do Ministério de Minas e Energia, o Luz no Campo conta com o apoio financeiro da Eletrobrás.

Pelas duas primeiras etapas do programa, o governo da Bahia já implantou, até o último dia 05, 242.122 postes para atender exatamente a 138.685 consumidores, levando os benefícios da energia elétrica a uma população de quase 700 mil pessoas.

O Programa Luz no Campo começou na Bahia em janeiro de 2000, prevendo o atendimento de 116 mil novos clientes na sua primeira etapa e 42 mil na segunda, beneficiando indiretamente cerca de 500 mil pessoas e gerando novas possibilidades de desenvolvimento ao meio rural baiano.

No modelo concebido pelo Estado, o governo da Bahia participa com o equivalente a cerca de 75% dos investimentos totais, enquanto a Coelba participa com 15%. Os valores complementares são cobertos pela participação de prefeituras municipais e/ou consumidores de maior capacidade de renda.

Mais de 138 mil famílias rurais são beneficiadas com o Luz no Campo. Diário Oficial, 19/11/2003.



INICIADA MAIS UMA ETAPA DO PROGRAMA VIVER MELHOR

O governador Paulo Souto assinou, em 17/11, na companhia do senador Antônio Carlos Magalhães, a ordem de serviço para o início de mais uma obra do programa Viver Melhor, que beneficiará a área do Cají, no município de Lauro de Freitas.

Serão investidos R\$ 5,3 milhões, através da Conder, para a construção de 451 casas de dois quartos e a realização das obras de urbanização e infra-estrutura, a exemplo de pavimentação e instalação de sistemas de iluminação pública e de esgotamento sanitário, numa área de 171.911,17 metros quadrados.

O posto vai funcionar com o Programa Saúde da Família (PSF). Estiveram também presentes na solenidade os deputados Antonio Carlos Magalhães Neto (PFL), João Leão (PL), Roberto Muniz (PL) e Luiz Argolo (PFL) e o presidente da Conder, Mário Gordilho, além de vereadores e secretários municipais.

Conder investe R\$5,3 mi em Lauro de Freitas. Correio da Bahia, 19/11/2003.

PROJETO DE HORTICULTURA IRRIGADA TERÁ R\$ 30 MILHÕES

O Projeto de Horticultura Irrigada da Bacia Sedimentar de Tucano poderá atender até 50% do mercado de toda a região nordeste do estado. A área irrigável, de três mil hectares, será ocupada por duas mil famílias, sendo que as 100 primeiras começaram a cultivar os lotes em outubro. O projeto deverá estar totalmente implantado até 2007, e os investimentos, somente em infra-estrutura, devem ultrapassar de R\$ 30 milhões.

O gerente-executivo do projeto, o agrônomo Paulo Henrique Sampaio, informou que serão 20 áreas irrigadas, nos municípios de Tucano, Ribeira do Amparo, Cipó, Ribeira do Pombal, Banzaê e Cícero Dantas. A previsão da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA) é de que sejam gerados cerca de quatro mil empregos diretos e oito mil indiretos, com a nova atividade econômica da região.

O plantio vai trabalhar com culturas como abóbora, batata-doce, berinjela, beterraba, cebola, cenoura, inhame, jiló, milho verde, pimentão, tomate e vagem. A primeira área irrigada fica no município de Tucano, e os produtores selecionados já foram treinados e capacitados. Ainda este ano será implantada a segunda unidade, em Ribeira do Amparo.

Os investimentos em infra-estrutura estão sendo realizados pelo governo estadual, através das secretarias de Agricultura, Combate à Pobreza e Planejamento, que empregam recursos na criação dos projetos hídricos e agronômicos, treinamento, capacitação e desapropriação de terras, compra e instalação dos equipamentos para a adutora, infra-estrutura básica e construção do galpão de insumos e de uma packing-house.

Projeto de Tucano terá R\$ 30 milhões. Correio da Bahia, 7/11/2003.



LEGISLAÇÃO

UNIÃO

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETOS

Decreto de 26 de novembro de 2003 – Institui, no âmbito da Câmara de Política Econômica, do Conselho de Governo, Grupo de Trabalho Interministerial com a finalidade de analisar propostas, elaborar diretrizes, propor medidas e coordenar ações para desenvolvimento do microcrédito e das microfinanças.

Decreto n.º 4.876, de 12 de novembro de 2003 – Dispõe sobre a análise, seleção e aprovação dos projetos inovadores de cursos, financiamento e transferência de recursos, e concessão de bolsas de manutenção e de prêmios de que trata a lei n.º 10.558, de 13 de novembro de 2002, que instituiu o Programa Diversidade na Universidade.

Decreto n.º 4.892, de 25 de novembro de 2003 – Regulamenta a Lei Complementar n.º 93, de 04 de fevereiro de 1998, que criou o Fundo de Terras e da Reforma Agrária, e dá outras providências.

Decreto n.º 4.895, de 25 de novembro de 2003 – Dispõe sobre a autorização de uso de espaços físicos de corpos d'água de domínio da União para fins de aquicultura, e dá outras providências.

MEDIDAS PROVISÓRIAS

Medida provisória n.º 136, de 17 de novembro de 2003 – Acrescenta artigo à lei n.º 8.884, de 11 de junho de 1994, que transforma o Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE em autarquia e dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica.

Medida provisória n.º 140, de 25 de novembro de 2003 – Cria o Programa Nacional de Financiamento da Ampliação e Modernização da Frota Pesqueira Nacional – Profrota Pesqueira, e dá outras providências.

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

LEIS

Lei n.º 10.779, de 25 de novembro de 2003 – Dispõe sobre a concessão do benefício desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal.

Lei n.º 10.781, de 25 de novembro de 2003 – Abre ao orçamento de investimento, para 2003, em favor de diversas empresas estatais, crédito suplementar no valor de R\$ 3.627.966.513,00 e reduz o orçamento de investimento de diversas empresas no valor global de R\$ 5.993.862.251,00, para os fins que especifica.

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

INSTRUÇÕES NORMATIVAS

Instrução normativa n.º 367, de 12 de novembro de 2003 – Disciplina a aquisição de automóveis com isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), por pessoas portadoras de deficiência física, visual, mental severa ou profunda, ou autistas.

PORTARIAS

Portaria n.º 31, de 25 de novembro de 2003 – Estabelece perfis de acesso para utilização do sistema Ambiente de Registro e Rastreamento da Atuação dos Intervenientes Aduaneiros – RADAR.

Portaria n.º 285, de 18 de novembro de 2003 – Métodos de aplicação da Convenção destinada a evitar a dupla tributação e a prevenir a evasão fiscal em relação ao imposto de renda, assinada pela República Federativa do Brasil com a República do Chile.

BANCO CENTRAL DO BRASIL

CIRCULARES

Circular n.º 3.104, de 04 de novembro de 2003 – Divulga procedimento a ser adotado com relação às solicitações judiciais encaminhadas pelo Poder Judiciário e repassadas ao Sistema Financeiro Nacional pelo Banco Central do Brasil, por meio da Internet – BACEN JUD.

Circular n.º 3.106, de 20 de novembro de 2003 – Cria e exclui subtítulos do Cosif para uso de administradoras de consórcios.

Circular n.º 3.209, de 31 de outubro de 2003 – Altera os prazos de liquidação de operações de câmbio de natureza financeira em que o cliente seja a Secretaria do Tesouro Nacional.

Circular n.º 3210, de 13 de novembro de 2003 (Diretoria Colegiada) – Altera o regulamento do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic), aprovado pela circular 3.108, de 10 de abril de 2002.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

INSTRUÇÕES

Instrução n.º 399, de 21 de novembro de 2003 – Regulamenta a constituição e o funcionamento dos fundos de investimento em diversos creditórios, no âmbito do Programa de Incentivo à Implementação de Projetos de Interesse Social – FIDC-PIPS, nos termos da lei n.º 10.735, de 11 de setembro de 2003.

Decreto n.º 8.786, de 21 de novembro de 2003 – Dispõe sobre o encerramento do exercício de 2003 e dá outras providências.

Decreto n.º 8.788, de 21 de novembro de 2003 – Dispõe sobre a dispensa de uso do equipamento Emissor de Cupom Fiscal (ECF) aos contribuintes do ICMS inscritos na condição de microempresa com receita anula ajustada de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Decreto Financeiro n.º 300 de 21 de novembro de 2003 – Abre aos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social crédito suplementar, na forma que indica, e dá outras providências.

LEIS

Lei n.º 8.885, de 17 de novembro de 2003 – Institui o Plano Plurianual da Administração Pública Estadual, para o período de 2004-2007, e dá outras providências.

ESTADO

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETOS

Decreto n.º 8.726, de 06 de novembro de 2003 – Altera a redação de dispositivos do Decreto n.º 8.314, de 17.09.2002, que dispõe sobre o Sistema de Registro de Preços, no âmbito da Administração Pública Estadual, e dá outras providências.

Decreto n.º 8.740, de 12 de novembro de 2003 – Procede à alteração n.º 48 ao regulamento do ICMS e dá outras providências.

Decreto n.º 8.750, de 14 de novembro de 2003 – Estabelece normas para implementação da Gestão Plena do Sistema Estadual de Saúde.

Decreto n.º 8.784, de 20 de novembro de 2003 – Homologa a resolução n.º 01, de 08 de outubro de 2003, do Conselho Estadual do Idoso.



Publique seu artigo

A SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia abre espaço para autores que queiram publicar artigos na Revista Conjuntura & Planejamento.

Editada desde 1994 e registrada no ISSN, a C&P é uma publicação mensal que tem por objetivo tornar-se um veículo de debates e de difusão de informações sobre a conjuntura e o planejamento no Estado da Bahia e no Brasil.

São aceitas contribuições abrangendo as mais diversas linhas de conhecimento em Economia e em outras áreas das ciências sociais e humanas.



CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

www.sei.ba.gov.br

INDICADORES CONJUNTURAIS

INDICADORES ECONÔMICOS

IPC

Índice de Preços ao Consumidor

Salvador – Novembro/2003

Grandes Grupos	Variações do Mês %		Variações Acumuladas %		Índice Acumulado	
	Nov/02	Nov/03	No Ano	Últ. 12 Meses	Abr/92 = 100	Jun/94 = 100
1. Alimentos e Bebidas	2,78	0,31	9,47	12,62	32004,7	214,55
2. Habitação e Encargos	1,76	0,66	10,32	10,49	526598,2	421,10
3. Artigos de Residência	2,77	1,09	12,86	13,88	267591,9	223,66
4. Vestuário	1,14	0,45	4,53	5,72	282376,0	165,72
5. Transporte e Comunicação	4,97	0,32	13,84	15,95	494550,7	535,22
6. Saúde e Cuidados Pessoais	0,95	-0,11	12,11	14,75	503633,3	268,32
7. Despesas Pessoais	0,65	0,38	10,31	11,06	568727,0	326,11
8. Geral	2,39	0,41	10,19	12,06	39930,6	278,24

Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI

Nota: O IPC de Salvador representa a média de 27.000 cotações de uma cesta de consumo de 308 bens e serviços pesquisados em 270 estabelecimentos e 600 domicílios, para famílias com rendimentos de 1 a 40 S.M.



AGRICULTURA

Produção Física e Rendimento Médio dos Principais Produtos
Bahia - 2002-2003

Produtos do LSPA ⁽¹⁾	Produção Física em t			Rendimento Médio em Kg/ha		
	2002 ⁽²⁾	2003 ⁽³⁾	Variação (%)	2002 ⁽²⁾	2003 ⁽³⁾	Variação (%)
Lavouras Temporárias						
Abacaxi ⁽⁴⁾	116.557	110.482	-5,2	24.553	23.658	-3,6
Algodão Herbáceo	179.971	258.181	43,5	2.391	3.017	26,2
Alho	13.167	13.862	5,3	8.451	8.331	-1,4
Amendoim	4.452	7.584	70,4	957	1.292	35,0
Arroz Total	39.543	30.287	-23,4	1.467	1.762	20,1
Arroz Sequeiro	nd	22.925	—	nd	1.489	—
Arroz Irrigado	nd	7.362	—	nd	4.106	—
Batata-inglesa	91.020	114.510	25,8	29.042	29.234	0,7
Cana-de-açúcar	4.447.168	4.868.877	9,5	55.321	59.824	8,1
Cebola	134.723	138.666	2,9	24.087	24.700	2,5
Feijão Total	373.979	362.803	-3,0	493	510	3,4
Feijão 1ª Safra	nd	134.577	—	nd	394	—
Sequeiro	nd	79.055	—	nd	409	—
Irrigado	nd	2.200	—	nd	1.467	—
Caupi	nd	53.322	—	nd	363	—
Feijão 2ª Safra	nd	228.226	—	nd	586	—
Sequeiro	nd	192.172	—	nd	532	—
Irrigado	nd	32.817	—	nd	2.413	—
Caupi	nd	3.237	—	nd	229	—
Fumo	9.947	11.235	12,9	890	899	1,0
Mamona	64.957	82.484	27,0	591	657	11,2
Mandioca	4.088.788	3.998.968	-2,2	12.571	12.062	-4,0
Milho Total	849.743	1.451.694	70,8	1.657	2.134	28,8
Milho 1ª Safra	nd	1.195.144	—	nd	3.251	—
Sequeiro	nd	1.053.904	—	nd	3.060	—
Irrigado	nd	141.240	—	nd	6.088	—
Milho 2ª Safra	nd	256.550	—	nd	808	—
Sequeiro	nd	246.504	—	nd	781	—
Irrigado	nd	10.046	—	nd	5.807	—
Soja	1.464.000	1.555.500	6,3	1.830	1.830	0,0
Sorgo Granífero	33.777	68.680	103,3	1.144	1.346	17,7
Tomate	237.763	168.121	-29,3	44.860	38.331	-14,6
Tomate de Mesa	nd	168.121	—	nd	38.331	—
Tomate para Indústria	nd	nd	—	nd	nd	—
Lavouras Permanentes						
Banana ⁽⁵⁾	763.901	764.854	0,1	15.156	15.017	-0,9
Cacau	110.205	110.841	0,6	225	230	2,2
Café	169.310	181.329	7,1	1.142	1.198	4,9
Castanha-de-cajú	5.445	5.572	2,3	283	285	0,7
Coco-da-baía ⁽⁴⁾	731.208	696.502	-4,7	9.646	9.103	-5,6
Dendê	167.581	nd	—	4019	nd	—
Guaraná	2.680	2.342	-12,6	456	398	-12,7
Laranja	923.056	772.409	-16,3	18.195	15.986	-12,1
Mamão	783.600	785.407	0,2	46.284	50.564	9,2
Maracujá ⁽⁴⁾	125.741	nd	—	13.093	nd	—
Pimenta-do-reino	2.443	2.610	6,8	2.264	2.324	2,7
Sisal	163.458	170.832	4,5	852	854	0,2
Uva	83.333	87.434	4,9	30.502	30.036	-1,5

Fonte: IBGE - PAM/LSPA/GCE

Obs: "nd" significa que o dado não está disponível, normalmente em razão da cultura estar na entressafra.

(1) A relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) corresponde a 94,4% do Valor Bruto da Produção (VBP), segundo a Produção Agrícola Municipal (PAM) de 1996.

(2) Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), safra/2002 (dados sujeitos a retificação).

(3) Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), outubro/2003 (dados sujeitos a retificação).

(4) Produção física em mil frutos e rendimento médio em frutos por hectare.

Área Plantada, Área Colhida e Área Perdida dos Principais Produtos Bahia - 2002-2003

Produtos do LSPA ⁽¹⁾	Área Plantada em ha			Área Colhida em ha			Área Perdida em ha ⁽⁴⁾	
	2002 ⁽²⁾	2003 ⁽³⁾	Variação (%)	2002 ⁽²⁾	2003 ⁽³⁾	Variação (%)	2002 ⁽²⁾	2003 ⁽³⁾
Lavouras Temporárias								
Abacaxi	4.747	4.670	-1,6	4.747	4.670	-1,6	0	0
Algodão Herbáceo	75.264	86.141	14,5	75.264	85.582	13,7	0	559
Alho	1.558	1.664	6,8	1.558	1.664	6,8	0	0
Amendoim	4.649	5.868	26,2	4.649	5.868	26,2	0	0
Arroz Total	26.940	17.187	-36,2	26.940	17.187	-36,2	0	0
Arroz Sequeiro	nd	15.394	—	nd	15.394	—	—	0
Arroz Irrigado	nd	1.793	—	nd	1.793	—	—	0
Batata-inglesa	3.134	3.917	25,0	3.134	3.917	25,0	0	0
Cana-de-açúcar	80.432	81.387	1,2	80.387	81.387	1,2	0	0
Cebola	5.593	5.614	0,4	5.593	5.614	0,4	0	0
Feijão Total	821.961	798.358	-2,9	758.485	730.940	-3,6	21.225	67.418
Feijão 1ª Safra	nd	406.907	—	nd	341.799	—	—	65.108
Sequeiro	nd	256.544	—	nd	193.216	—	—	63.328
Irrigado	nd	1.500	—	nd	1.500	—	—	0
Caupi	nd	148.863	—	nd	147.083	—	—	1.780
Feijão 2ª Safra	nd	391.451	—	nd	389.141	—	—	2.310
Sequeiro	nd	363.555	—	nd	361.405	—	—	2.150
Irrigado	nd	13.602	—	nd	13.602	—	—	0
Caupi	nd	14.294	—	nd	14.134	—	—	160
Fumo	11.164	12.501	12,0	11.164	12.501	12,0	0	0
Mamona	118.964	125.489	5,5	109.800	125.489	14,3	2245	0
Mandioca	345.376	336.407	-2,6	325.251	331.527	1,9	0	4.880
Milho Total	705.592	800.957	13,5	512.758	685.206	33,6	61.054	115.751
Milho 1ª Safra	nd	481.803	—	nd	367.657	—	—	114.146
Sequeiro	nd	458.603	—	nd	344.457	—	—	114.146
Irrigado	nd	23.200	—	nd	23.200	—	—	0
Milho 2ª Safra	nd	319.154	—	nd	317.549	—	—	1.605
Sequeiro	nd	317.424	—	nd	315.819	—	—	1.605
Irrigado	nd	1730	—	nd	1730	—	—	0
Soja	800.000	850.000	6,3	800.000	850.000	6,3	0	0
Sorgo Granífero	29.606	60.781	105,3	29.506	51.031	73,0	100	9.750
Tomate	5.300	4.386	-17,2	5.300	4.386	—	0	0
Tomate de Mesa	nd	4.386	—	4.602	4.386	-4,7	0	0
Tomate para Indústria	nd	nd	—	nd	nd	—	—	—
Lavouras Permanentes								
Banana	51.192	51.541	0,7	50.400	50.931	1,1	0	610
Cacau	576.875	578.025	0,2	487.791	482.091	-1,2	0	95.934
Café	153.748	153.574	-0,1	148.169	151.422	2,2	8.141	2.152
Castanha-de-cajú	19.225	19.544	1,7	19.225	19.544	1,7	0	0
Coco-da-baía	78.689	79.218	0,7	75.800	76.510	0,9	2.411	2.708
Dendê	41690	nd	—	41690	nd	—	0	—
Guaraná	5.883	5.879	-0,1	5.873	5.879	0,1	0	0
Laranja	50.750	48.319	-4,8	50.731	48.319	-4,8	104	0
Mamão	16.938	15.533	-8,3	16.930	15.533	-8,3	0	0
Maracujá	9625	nd	—	9603	nd	—	22	—
Pimenta-do-reino	1096	1.123	2,5	1079	1.123	4,1	0	0
Sisal	204.103	200.088	-2,0	191.693	200.088	4,4	0	0
Uva	2.732	2.911	6,6	2.732	2.911	6,6	0	0

Fonte: IBGE - PAM/LSPA/GCEA

Obs: "nd" significa que o dado não está disponível. Normalmente em razão da cultura estar na entressafra.

(1) A relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) corresponde a 94,4% do Valor Bruto da Produção (VBP), segundo a Produção Agrícola Municipal (PAM) de 1996.

(2) Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), safra/2002 (dados sujeitos a retificação).

(3) Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), outubro/2003 (dados sujeitos a retificação).

(4) Equivale à área plantada menos a área colhida.



INDÚSTRIA

Produção Física da Indústria e dos Principais Gêneros

Bahia – 2003

Em %

Classes e Gêneros	Set 03/Ago 03 ¹	Set 03/Set 02	Acumulado no Ano ²	Últimos 12 meses ³
Indústria Geral	5,3	9,2	1,3	2,0
Indústria Extrativa Mineral	0,5	5,5	-0,3	-0,6
Indústria de Transformação	6,0	9,7	1,5	2,4
Minerais não-metálicos	-2,1	19,1	-0,1	-0,7
Metalurgia	14,4	39,2	3,6	1,2
Mat. Eletr. e de Comunicações	5,7	5,1	-7,6	-2,8
Papel e Papelão	-3,6	-25,8	0,8	2,1
Borracha	72,0	48,8	-4,3	-0,9
Química	6,9	8,2	2,0	2,8
Perf. Sabões e Velas	9,7	31,5	16,3	10,7
Prod. Matérias Plásticas	6,4	-13,3	-22,4	-1,5
Têxtil	3,5	18,8	15,0	9,3
Produtos Alimentares	-0,7	-11,3	-3,2	2,4
Bebidas	6,0	-24,8	-22,4	-14,3

Fonte: IBGE

Elaboração: GEAC/SEI

Nota: 1) Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal

2) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior

3) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

4) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Variação Mensal do Índice da Indústria de Transformação

Bahia: Setembro 2002 – Setembro 2003

Ano/Mês	No Mês ⁽¹⁾	Mensal ⁽²⁾	Acumulado do ano ⁽³⁾	Acumulado 12 meses ⁽⁴⁾
2002				
Set	-14,7	-6,8	-1,5	-0,4
Out	3,7	-0,8	-1,5	-0,4
Nov	6,2	4,5	-0,9	-0,7
Dez	2,4	10,3	0,1	0,1
2003				
Jan	-6,5	-0,9	-0,9	-0,4
Fev	-11,2	-9,8	-5,2	-1,2
Mar	14,5	5,2	-1,7	-0,7
Abr	-1,5	9,5	1,1	0,8
Mai	-3,2	21,5	4,7	4,3
Jun	1,9	6,9	5,1	5,4
Jul	-0,2	-9,6	2,6	3,7
Ago	-0,6	-12,5	0,5	1,0
Set	6,0	9,7	1,5	2,4

Fonte: IBGE

Elaboração: GEAC/SEI

Nota: 1) Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal.

2) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

3) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

4) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

ENERGIA**Variação Percentual do Consumo de Energia Elétrica por Classe**

Classe	Set 03/Ago 03	Set 03/Set 02	Acumulado no Ano	Acumulado 12 meses
Rural/Irrigação	0,3	-1,6	10,8	14,9
Residencial	-2,4	4,2	11,4	14,0
Industrial ⁽¹⁾	1,3	-3,5	-1,5	3,8
Comercial	0,6	1,9	8,9	12,2
Utilidades Públicas ⁽²⁾	-3,4	1,9	10,9	14,9
Setor Público	-5,8	0,9	17,3	22,2
Concessionária	-4,5	-1,9	5,7	5,4
Total	0,0	-1,1	3,7	8,1

Fonte: COELBA/CO – CTM

Elaboração: SEI – GEAC

Nota: 1. Consumo industrial corresponde à COELBA, CHESF e COPENE

2. Corresponde a Iluminação Pública, Água, Esgoto e Saneamento e Tração Elétrica

SERVIÇOS**Pesquisa Mensal de Comércio – PMC****Variação no Volume de Vendas no Varejo¹****Bahia - 2003**

Classes e Gêneros	Set 03/Ago 03	Set 03/Set 02	Acumulado Ano ²	Últimos 12 meses ³
Comércio Varejista	-3,6	-3,6	-7,7	-6,6
Combustíveis e Lubrificantes	-0,7	-4,5	-7,1	-7,2
Hipermercados, Supermercados, Produtos Alimentícios, Bebidas e Fumo	-3,0	-6,7	-9,5	-8,1
Hipermercados e Supermercados	-5,0	-9,1	-12,7	-11,7
Tecidos, Vestuário e Calçados	-7,5	-7,8	-9,8	-6,4
Móveis e Eletrodomésticos	2,3	7,8	-6,9	-5,1
Demais Artigos de Uso Pessoal e Doméstico	-11,2	3,9	-2,6	-1,9
Veículos, Motos e Peças	2,1	14,8	7,8	5,3

Fonte: IBGE/Diretoria de Pesquisas/Departamento de Comércio e Serviços.

Nota: 1. Dados deflacionados pelo IPCA.

2. Em relação ao mesmo período do ano anterior.

3. Em relação aos doze meses anteriores



Consultas e Inadimplências Junto ao Serviço de Proteção ao Crédito em Salvador Setembro 2002 - Setembro 2003

%

Período	Consultas			Inadimplências ⁽¹⁾		
	No mês ⁽²⁾	Mensal ⁽³⁾	Acumulado no ano ⁽⁴⁾	No mês ⁽²⁾	Mensal ⁽³⁾	Acumulado no ano ⁽⁴⁾
2002						
Outubro	3,6	-62,1	-7,4	-8,1	-88,3	-55,8
Novembro	-4,9	-62,9	-15,5	-7,4	-83,7	-57,8
Dezembro	11,8	-62,8	-22,1	-6,3	-95,2	-64,9
2003						
Janeiro	-10,5	-46,3	-46,3	-25,2	-89,0	-89,0
Fevereiro	-12,5	-40,3	-43,6	-6,3	-90,5	-89,7
Março	-6,2	-49,4	-45,5	13,1	-89,2	-89,6
Abril	10,0	-50,5	-46,9	47,2	-80,7	-87,6
Maiο	2,0	-54,2	-48,5	-22,1	-60,1	-85,5
Junho	-12,3	-28,4	-46,3	56,7	-38,4	-82,1
Julho	11,7	-28,4	-44,2	-33,9	-32,6	-80,1
Agosto	-3,7	-36,3	-43,4	-24,7	-16,0	-78,5
Setembro	3,3	-11,7	-41,0	214,2	77,7	-73,0

Fonte: Dados Primários SPC e Cálculo SEI

1) Novos Registros

2) Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior

3) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior

4) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

Total de Cheques Compensados Outubro 2002 – Outubro 2003

%

Período	Quantidade			Valor		
	No mês ⁽¹⁾	Mensal ⁽²⁾	Acumulado no ano ⁽³⁾	No mês ⁽¹⁾	Mensal ⁽²⁾	Acumulado no ano ⁽³⁾
2002						
Outubro	1,8	-15,4	-13,6	10,2	0,0	1,2
Novembro	-6,8	-12,2	-13,5	-14,9	-9,2	0,7
Dezembro	15,5	3,7	-12,2	5,7	-3,7	0,5
2003						
Janeiro	-3,9	-11,6	-11,6	-3,2	-15,3	-15,3
Fevereiro	-12,7	-4,0	8,9	-4,5	-12,9	-14,1
Março	2,6	-2,7	6,9	-12,5	-20,9	-16,3
Abril	-3,5	-15,3	9,6	5,6	-18,5	-16,8
Maiο	0,2	-10,0	9,9	-0,5	-14,6	-16,4
Junho	-0,5	0,5	8,2	-3,7	-10,7	-15,6
Julho	5,4	-10,8	8,8	6,0	-20,9	-16,4
Agosto	-8,8	-11,2	9,2	-7,4	-21,3	-17,0
Setembro	12,1	-2,1	8,4	15,9	-7,7	-16,0
Outubro	-3,7	-7,4	8,4	1,2	-15,3	-15,9

Fonte: Banco Central do Brasil

1) Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior

2) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior

3) Variação acumulada observada até o mês em relação ao mesmo período do ano anterior.

INDICADORES SOCIAIS

Pesquisa de Emprego e Desemprego
Taxas de Desemprego e de Participação
Outubro – 2003

%

Taxas	RMS	Salvador	Demais Municípios
Desemprego Total	27,4	26,2	33,1
Desemprego Aberto	16,2	15,1	21,2
Desemprego Oculto	11,2	11,1	11,9
Participação (PEA/PIA)	63,7	64,2	61,7

Fonte: PED RMS - SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

Pesquisa de Emprego e Desemprego
Taxa de Desemprego Aberto e Taxa de Participação
Outubro 1997 – Outubro 2003

%

Meses	Taxa de Desemprego Aberto		Taxa de Participação	
	RMS	Salvador	RMS	Salvador
Outubro 1997	12,8	12,2	60,1	60,8
Outubro 1998	14,9	14,2	60,3	60,9
Outubro 1999	15,7	15,1	61,0	61,8
Outubro 2000	14,7	14,1	61,6	62,5
Outubro 2001	16,5	15,6	61,4	61,9
2002				
Janeiro	15,8	15,2	62,3	63,5
Fevereiro	15,8	14,9	62,2	63,3
Março	16,2	15,3	62,1	63,2
Abril	17,0	16,1	62,1	63,1
Maio	17,5	16,8	61,6	62,6
Junho	17,2	16,3	61,4	62,5
Julho	16,8	16,1	61,6	62,5
Agosto	16,0	15,2	62,0	62,9
Setembro	16,0	15,1	62,7	63,4
Outubro	16,0	15,0	63,0	63,6
Novembro	16,3	15,3	63,1	63,8
Dezembro	16,0	15,1	62,5	63,0
2003				
Janeiro	15,9	15,3	62,4	63,0
Fevereiro	16,3	15,7	62,0	62,5
Março	17,2	16,7	62,4	63,0
Abril	18,6	18,0	62,2	63,1
Maio	18,9	18,3	62,7	63,5
Junho	18,9	18,4	62,4	63,0
Julho	17,8	16,9	62,2	62,4
Agosto	17,3	16,2	62,5	62,6
Setembro	16,7	15,4	63,4	63,5
Outubro	16,2	15,1	63,7	64,2

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.



**Estimativa da População Total e Economicamente Ativa e dos Inativos Maiores de 10 Anos,
Taxas Globais de Participação e Taxas de Desemprego Total
Região Metropolitana de Salvador - Bahia
Outubro 1997 – Outubro 2003**

Períodos	POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA (PEA)						Inativos maiores de 10 Anos		Taxas		População Total ¹
	Total		Ocupados		Desempregados				Participação (PEA/PIA)	Desemprego Total (DES/PEA)	
	Números Absolutos	Índice ²	Números Absolutos	Índice ²	Números Absolutos	Índice ²	Números Absolutos	Índice ²			
Outubro 1997	1.369	104,3	1.071	102,4	298	112,1	908	99,3	60,1	21,8	2.825
Outubro 1998	1.416	107,9	1.052	100,6	364	136,7	924	101,0	60,5	25,7	2.885
Outubro 1999	1.459	111,2	1.050	100,4	409	153,5	945	103,3	60,7	28,0	2.946
Outubro 2000	1.526	116,3	1.142	109,2	384	144,2	947	103,4	61,7	25,2	3.008
Outubro 2001	1.565	119,3	1.130	108,0	435	163,4	975	106,6	61,6	27,8	3.071
Janeiro 2002	1.593	121,4	1.164	111,3	429	161,1	964	105,4	62,3	26,9	3.087
Fevereiro	1.594	121,5	1.159	110,8	435	163,4	970	105,9	62,2	27,3	3.093
Março	1.595	121,6	1.155	110,4	440	165,3	974	106,4	62,1	27,6	3.098
Abril	1.599	121,9	1.148	109,8	451	169,4	976	106,7	62,1	28,2	3.104
Mai	1.590	121,2	1.139	108,9	451	169,4	991	108,3	61,6	28,4	3.109
Junho	1.588	121,0	1.143	109,3	445	167,1	998	109,1	61,4	28,0	3.114
Julho	1.597	121,7	1.155	110,4	442	166,0	995	108,8	61,6	27,7	3.120
Agosto	1.611	122,8	1.174	112,2	437	164,1	987	107,8	62,0	27,1	3.125
Setembro	1.633	124,5	1.191	113,9	442	166,0	971	106,1	62,7	27,1	3.131
Outubro	1.644	125,3	1.207	115,4	437	164,1	966	105,5	63,0	26,6	3.136
Novembro	1.650	125,8	1.208	115,5	442	166,0	965	105,4	63,1	26,8	3.142
Dezembro	1.638	124,8	1.204	115,1	434	163,0	982	107,3	62,5	26,5	3.147
Janeiro 2003	1.639	124,9	1.198	114,5	441	165,6	988	108,0	62,4	26,9	3.152
Fevereiro	1.633	124,5	1.189	113,7	444	166,8	1.000	109,3	62,0	27,2	3.158
Março	1.647	125,5	1.179	112,7	468	175,8	992	108,4	62,4	28,4	3.164
Abril	1.645	125,4	1.161	111,0	484	181,8	1.001	109,4	62,2	29,4	3.169
Mai	1.662	126,7	1.168	111,7	494	185,5	989	108,1	62,7	29,7	3.175
Junho	1.658	126,4	1.161	111,0	497	186,7	1.000	109,3	62,4	30,0	3.180
Julho	1.656	126,2	1.177	112,5	479	179,9	1.007	110,1	62,2	28,9	3.186
Agosto	1.668	127,1	1.188	113,6	480	180,3	1.001	109,4	62,5	28,8	3.191
Setembro	1.696	129,3	1.223	116,9	473	177,6	979	107,0	63,4	27,9	3.197
Outubro	1.708	130,2	1.240	118,5	468	175,8	973	106,3	63,7	27,4	3.202
Varição Mensal Out-03/Set-03		0,7		1,4		-1,1		-0,7	0,5	-1,8	
Varição no Ano Out-03/Dez-02		4,3		3,0		7,8		-1,0	1,9	3,4	
Varição Anual Out-03/Out-02		3,9		2,7		7,1		0,7	1,1	3,0	

FONTE: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

(1) Em 1.000 pessoas. A partir de fevereiro/2001 as projeções da população foram ajustadas com base nos resultados do Censo 2000.

(2) Base: Dezembro 1996 = 100.



Distribuição dos Ocupados por Setor de Atividade Econômica no Trimestre
Região Metropolitana de Salvador – Bahia
Outubro 1997 – Outubro 2003

%

Períodos	Setores de Atividade Econômica						
	Indústria de Transformação	Construção Civil	Comércio	Serviços Produção ⁽¹⁾	Serviços Pessoais ⁽²⁾	Serviços Domésticos	Outros
Outubro 1997	8,5	5,3	17,8	30,0	25,9	10,7	1,9
Outubro 1998	8,4	5,3	16,4	31,1	26,2	10,7	1,9
Outubro 1999	8,1	5,2	15,4	31,8	27,0	10,7	1,8
Outubro 2000	8,0	5,6	16,1	32,8	25,6	10,6	1,3
Outubro 2001	7,3	5,8	17,2	33,4	25,2	10,2	0,9
Janeiro 2002	8,4	5,8	16,5	32,5	25,6	10,4	0,8
Fevereiro	8,2	5,7	16,4	32,7	25,6	10,5	0,9
Março	8,1	5,6	16,5	32,6	26,6	9,9	0,7
Abril	8,1	5,4	16,4	32,4	26,5	10,3	0,9
Maio	7,9	5,1	16,3	32,2	27,6	10,0	0,9
Junho	8,0	4,8	16,1	32,0	27,4	10,9	0,8
Julho	8,1	4,7	15,5	32,8	27,4	10,6	0,9
Agosto	8,6	4,5	15,6	33,3	26,7	10,4	1,0
Setembro	8,6	4,7	16,1	32,9	26,6	9,9	1,2
Outubro	8,6	4,9	16,4	31,7	27,2	10,1	1,1
Novembro	8,5	5,2	16,3	31,2	27,5	10,1	1,2
Dezembro	8,8	5,7	16,5	30,3	27,8	9,7	1,2
Janeiro 2003	8,8	5,5	16,8	30,5	27,5	9,7	1,2
Fevereiro	8,5	5,3	17,1	30,6	27,4	9,9	1,2
Março	8,4	4,8	16,4	31,8	27,2	10,4	1,0
Abril	8,8	4,9	16,1	31,7	26,7	10,5	1,3
Maio	9,3	5,1	15,5	31,5	26,8	10,5	1,3
Junho	9,2	5,0	16,0	31,5	27,1	9,9	1,3
Julho	8,6	5,2	16,2	31,8	27,0	10,0	1,2
Agosto	8,9	5,1	15,6	32,5	27,0	9,8	1,1
Setembro	9,0	5,0	15,5	32,3	27,4	9,8	1,0
Outubro	9,1	4,6	15,6	32,5	27,7	9,5	1,0

FONTE: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

(1) Incluem Transporte e Armazenagem; Utilidade pública; Especializados;

Administração Pública, Forças Armadas e Polícia; Creditícios e Financeiros; Comunicação; Diversão, Radiodifusão, e Teledifusão; Comércio, Administração de Valores Imobiliários e de Imóveis; Serviços Auxiliares; Outros Serviços de Reparação e Limpeza.

(2) Incluem Serviços Pessoais Diversos, Alimentação, Educação, Saúde, Serviços Comunitários, Oficinas de Reparação Mecânica e Outros Serviços.



Distribuição dos Ocupados por Posição na Ocupação no Trimestre
Região Metropolitana de Salvador - Bahia
Outubro 1997 – Outubro 2003

%

Períodos	Posição na Ocupação									
	Assalariados				Autônomos			Empregador Domésticos	Outros ⁽¹⁾	
	Total	Assalariado	Assalariado	Assalariado Público	Total	Autônomo	Autônomo			
		Priv.	Priv.			Trab.	Trab.			
c/Carteira		s/Carteira	P/Público			P/Empresa				
Outubro 1997	55,6	29,0	10,5	16,0	24,8	20,6	4,2	4,5	10,7	4,4
Outubro 1998	57,6	30,3	11,0	16,4	23,6	19,4	4,2	3,9	10,7	4,2
Outubro 1999	57,6	30,9	11,8	14,9	24,6	18,9	5,7	3,9	10,7	3,3
Outubro 2000	60,5	32,9	12,0	15,5	21,5	17,7	3,7	4,5	10,6	2,9
Outubro 2001	62,3	35,2	12,2	14,8	21,4	17,5	3,9	3,7	10,2	2,4
Janeiro 2002	60,3	34,4	11,7	14,1	22,5	18,5	4,0	4,1	10,4	2,7
Fevereiro	59,8	34,0	11,7	14,1	22,9	18,6	4,3	4,3	10,5	2,5
Março	60,6	34,5	11,6	14,4	22,5	18,4	4,1	4,4	9,9	2,6
Abril	60,3	34,3	12,0	13,9	22,6	18,7	3,9	4,3	10,3	2,5
Maio	60,6	34,5	11,6	14,4	22,7	19,0	3,8	4,2	10,0	2,4
Junho	60,0	33,9	11,8	14,2	22,4	18,5	3,8	4,1	10,9	2,6
Julho	60,0	33,8	11,3	14,7	22,4	18,3	4,1	4,4	10,6	2,6
Agosto	59,4	33,5	11,5	14,4	22,9	18,5	4,5	4,4	10,4	2,9
Setembro	59,4	33,8	11,5	14,0	23,8	19,2	4,6	4,1	9,9	2,7
Outubro	59,6	34,2	11,9	13,4	23,8	19,3	4,5	3,8	10,1	2,7
Novembro	60,1	34,3	11,8	14,0	23,2	19,1	4,1	3,8	10,1	2,7
Dezembro	59,6	33,5	12,3	13,8	23,5	19,4	4,2	4,0	9,7	3,2
Janeiro 2003	60,4	34,3	12,1	14,0	23,0	19,1	3,9	3,9	9,7	2,9
Fevereiro	60,6	34,6	12,3	13,7	23,0	19,1	3,9	3,7	9,9	2,8
Março	61,5	35,4	12,1	13,9	22,1	18,3	3,8	3,9	10,4	2,1
Abril	61,0	35,2	12,5	13,3	22,7	18,8	3,9	3,7	10,5	2,1
Maio	61,2	35,8	11,9	13,5	22,4	18,5	3,9	3,8	10,5	2,0
Junho	61,8	36,2	11,8	13,7	22,5	18,6	3,9	3,4	9,9	2,3
Julho	61,2	35,3	11,4	14,5	22,6	18,6	3,9	3,7	10,0	2,5
Agosto	60,8	35,1	11,6	14,0	22,7	18,5	4,2	4,0	9,8	2,7
Setembro	59,7	34,4	11,0	14,3	23,4	18,8	4,6	4,4	9,8	2,7
Outubro	59,6	34,9	11,1	13,6	24,1	19,4	4,7	4,3	9,5	2,5

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

(1) Incluem Trabalhadores Familiares e Donos de Negócios Familiares.

Rendimento Real Trimestral dos Ocupados e dos Assalariados no Trabalho Principal ⁽¹⁾
Região Metropolitana de Salvador - Bahia
Setembro 1997 – Setembro 2003

Em Reais

Períodos	Rendimento Médio Real					
	Ocupados ⁽¹⁾			Assalariados ⁽²⁾		
	Valor Absoluto ⁽³⁾		Índice ⁽⁴⁾	Valor Absoluto ⁽³⁾		Índice ⁽⁴⁾
	Média	Mediana		Média	Mediana	
Setembro 1997	786	376	99,9	893	497	98,9
Setembro 1998	727	367	92,5	823	463	91,2
Setembro 1999	680	349	86,4	775	437	85,9
Setembro 2000	726	376	92,2	790	445	87,6
Setembro 2001	695	375	88,3	771	450	85,4
Janeiro 2002	705	363	89,6	771	436	85,5
Fevereiro	722	365	91,8	782	445	86,6
Março	718	362	91,2	793	446	87,9
Abril	718	361	91,3	789	455	87,5
Maio	700	358	88,9	780	432	86,4
Junho	721	357	91,6	797	451	88,3
Julho	717	357	91,1	810	457	89,7
Agosto	700	353	89,0	793	450	87,9
Setembro	665	348	84,5	758	442	84,0
Outubro	649	345	82,4	727	433	80,5
Novembro	643	342	81,7	713	433	79,0
Dezembro	641	334	81,5	714	416	79,1
Janeiro 2003	624	328	79,4	705	408	78,1
Fevereiro	626	321	79,6	706	413	78,2
Março	600	317	76,2	685	402	75,9
Abril	600	314	76,3	671	399	74,4
Maio	591	313	75,1	661	379	73,2
Junho	625	327	79,4	702	403	77,8
Julho	647	327	82,3	733	407	81,3
Agosto	659	337	83,8	745	407	82,5
Setembro	627	338	79,6	711	406	78,8
Varição Mensal Set-03/Ago-03	-4,9	0,2	-4,9	-4,5	-0,4	-4,5
Varição no Ano Set-03/Dez-02	-2,2	1,1	-2,2	-0,3	-2,4	-0,3
Varição Anual Set-03/Set-02	-5,8	-3,1	-5,8	-6,1	-8,1	-6,1

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

(1) Exclusive os Assalariados e os Empregados Domésticos Assalariados que não tiveram remuneração no mês, os Trabalhadores Familiares sem remuneração salarial e os Trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

(2) Exclusive os Assalariados que não tiveram remuneração no mês.

(3) Inflator utilizado – Índice de Preços ao Consumidor – SEI. Valores em Reais de Setembro - 2003.



Rendimento Real Médio Trimestral dos Ocupados por Grau de Instrução⁽¹⁾
Região Metropolitana de Salvador - Bahia
Setembro 1997 – Setembro 2003

Em Reais

Períodos	Rendimento Real Médio Trimestral dos Ocupados por Grau de Instrução				
	Analfabetos	1º Grau incompleto	1º Grau completo/ 2º incompleto	2º Grau completo/ 3º incompleto	3º Grau Completo
Setembro 1997	264	350	559	1004	2.542
Setembro 1998	250	331	508	911	2.302
Setembro 1999	238	320	452	822	2.243
Setembro 2000	242	335	456	831	2.247
Setembro 2001	237	325	437	767	2.223
Janeiro 2002	225	334	448	815	2.191
Fevereiro	234	345	429	807	2.189
Março	213	334	410	792	2.139
Abril	218	331	416	780	2.177
Maio	210	332	428	762	2.210
Junho	221	335	463	766	2.316
Julho	235	331	456	759	2.272
Agosto	248	323	446	754	2.222
Setembro	250	330	420	732	2.091
Outubro	254	329	409	729	2.016
Novembro	236	322	425	712	2.014
Dezembro	233	312	424	712	2.025
Janeiro 2003	207	298	426	683	2.056
Fevereiro	207	298	400	673	2.097
Março	195	284	383	650	2.027
Abril	206	293	385	645	1.978
Maio	195	299	386	633	1.858
Junho	215	304	402	639	1.938
Julho	226	311	401	663	1.938
Agosto	252	320	393	682	1.969
Setembro	250	325	374	678	1.880

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

(1) Inflator utilizado – Índice de Preços ao Consumidor – SEI. Valores em Reais de Setembro - 2003.



Rendimento real médio trimestral dos assalariados no setor privado por setor de atividade econômica e carteira de trabalho assinada e não assinada pelo atual empregador ⁽¹⁾

Região Metropolitana de Salvador - Bahia

Setembro 1997 – Setembro 2003

Em Reais

Períodos	Rendimento real médio trimestral dos assalariados no setor privado					
	Total	Setor de atividade			Carteira de trabalho	
		Indústria	Comércio	Serviços	Assinada	Não-assinada
Setembro 1997	727	990	561	706	846	373
Setembro 1998	690	852	547	676	801	374
Setembro 1999	628	813	484	636	732	338
Setembro 2000	640	818	482	647	730	381
Setembro 2001	639	888	532	623	731	371
Janeiro 2002	642	816	550	640	736	355
Fevereiro	658	799	543	675	749	375
Março	670	812	544	690	763	386
Abril	673	858	517	688	764	389
Maio	654	830	502	666	742	388
Junho	671	839	531	670	758	401
Julho	669	814	509	680	755	405
Agosto	656	768	515	663	746	381
Setembro	632	757	472	650	719	372
Outubro	613	740	476	622	700	347
Novembro	597	780	453	601	683	350
Dezembro	599	720	489	609	674	375
Janeiro 2003	584	729	509	582	651	388
Fevereiro	599	727	519	608	660	412
Março	584	795	478	573	659	363
Abril	578	741	453	577	645	370
Maio	563	748	457	547	633	343
Junho	582	814	450	574	654	361
Julho	611	900	458	591	693	361
Agosto	612	869	451	599	693	362
Setembro	592	777	466	584	665	360

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

(1) Inflator utilizado – Índice de Preços ao Consumidor – SEI. Valores em Reais de Setembro - 2003.



Distribuição do Rendimento Real Trimestral Entre os Ocupados e os Assalariados no Trabalho Principal ⁽¹⁾

Região Metropolitana de Salvador - Bahia

Setembro 1997 – Setembro 2003

Em Reais

Períodos	Rendimento Real Trimestral									
	Ocupados ⁽²⁾					Assalariados ⁽³⁾				
	10% Ganham até	25% Ganham até	50% Ganham até	75% Ganham até	90% Ganham até	10% Ganham até	25% Ganham até	50% Ganham até	75% Ganham até	90% Ganham até
Setembro 1997	94	188	376	823	1.882	188	274	497	944	2.039
Setembro 1998	114	199	367	767	1.674	199	273	463	882	1.826
Setembro 1999	99	198	349	729	1.483	198	261	437	858	1.751
Setembro 2000	108	204	376	802	1.612	202	271	445	882	1.629
Setembro 2001	126	228	375	750	1.500	228	276	450	813	1.519
Janeiro 2002	121	219	363	730	1.542	218	269	436	825	1.591
Fevereiro	121	218	365	731	1.578	218	288	445	847	1.598
Março	121	217	362	728	1.573	217	284	446	848	1.690
Abril	120	218	361	727	1.574	218	287	455	845	1.689
Maio	119	239	358	719	1.550	217	275	432	840	1.679
Junho	119	238	357	715	1.663	238	285	451	846	1.781
Julho	118	237	357	712	1.650	237	285	457	858	1.781
Agosto	118	235	353	707	1.630	233	284	450	825	1.768
Setembro	115	232	348	698	1.513	231	285	442	810	1.650
Outubro	115	230	345	692	1.481	228	279	433	798	1.595
Novembro	114	227	342	683	1.383	224	278	433	779	1.499
Dezembro	111	222	334	667	1.367	222	272	416	771	1.480
Janeiro 2003	107	219	328	643	1.312	219	268	408	750	1.422
Fevereiro	107	214	321	642	1.319	214	265	413	750	1.482
Março	105	211	317	629	1.269	211	257	402	725	1.422
Abril	105	209	314	629	1.270	209	252	399	725	1.450
Maio	103	209	313	621	1.258	209	251	379	716	1.363
Junho	103	244	327	623	1.428	244	258	403	766	1.531
Julho	102	244	327	666	1.525	244	266	407	813	1.576
Agosto	101	243	337	691	1.525	243	283	407	812	1.618
Setembro	101	240	338	640	1.500	240	274	406	789	1.524

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

(1) Inflator utilizado – Índice de Preços ao Consumidor – SEI. Valores em Reais de Setembro - 2003.

(2) Exclusive os Assalariados e os Empregados Domésticos Assalariados que não tiveram remuneração no mês, os Trabalhadores Familiares sem remuneração salarial e os Trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

(3) Exclusive os Assalariados que não tiveram remuneração no mês.

Flutuação Mensal do Emprego Bahia – 2002/2003

Mês/Ano	Saldo Líquido (Admissões – Desligamentos)				
	Total ⁽¹⁾	IT	CC	COM	SERV
2000	37.298	8.184	-3.429	11.644	17.843
Janeiro	4.199	477	1.579	2.247	-285
Fevereiro	1.338	311	896	291	-470
Março	4.475	489	1.385	167	1.805
Abril	9.297	2.689	-65	904	3.525
Maio	3.536	775	-1.339	1.485	1.098
Junho	3.787	639	-1.424	1.191	2.830
Julho	1.975	1.410	-835	787	1.111
Agosto	3.360	1.788	-1.076	724	1.514
Setembro	5.837	1.449	-61	1.008	2.854
Outubro	1.300	-147	-561	1.024	1.093
Novembro	3.139	-635	-212	1.552	3.172
Dezembro	-4.945	-1.061	-1.716	264	-404
Jan-Out/2003	29.569	8.481	-1.937	5.787	7.684
Janeiro	128	554	-77	547	-2.128
Fevereiro	2.544	160	-374	620	1.037
Março	-938	126	-747	-1.074	-680
Abril	5.554	1.412	-924	193	1.269
Maio	5.029	612	-263	1.073	976
Junho	1.907	358	-451	1.467	827
Julho	2.276	394	-363	-559	988
Agosto	2.161	1.467	596	811	-506
Setembro	6.809	2.010	798	1.254	3.895
Outubro	4.099	1.388	-132	1.455	2.006
Nov02-Out03	27.763	6.785	-3.865	7.603	10.452

Fonte: MTE - Cadastro de Empregados e Desempregados - Lei 4.923/65 - Perfil do Estabelecimento

(1) Incluem todos os setores

Nota: Dados Preliminares

Siglas: IT - Indústria de Transformação. CC - Construção Civil. COM - Comércio. SERV - Serviços.

Obs.: O sistema Lei 4.923/65 é custeado pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT.



Flutuação Mensal do Emprego RMS – 2002/2003

Mês/Ano	Saldo Líquido (Admissões - Desligamentos)				
	Total ⁽¹⁾	IT	CC	COM	SERV
2002	16.401	2.001	-2.243	3.067	13.511
Janeiro	1.238	37	1.180	614	-538
Fevereiro	-59	72	92	4	-80
Março	2.142	23	550	-215	1.651
Abril	1.962	28	-559	99	2.373
Maio	274	342	-1.042	420	537
Junho	2.205	300	-826	156	2.620
Julho	126	350	-618	-115	479
Agosto	553	423	-1.023	172	798
Setembro	4.046	520	305	656	2.564
Outubro	1.336	192	-8	530	588
Novembro	3.779	152	264	602	2.855
Dezembro	-1.201	-438	-558	144	-336
Jan-Out/2003	4.677	546	-2.141	1.372	4.804
Janeiro	-1.205	26	448	43	-1.723
Fevereiro	1.399	-29	45	434	1009
Março	-1.609	-150	-405	-604	-454
Abril	-524	-480	-569	-71	559
Maio	464	155	-215	258	270
Junho	-302	1	-888	572	45
Julho	145	26	-352	-491	965
Agosto	321	373	-90	393	-408
Setembro	3.853	219	155	243	3.226
Outubro	2.135	405	-270	595	1.315
Nov 02-Out 03	7.255	260	-2.435	2.118	7.323

Fonte: MTE - Cadastro de Empregados e Desempregados - Lei 4.923/65 - Perfil do Estabelecimento

(1) Incluem todos os setores

Nota: Dados Preliminares

Siglas: IT - Indústria de Transformação. CC - Construção Civil. COM - Comércio. SERV - Serviços.

Obs.: O sistema Lei 4.923/65 é custeado pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT.



FINANÇAS PÚBLICAS

Demonstrativo das Receitas da União Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social Janeiro – Setembro/2003

(R\$ 1.000)

Receitas	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar (a-c)
			Ago-Set/ 2003 (b)	% (b/a)	Jan a Set/ 2003 (c)	% (c/a)	
Receitas Correntes	371.619.714	371.972.480	61.499.978	16,5	279.349.201	75,1	92.623.279
Receita Tributária	110.013.569	109.965.260	16.908.812	15,4	84.955.283	77,3	25.009.977
Receita de Contribuições	223.407.791	223.813.495	35.298.637	15,8	160.992.268	71,9	62.821.227
Receita Patrimonial	10.369.925	10.369.957	3.808.194	36,7	9.937.963	95,8	431.994
Receita Agropecuária	24.079	24.079	3.455	14,3	15.328	63,7	8.751
Receita Industrial	368.897	368.897	45.783	12,4	262.975	71,3	105.922
Receita de Serviços	16.636.604	16.628.437	3.496.252	21,0	15.102.245	90,8	1.526.192
Transferências Correntes	213.624	217.012	33.287	15,3	158.172	72,9	58.840
Outras Receitas Correntes	10.585.225	10.585.343	1.905.557	18,0	7.924.967	74,9	2.660.376
Receitas de Capital	142.281.544	142.481.953	47.402.365	33,3	110.059.158	77,2	32.422.795
Operações de Crédito ⁽¹⁾	109.307.267	109.636.416	14.836.117	13,5	58.083.130	53,0	51.553.286
Alienação de Bens	3.769.642	3.767.757	1.660.680	44,1	2.073.089	55,0	1.694.668
Amortizações de Empréstimos	11.165.929	11.039.074	1.164.985	10,6	9.859.927	89,3	1.179.147
Transferências de Capital	65.991	65.991	10.161	15,4	31.320	47,5	34.671
Outras Receitas de Capital	17.972.715	17.972.715	29.730.422	165,4	40.011.692	222,6	(22.038.977)
Subtotal das Receitas (I)	513.901.258	514.454.433	108.902.343	21,2	389.408.359	75,7	125.046.074
Déficit (II)	—	—	—	—	—	—	—
Total (I+II)	513.901.258	514.454.433	108.902.343	21,2	389.408.359	75,7	125.046.074

Fonte: SIAFI – STN/CCONT/GEINC

⁽¹⁾ Excetuados os valores referentes ao refinanciamento da Dívida Pública.

Demonstrativo das Despesas da União Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social Janeiro – Setembro/2003

(R\$ 1.000)

Despesas	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Liquidadas				Saldo (a-c)
			Ago-Set/ 2003 (b)	% (b/a)	Jan a Set/ 2003 (c)	% (c/a)	
Despesas Correntes	394.662.740	398.376.169	61.532.666	15,4	257.572.674	64,7	140.803.495
Pessoal e Encargos Sociais	77.046.186	77.917.645	11.924.780	15,3	55.559.794	71,3	22.357.851
Juros e Encargos da Dívida	93.644.106	93.710.284	10.964.672	11,7	43.309.769	46,2	50.400.515
Outras Despesas Correntes	223.972.448	226.748.240	38.643.214	17,0	158.703.111	70,0	68.045.129
Transf.a Estados, DF e Municípios	75.108.197	76.273.932	12.386.025	16,2	56.723.900	74,4	19.550.032
Benefícios Previdenciários ⁽²⁾	97.353.717	97.353.717	17.574.050	18,1	70.982.139	72,9	26.371.578
Demais Despesas Correntes	51.510.534	53.120.591	—	—	—	—	53.120.591
Despesas de Capital	84.684.525	105.451.205	15.022.758	14,2	55.833.108	52,9	49.618.097
Investimentos	14.180.170	14.262.596	395.354	2,8	859.984	6,0	13.402.612
Inversões Financeiras	24.376.291	27.319.776	2.415.811	8,8	8.828.184	32,3	18.491.592
Amortização da Dívida ⁽¹⁾	46.128.064	63.868.833	12.211.593	19,1	46.144.940	72,2	17.723.893
Reserva de Contingência	20.521.773	18.414.501	—	—	—	—	18.414.501
Subtotal das Despesas (I)	499.869.038	522.241.875	76.555.424	14,7	313.405.782	60,0	208.836.093
Superávit (II)	—	—	—	—	76.002.577	—	—
Total (I+II)	499.869.038	522.241.875	76.555.424	14,7	389.408.359	74,6	208.836.093

Fonte: SIAFI – STN/CCONT/GEINC

⁽¹⁾ Excetuados os valores referentes ao refinanciamento da Dívida Pública.⁽²⁾ Os Benefícios Previdenciários referem-se ao pagamento de inativos, pensões e outros benefícios previdenciários.

Balanco Orçamentário – Receita
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Bahia: Janeiro-Agosto/2003

(R\$ 1.000)

Receitas	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar
			Bim. Jul/Ago	%	Até o Bimestre	%	
Receitas Correntes	9.919.493	10.110.895	1.646.677	16,3	6.697.882	66,2	3.413.012
Receita Tributária	5.895.690	5.968.778	1.041.954	17,5	4.110.195	68,9	1.858.582
Impostos	5.724.753	5.769.691	1.005.301	17,4	3.992.024	69,2	1.777.667
Taxas	170.937	199.087	36.653	18,4	118.171	59,4	80.915
Receita de Contribuições	965.364	979.564	168.498	17,2	688.326	70,3	291.238
Contribuições Sociais	865.364	865.364	145.234	16,8	591.068	68,3	274.296
Contribuições Econômicas	100.000	114.200	23.264	20,4	97.258	85,2	16.942
Receita Patrimonial	194.445	196.765	30.349	15,4	129.165	65,6	67.600
Receitas Imobiliárias	26.348	26.552	638	2,4	1.656	6,2	24.896
Receitas de Valores Mobiliários	40.000	40.001	—	—	3.589	9,0	36.412
Receitas de Concessões e Permissões	2.431	2.533	515	20,3	1.916	75,6	616
Outras Receitas Patrimoniais	125.666	127.679	29.196	22,9	122.004	95,6	5.675
Receita Agropecuária	1.698	1.698	—	—	6	0,4	1.692
Receita da Produção Vegetal	47	47	—	—	6	13,5	41
Receita da Produção Animal e Derivados	751	751	—	—	—	—	751
Outras Receitas Agropecuárias	900	900	—	—	—	—	900
Receita Industrial	90	90	—	—	—	—	90
Receita da Indústria de Transformação	90	90	—	—	—	—	90
Receita de Serviços	264.987	268.475	25.037	9,3	93.667	34,9	174.808
Receita de Serviços	264.987	268.475	25.037	9,3	93.667	34,9	174.808
Transferências Correntes	2.934.611	2.937.618	448.095	15,3	2.013.937	68,6	923.681
Transferências Intergovernamentais	2.709.538	2.709.982	439.640	16,2	1.980.454	73,1	729.528
Transferências de Instituições Privadas	507	507	2	0,4	10	2,0	497
Transferências do Exterior	492	688	103	15,0	223	32,4	464
Transferências de Convênios	224.074	226.441	8.349	3,7	33.249	14,7	193.192
Outras Receitas Correntes	578.905	674.205	84.905	12,6	304.674	45,2	369.531
Multas e Juros de Mora	100.644	100.644	13.840	13,8	53.154	52,8	47.490
Indenizações e Restituições	51.711	51.712	885	1,7	3.814	7,4	47.898
Receita da Dívida Ativa	6.196	6.196	1.551	25,0	3.601	58,1	2.595
Receitas Correntes Diversas	420.354	515.653	68.630	13,3	244.105	47,3	271.548
Conta Retificadora da Receita Orçamentária	(916.297)	(916.297)	(152.160)	16,6	(642.088)	70,1	(274.209)
Receitas de Capital	1.009.629	1.043.651	61.670	5,9	329.851	31,6	713.800
Operações de Crédito	606.885	615.932	54.137	8,8	244.013	39,6	371.918
Operações de Crédito Internas	195.178	204.225	13.006	6,4	39.515	19,3	164.710
Operações de Crédito Internas	195.178	204.225	13.006	6,4	39.515	19,3	164.710
Refinanciamento da Dívida Mobiliária	—	—	—	—	—	—	—
Refinanciamento de Outras Dívidas	—	—	—	—	—	—	—
Outras Operações de Crédito Internas	—	—	—	—	—	—	—
Operações de Crédito Externas	411.707	411.707	41.131	10,0	204.498	49,7	207.209
Alienação de Bens	140.477	141.690	1.271	0,9	2.177	1,5	139.513
Alienação de Bens Móveis	139.697	139.697	294	0,2	306	0,2	139.391
Alienação de Bens Imóveis	780	1.993	976	49,0	1.871	93,9	122
Amortização de Empréstimos	3.000	3.000	191	6,4	1.268	42,3	1.732
Amortização de Empréstimos Imobiliários	3.000	3.000	191	6,4	1.268	42,3	1.732
Transferências de Capital	259.252	268.798	6.071	2,3	82.186	30,6	186.612
Transferências Intragovernamentais	—	6.000	—	—	—	—	6.000
Transferências Intergovernamentais	20.650	20.650	1.230	6,0	56.105	271,7	(35.455)
Transferências de Instituições Privadas	98	98	—	—	—	—	98
Transferências do Exterior	421	676	—	—	—	—	676
Transferências de Convênios	238.083	241.374	4.841	2,0	26.081	10,8	215.293
Outras Receitas de Capital	15	14.230	—	—	206	1,4	14.024
Outras Receitas							
Subtotal das Receitas	10.929.122	11.154.546	1.708.347	15,3	7.027.734	63,0	4.126.812
Saldos de Exercícios Anteriores (II)					195.687		
Subtotal (III)=(I+II)	10.929.122	11.154.546	1.708.347		7.223.421		4.126.812
Déficit (IV)							
Total (III+IV)	10.929.122	11.154.546	1.708.347		7.223.421		4.126.812

Fonte: SEFAZ/SICOF/SAF/DICOP

Balço Orçamentário – Despesa
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Bahia: Janeiro-Agosto/2003

(R\$ 1.000)

Despesas	Dotação Inicial	Créditos Adicionais	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas		Saldo
				Bim. Jul/Ago	No Exercício	Bim. Jul/Ago	No Exercício	
Despesas Correntes	8.835.108	127.454	8.962.563	1.453.477	5.631.045	1.462.639	5.524.692	3.437.871
Pessoal e Encargos	4.569.112	32.685	4.601.797	713.233	2.929.538	737.296	2.923.768	1.678.029
Juros e Encargos da Dívida	576.873	(30.000)	546.873	107.015	407.276	107.064	407.145	139.728
Outras Despesas Correntes	3.689.123	124.770	3.813.893	633.229	2.294.231	618.279	2.193.779	1.620.113
Despesas de Capital	2.075.434	97.970	2.173.404	276.745	1.162.129	273.836	1.132.046	1.041.358
Investimentos	1.125.505	259.845	1.352.050	149.057	578.031	146.149	547.949	804.101
Inversões Financeiras	340.218	(182.875)	157.343	20.632	103.817	20.631	103.816	53.527
Amortizações da Dívida	609.711	21.000	630.711	107.056	480.281	107.056	480.281	150.430
Refinanciamento	—	—	—	—	—	—	—	—
Refinanciamento da Dívida Mobiliária	—	—	—	—	—	—	—	—
Refinanciamento de Outras Dívidas	—	—	—	—	—	—	—	—
Outras Amortizações	609.711	21.000	630.711	107.056	480.281	107.056	480.281	150.430
Outras Despesas de Capital	—	—	—	—	—	—	—	—
Reserva de Contingência	18.579	—	18.579	—	—	—	—	18.579
Subtotal das Despesas	10.929.122	225.424	11.154.546	1.730.222	6.793.175	1.736.476	6.656.738	4.497.808
Superávit	—	—	—	—	—	—	566.683	—
Total	10.929.122	225.424	11.154.546	1.730.222	6.793.175	1.736.476	7.223.421	4.497.808

Fonte: SEFAZ/SICOF/SAF/DICOP.

Receita tributária mensal
Bahia: janeiro de 2002 a setembro de 2003

(R\$ 1.000)

M ê s	I C M S		Outras		Total	
	2002	2003	2002	2003	2002	2003
Janeiro	383.824	491.240	19.479	45.269	403.303	536.509
Fevereiro	385.309	494.620	28.393	37.624	413.701	532.244
Março	337.899	442.068	28.379	40.292	366.278	482.360
Abril	367.373	483.606	37.105	35.434	404.478	519.040
Maio	404.853	447.830	39.646	47.985	444.499	495.815
Junho	385.374	454.843	37.870	47.430	423.244	502.273
Julho	383.472	463.914	41.896	57.400	425.369	521.314
Agosto	422.288	465.528	43.420	55.112	465.708	520.640
Setembro	451.985	491.119	39.479	63.031	491.464	554.150
Outubro	464.967		28.897		493.863	
Novembro	493.509		23.570		517.079	
Dezembro	469.677		64.450		534.127	
Total	4.950.531		432.583		5.383.114	

Fonte: SEFAZ - Balancetes mensais

Elaboração: SEI.



Arrecadação mensal da receita tributária⁽¹⁾
Bahia: janeiro de 2002 a setembro de 2003

(R\$ 1.000)

M ê s	I C M S		Outras		Total	
	2002	2003	2002	2003	2002	2003
Janeiro	513.616	509.895	26.066	46.989	539.682	556.883
Fevereiro	514.662	505.353	37.924	38.441	552.587	543.793
Março	450.827	444.298	37.864	40.495	488.690	484.793
Abril	486.751	484.054	49.162	35.467	535.913	519.522
Maio	530.541	451.258	32.863	48.352	563.404	499.611
Junho	496.400	461.544	48.780	48.128	545.180	509.672
Julho	484.027	471.689	52.882	58.362	536.909	530.051
Agosto	520.711	470.405	53.540	55.689	574.251	526.094
Setembro	542.975	491.119	47.426	63.031	590.401	554.150
Outubro	535.986		33.310		569.296	
Novembro	537.511		25.671		563.182	
Dezembro	498.114		68.352		566.466	
Total	6.112.121		513.840		6.625.961	

Fonte: SEFAZ/SICOF/SAF/DICOP

Elaboração: SEI.

⁽¹⁾ Valores atualizados a preços de setembro/03 pelo IGP-DI/FGV

Transferências constitucionais da União para os Estados
Bahia: janeiro de 2002 a setembro de 2003

(R\$ 1.000)

Ano e Mês	Receitas									
	FPE ¹		IPI-EXP		FUNDEF UNIÃO ²		Outras ³		Total	
	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês
2002										
Janeiro	146.358	146.358	8.065	8.065	19.208	19.208	8.363	8.363	181.994	181.994
Fevereiro	170.998	317.356	7.552	15.617	29.224	48.433	7.804	16.167	215.579	397.572
Março	130.862	448.217	6.661	22.278	20.689	69.121	7.804	23.971	166.015	563.588
Abril	136.675	584.892	8.327	30.605	21.506	90.627	7.804	31.776	174.312	737.900
Maio	156.645	741.538	7.828	38.433	23.931	114.558	7.804	39.580	196.209	934.109
Junho	110.282	851.820	7.299	45.732	18.196	132.754	7.804	47.385	143.582	1.077.691
Julho	120.585	972.405	7.518	53.250	26.572	159.327	7.804	55.189	162.480	1.240.171
Agosto	114.179	1.086.584	7.713	60.963	18.701	178.027	7.804	62.993	148.397	1.388.568
Setembro	126.053	1.212.637	7.736	68.699	20.163	198.190	7.804	70.798	161.756	1.550.324
Outubro	166.104	1.378.741	8.112	76.811	25.112	223.303	7.804	78.602	207.133	1.757.457
Novembro	145.693	1.524.435	8.192	85.003	22.607	245.909	7.804	86.406	184.296	1.941.753
Dezembro	142.697	1.667.132	8.370	93.372	32.892	278.801	7.804	94.211	191.763	2.133.516
2003										
Janeiro	155.457	155.457	7.109	7.109	22.358	7.109	20.271	20.271	205.195	205.195
Fevereiro	163.689	319.146	7.063	14.172	23.298	30.407	19.933	40.204	213.983	419.178
Março	141.978	461.124	6.542	20.714	19.481	49.887	6.301	46.506	174.301	593.479
Abril	135.181	596.305	7.293	28.007	18.713	68.600	6.301	52.807	167.488	760.967
Maio	189.608	785.912	5.643	33.650	25.012	93.612	6.301	59.108	226.564	987.530
Junho	133.154	919.066	6.307	39.957	18.434	112.046	6.301	65.409	164.195	1.151.726
Julho	111.643	1.030.709	5.960	45.917	19.828	131.874	6.301	71.710	143.732	1.295.458
Agosto	146.466	1.177.175	6.357	52.273	19.997	151.871	6.301	78.011	179.121	1.474.579
Setembro	127.086	1.304.261	5.744	58.018	17.690	169.560	6.301	84.312	156.821	1.631.400

Fonte: MINFAZ/STN

Elaboração: SEI

⁽¹⁾ Refere-se à desoneração do ICMS/Exportação – LC 87/96 – MP 1579⁽²⁾ Deduzidos 15% para o FUNDEF⁽³⁾ Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-EXP/LC 87/96 e complementação

Balanço Orçamentário - Receitas
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Município do Salvador
Período de Referência: Janeiro-Agosto/2003

(R\$ 1.000)

Receitas	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar (b-c)
			Jul-Ago/2003 (b)	% (b/a)	Jan-Ago/2003 (c)	% (c/a)	
Receitas Correntes	1.215.028	1.219.028	168.807	13,85	752.834	61,76	466.194
Receita Tributária	484.550	484.550	67.960	14,03	289.004	59,64	195.546
Impostos	394.500	394.500	58.721	14,88	239.922	60,82	154.578
Taxas	90.050	90.050	9.049	10,05	48.789	54,18	41.261
Contribuição de Melhoria	—	—	—	—	—	—	—
Outras Receitas Tributárias	—	—	190	—	293	—	(293)
Receita de Contribuições	21.850	21.850	9.730	44,53	34.743	159,01	(12.893)
Contribuições Sociais	21.850	21.850	5.298	24,25	19.753	90,40	2.097
Contribuições Econômicas	—	—	4.432	—	14.990	—	(14.990)
Receita Patrimonial	61.571	61.571	7.737	12,57	29.635	48,13	31.936
Receitas Imobiliárias	2.310	2.310	132	5,71	1.502	65,02	808
Receitas de Valores Mobiliários	18.350	18.350	6.246	34,04	26.062	142,03	(7.712)
Receitas de Concessões e Permissões	38.911	38.911	1.350	3,47	2.044	5,25	36.867
Outras Receitas Patrimoniais	2.000	2.000	9	0,45	27	1,35	1.973
Receita Agropecuária	—	—	—	—	—	—	—
Receita de Produção Vegetal	—	—	—	—	—	—	—
Receita de Produção Animal e Derivados	—	—	—	—	—	—	—
Outras Receitas Agropecuárias	—	—	—	—	—	—	—
Receita Industrial	—	—	21	—	258	—	(258)
Receita da Indústria Extrativa Mineral	—	—	—	—	—	—	—
Receita da Indústria de Transformação	—	—	21	—	258	—	(258)
Receita da Indústria de Construção	—	—	—	—	—	—	—
Receita de Serviços	29.222	33.222	344	1,04	12.256	36,89	20.966
Receita de Serviços	29.222	33.222	344	256,74	12.256	36,89	20.966
Transferências Correntes	553.777	553.777	85.293	15,40	342.842	61,91	210.935
Transf. Intergovernamentais	491.510	491.510	83.181	16,92	335.312	68,22	156.198
Transf. de Instituições Privadas	—	—	(23)	—	67	—	(67)
Transferências do Exterior	—	—	—	—	—	—	—
Transferências de Pessoas	—	—	—	—	16	—	(16)
Transferências de Convênios	62.267	62.267	2.135	3,43	7.447	11,96	54.820
Outras Receitas Correntes	64.058	64.058	(2.278)	(3,56)	44.096	68,84	19.962
Multas e Juros de Mora	22.500	22.500	(7.994)	(35,53)	22.403	99,57	97
Indenizações e Restituições	4.000	4.000	1.735	43,38	4.369	109,23	(369)
Receita da Dívida Ativa	29.000	29.000	3.693	12,73	15.790	54,45	13.210
Receitas Correntes Diversas	8.558	8.558	288	3,37	1.534	17,92	7.024
Receitas de Capital	72.321	111.926	10.322	9,22	36.749	32,83	75.177
Operações de Crédito	14.000	44.000	236	0,54	236	0,54	43.764
Operações de Crédito Internas	14.000	44.000	236	0,54	236	0,54	43.764
Refinanciamento de Outras Dívidas	—	—	—	—	—	—	—
Refinanciamento da Dívida Mobiliária	—	—	—	—	—	—	—
Outras Operações de Crédito Internas	14.000	44.000	236	0,54	236	—	43.764
Operações de Crédito Externas	—	—	—	—	—	—	—
Alienação de Bens	2.300	2.300	—	—	—	—	2.300
Alienação de Bens Móveis	2.300	2.300	—	—	—	—	2.300
Alienação de Bens Imóveis	—	—	—	—	—	—	—
Amortizações de Empréstimos	—	—	—	—	—	—	—
Amortizações de Empréstimos	—	—	—	—	—	—	—
Transferências de Capital	55.899	65.504	10.086	15,40	36.513	55,74	28.991
Transf. Intergovernamentais	3.950	3.950	—	—	—	—	3.950
Transf. de Instituições Privadas	—	—	—	—	—	—	—
Transferências do Exterior	—	—	—	—	—	—	—
Transferências de Pessoas	—	—	—	—	—	—	—
Transferências de Convênios	51.949	61.554	10.086	16,39	36.513	59,32	25.041
Outras Receitas de Capital	122	122	—	—	—	—	122
Integralização do Capital Social	—	—	—	—	—	—	—
Remuneração das Disponibilidades	—	—	—	—	—	—	—
Receitas de Capital Diversas	122	122	—	—	—	—	122
Subtotal das Receitas (I)	1.287.349	1.330.954	179.129	13,46	789.583	59,32	541.371
Saldos de exercícios Anteriores (II)					90.780		
Subtotal III= I+II	1.287.349	1.330.954	179.129	13,46	880.363		
Déficit (IV)							
Total (III+IV)	1.287.349	1.330.954	179.129	13,46	880.363		

Fonte: PMS/SEFAZ

Nota: Demonstrativos da Administração Direta e Indireta da PMS – Sistema de Gestão Fiscal (SGF)



Balço Orçamentário – Despesas
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Município do Salvador
Período de Referência: Janeiro-Agosto/2003

(R\$ 1.000)

Despesas	Dotação Inicial (a)	Alterações Orçamentárias			Dotação Atualizada (c) = (a+b)	Despesas					Saldo (c-g)
		Suplemen- tações (I)	Anula- ções (II)	Total (b) = (I - II)		Empenhadas		Liquidadas			
						Jul-Ago/ 2003 (d)	Jan-Ago/ 2003 (e)	Jul-Ago/ 2003 (f)	Jan-Ago/ 2003 (g)	% (g/c)	
Despesas Correntes	1.070.363	148.383	129.506	18.877	1.089.240	131.280	767.222	171.191	678.888	62,33	410.352
Pessoal e Encargos Sociais	404.810	10.639	9.789	850	405.660	56.853	293.182	70.893	265.224	65,38	140.436
Juros e Encargos da Dívida Interna	64.000	—	—	—	64.000	230	46.901	11.231	44.969	70,26	19.031
Outras Despesas Correntes	601.553	137.744	119.717	18.027	619.580	74.197	427.139	89.067	368.695	59,51	250.885
Despesas de Capital	207.986	92.652	46.540	46.112	254.098	25.649	130.238	27.112	115.452	45,44	138.646
Investimentos	151.976	87.652	46.540	41.112	193.088	23.459	89.291	19.372	80.413	41,65	112.675
Inversões Financeiras	5.010	5.000	—	5.000	10.010	206	6.262	206	5.462	54,57	4.548
Amortização da Dívida	51.000	—	—	—	51.000	1.984	34.685	7.534	29.577	57,99	21.423
Amortização da Dívida p/Contrato	51.000	—	—	—	51.000	1.984	34.685	7.534	29.577	57,99	21.423
Refinanciamento	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Refinanciamento da Dívida Mobiliária	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Refinanciamento de Outras Dívidas	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Outras Amortizações	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Reserva de Contingência	9.000	—	—	—	9.000	—	—	—	—	—	9.000
Subtotal das Despesas (I)	1.287.349	241.035	176.046	64.989	1.352.338	156.929	897.460	198.303	794.340	58,74	557.998
Superávit (II)	—	—	—	—	—	—	—	—	86.023	—	—
Total (I+II)	1.287.349	241.035	176.046	64.989	1.352.338	156.929	897.460	198.303	880.363	65,10	557.998

Fonte: PMS/SEFAZ

Nota: Demonstrativos da Administração Direta e Indireta da PMS – Sistema de Gestão Fiscal (SGF)



Publique seu artigo

A SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia abre espaço para autores que queiram publicar artigos na Revista Conjuntura & Planejamento.

Editada desde 1994 e registrada no ISSN, a C&P é uma publicação mensal que tem por objetivo tornar-se um veículo de debates e de difusão de informações sobre a conjuntura e o planejamento no Estado da Bahia e no Brasil.

São aceitas contribuições abrangendo as mais diversas linhas de conhecimento em Economia e em outras áreas das ciências sociais e humanas.



CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

www.sei.ba.gov.br



**SUPERINTENDÊNCIA
DE ESTUDOS ECONÔMICOS
E SOCIAIS DA BAHIA**

Serviço de Atendimento ao Usuário: de 2ª a 6ª, das 9:00 às 18:00
Tel.: (71) 3115-4823/4822 Fax: (71) 3115-1853
www.sei.ba.gov.br – sei@sei.ba.gov.br
Av. Luiz Viana Filho, 453 - 4ª Avenida - 2 and. - C.A.B
Cep: 41.750-300 - Salvador - Bahia - Tel.: (71) 3115-9665

INFORMAÇÃO A SERVIÇO DA SOCIEDADE
